

Oi S.A. e sociedades controladas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. (“Companhia” ou “Oi”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Companhia ainda possui: (i) através da controlada integral Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”) a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; e (ii) através da controlada indireta Oi Móvel S.A. (“Oi Móvel”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Os contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e sua controlada TMAR junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador.

As vigências dos contratos de autorizações se encontram divulgadas na Nota 15.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e negocia seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

Em 18 de novembro de 2014, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, na proporção de 10 para 1, de forma que cada lote de dez ações de cada espécie foi grupado em uma única ação da mesma espécie, ordinária ou preferencial. As ações de emissão da Companhia negociadas na NYSE na forma de ADSs também foram objeto do grupamento de ações, obedecendo à mesma proporção estipulada para o grupamento das ações no Brasil, de forma que os ADSs continuarão sendo negociados na proporção de um ADS para cada ação.

Em maio de 2014, em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Companhia e a Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“PT SGPS” ou “PT”), foi aprovado o aumento de capital da Companhia mediante integralização pela PT da totalidade das ações da PT Portugal SGPS, S.A. (“PT Portugal”).

A PT Portugal e suas controladas operam essencialmente nos setores de telecomunicações e multimídia, em Portugal e em outros países da África e da Ásia.

Em Portugal, a prestação do serviço de telefone fixo é efetuada pela MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia (“MEO”), anteriormente denominada de PT Comunicações, S.A., que presta serviços de televisão por assinatura, através das plataformas de IPTV, FTTH e DTH, serviços de internet a clientes residenciais e a pequenas e médias empresas, serviços de transmissão de dados e de internet a grandes clientes e serviços de telefonia móvel, através do sistema global de comunicações móveis (“GSM”), UMTS – “*Universal Mobile Telecommunications System*” e LTE – “*Long Term Evolution*”.

Na África, o Grupo presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações de forma indireta através da Africatel Holding BV (“Africatel”). O Grupo presta serviços na Namíbia, em Moçambique, Cabo Verde e São Tomé, entre outros países, principalmente através das suas empresas subsidiárias “*Mobile Telecommunications Limited*” (“MTC”), LTM – Listas Telefónicas de Moçambique (“LTM”), Cabo Verde Telecom e CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL (“CST”). Adicionalmente, o Grupo tem uma participação de 25% na Unitel, a qual presta serviços de telecomunicações em Angola.

Na Ásia, o Grupo presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente através da sua subsidiária Timor Telecom.

Conforme mencionado na Nota 28, os acionistas da Companhia aprovaram os termos e condições gerais para a alienação da integralidade das ações da PT Portugal à Altice Portugal S.A. (“Altice PT”), subsidiária integral da Altice S.A., (“Altice”), envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria.

A efetiva alienação das ações da PT Portugal ainda está sujeita à conclusão de atos de reorganização societária com o objetivo de delimitar os negócios que serão alienados, assim como à obtenção das autorizações concorrenciais necessárias, na forma da lei aplicável.

Em Reunião realizada em 25 de março de 2015, o Conselho de Administração apreciou e aprovou as Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como autorizou a sua publicação.

Aumento de capital da Companhia mediante integralização pela PT da totalidade das ações da PT Portugal

Em conformidade com os Contratos Definitivos celebrados em 19 de fevereiro de 2014, foi deliberado nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas nos dias 28 e 30 de abril de 2014, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 13.217.865 mediante a emissão para subscrição pública de 2.142.279.524 ações ordinárias, incluindo 396.589.982 ações ordinárias na forma de “*American Depositary Shares*” (“ADSs”), e 4.284.559.049 ações preferenciais, incluindo 828.881.795 ações preferenciais na forma de ADSs. Em 5 de maio de 2014, o Banco BTG Pactual S.A., na qualidade de Agente Estabilizador da Oferta Pública, exerceu parcialmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a opção de distribuição de 120.265.046 ações ordinárias e 240.530.092 ações preferenciais de emissão da Oi (“Ações Suplementares”), no montante de R\$ 742.035. Dessa forma, na referida data, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 21.431.109.

As ações foram emitidas pelo preço de R\$ 2,17 por ação ordinária e R\$ 2,00 por ação preferencial. As ações ordinárias na forma de ADSs (“ADSs ON”, cada qual representando uma ação ordinária) foram emitidas ao preço de US\$ 0,970 por ADS ON, e as ações preferenciais na forma de ADSs (“ADSs PN”, cada qual representando uma ação preferencial) foram emitidas ao preço de US\$ 0,894 por ADS PN.

Por fim, as ações emitidas foram integralizadas (i) pela PT em bens, por meio da contribuição à Companhia da totalidade das ações de emissão da PT Portugal, a qual detém a totalidade dos (i.a) ativos operacionais da PT, exceto as participações direta ou indiretamente detidas na Companhia e na Contax Participações S.A. e (i.b) passivos da PT na data da contribuição, conforme considerados no Laudo de Avaliação elaborado pelo Banco Santander (Brasil) S.A. ("Ativos PT"), aprovado em assembleia geral de acionistas da Companhia realizada em 27 de março de 2014; e (ii) à vista, em dinheiro, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. Dessa forma, o aumento de capital da Companhia totalizou o valor bruto de R\$ 13,96 bilhões, incluindo os Ativos PT, que foram avaliados em R\$ 5,71 bilhões.

Aquisição dos ativos e passivos da PT Portugal

A aquisição dos ativos e passivos da PT Portugal foi registrada utilizando o método de aquisição, conforme estabelecido pelo CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), considerando o valor justo dos ativos e passivos identificáveis. Os ativos líquidos adquiridos na data da transação eram como segue:

Em milhões de reais			
	Valor contábil	Ajustes a valor de mercado (i)	Valor justo em 5 de maio de 2014 (revisado)
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	1.088		1.088
Aplicações financeiras	2.870	(2.763)	107
Contas a receber	2.371		2.371
Estoques	285		285
Tributos correntes a recuperar	266		266
Despesas antecipadas	214		214
Ativo financeiro disponível para venda (ii)	4.089		4.089
Intangível	2.346	3.147	5.493
Imobilizado	10.432	608	11.040
Tributos diferidos a recuperar	556		556
Ativos relacionados a planos de pensão	6		6
Demais ativos (iii)	2.021	2.763	4.784
Total dos ativos adquiridos	26.544	3.755	30.299
Passivos			
Empréstimos e financiamentos - Circulante	6.209		6.209
Empréstimos e financiamentos - Não circulante	19.026		19.026
Fornecedores	1.795		1.795
Tributos correntes a recolher	229		229
Provisões	142		142
Provisões para planos de pensão	2.688		2.688
Tributos diferidos a recolher	258	1.012	1.270
Demais obrigações	1.756		1.756
Total dos passivos assumidos	32.103	1.012	33.115
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos	(5.559)	2.743	(2.816)

- (i) A natureza dos ajustes a valor de mercado encontra-se discriminada em detalhe mais abaixo.
- (ii) Corresponde ao valor justo do investimento na Unitel, com base em laudo preparado pelo Banco Santander na avaliação dos ativos operacionais da PT que serviu de base para a valorização do aumento de capital. Cumpre ressaltar que em 31 de dezembro de 2014 este investimento se encontra classificado como ativo mantido para venda (Nota 28).

- (iii) Esta rubrica inclui um montante de R\$ 2.763 milhões (897 milhões de euros) correspondentes aos direitos compensatórios a receber. A Companhia revisou o reconhecimento e a mensuração dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição em 5 de maio de 2014. Através da consideração de informações adicionais relevantes decorrentes da não liquidação dos títulos por parte da Rio Forte Investments, S.A., conforme descrito em maior detalhe na Nota 28 de Outras informações, e com base nas regras de exceções no reconhecimento e na mensuração de uma combinação de negócios (item 27 do CPC 15 - IFRS 3), a Companhia reconheceu na mesma data a baixa da totalidade dos referidos títulos no valor de R\$ 2.763 milhões e o registro na rubrica Demais ativos de um direito compensatório a receber do acionista subscritor, mensurado nas mesmas bases dos títulos da Rio Forte. A Administração, embasada na opinião dos seus assessores legais, avaliou que não há necessidade de constituição de provisão para perda em 31 de dezembro de 2014.

A natureza dos ajustes a valor de mercado efetuados no âmbito do processo de alocação do valor justo dos ativos e passivos identificáveis são como segue:

Em milhões de reais			
	Valor contábil	Ajustes a valor de mercado	Valor justo
Lista de clientes do segmento residencial (i)	40	738	778
Lista de clientes do segmento mobilidade pessoal (i)	94	1.642	1.736
Lista de clientes do segmento corporativo (i)	37	665	701
Licenças móveis das operações em Portugal (ii)	1.037	103	1.140
Ajustes a valor de mercado nos ativos intangíveis	1.208	3.147	4.355
Imobilizado das operações em Portugal (iii)		608	
Ajustes a valor de mercado antes dos efeitos tributários		3.755	
Efeitos tributários		(1.012)	
Total dos ajustes a valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários		2.743	

- (i) O valor justo das listas de clientes foi determinado através da Abordagem de Receita e, mais concretamente, através do Método de Ganhos Excedentes. De acordo com a Abordagem de Receita, o valor justo é determinado com base em fluxos de caixa (descontados) que o ativo deverá gerar durante a sua vida útil residual. O Método de Ganhos Excedentes é uma variação da Abordagem de Receita que considera o uso de outros ativos na geração de fluxos de caixa projetados de um ativo específico a fim de se isolar o benefício econômico gerado pelo ativo-objeto intangível. A contribuição desses ativos é estimada através do custo de capital dos diversos ativos contributivos. No cálculo do valor justo dos relacionados com clientes, além dos fluxos de caixa futuros, foram também consideradas estimativas de ARPU e taxas de desligamento de clientes. Estes ativos intangíveis serão amortizados durante o período estimado de retenção dos clientes, o qual varia entre 7 e 13 anos dependendo do segmento de cliente em causa.
- (ii) O valor justo das licenças das operações móveis em Portugal foi determinado com base na Abordagem de Mercado, tendo-se recorrido para o efeito à análise de vários leilões de radiofrequência móvel comparáveis com os leilões a que a PT concorreu em termos de (a) largura de banda, (b) localização geográfica (Europa Ocidental) e (c) data de valorização. O valor justo foi calculado como o preço médio por MHz dos leilões selecionados. Estas licenças encontram-se amortizadas até ao término das mesmas.
- (iii) O valor justo do imobilizado foi determinado com base numa Abordagem de Custo, tendo-se aplicado o Método do Custo de Substituição. O Custo Novo de Substituição/Reposição foi

estimado recorrendo a índices de custo, por ano, os quais foram aplicados aos custos históricos dos bens do imobilizado. Posteriormente, foi estimada a deterioração, obsolescência e outras formas de amortização que afetam os ativos, tendo-se para o efeito considerado estimativas da vida útil e valor residual das várias classes de ativos.

Abaixo apresentamos o valor total de aquisição, assim como a determinação do ágio na aquisição dos ativos e passivos da PT Portugal:

	Em milhões de reais
Instrumentos de capital emitidos	5.710
Valor justo da participação detida anteriormente pela Companhia na PT	571
Participação dos acionistas não controladores	1.478
Menos: Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	(2.816)
Ágio apurado em 5 de maio de 2014	10.575

Nas combinações de negócios, é usual existir uma parcela do custo de aquisição que não é possível atribuir em termos contábeis ao valor justo de ativos adquiridos e de passivos assumidos, sendo portanto reconhecida como Ágio (“goodwill”). No caso da aquisição da PT Portugal, o “goodwill” está relacionado com diversos elementos, os quais não podem ser individualmente quantificados de forma confiável e isolados uns dos outros, incluindo força de trabalho qualificada, capacidades tecnológicas e reputação de mercado estabelecida.

A variação no valor do ágio em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2014 é decorrente das variações cambiais apuradas desde a data da aquisição até à data do balanço, as quais foram reconhecidas diretamente como outros resultados abrangentes.

O processo de alocação do preço de compra encontra-se concluído em 31 de dezembro de 2014.

Em decorrência da assinatura de contrato de venda das operações da PT Portugal, e a colocação para venda das operações na África, os ativos e passivos relacionados a essas operações foram classificadas no balanço patrimonial como ativos e passivos mantidos para venda. Adicionalmente, no caso da PT Portugal as correspondentes receitas e despesas estão sendo apresentadas na demonstração do resultado como operações descontinuadas (Nota 28).

União das atividades da Oi S.A. e PT

No dia 2 de outubro de 2013, a Oi divulgou Fato Relevante informando que a Oi, a Portugal Telecom SGPS S.A. (“PT SGPS” ou “PT”), a AG Telecom Participações S.A. (“AG”), a LF Tel. S.A. (“LF”), a PASA Participações S.A. (“PASA”), a EDSP75 Participações S.A. (“EDSP75”), a Bratel Brasil S.A. (“Bratel Brasil”), a Avistar, SGPS, S.A. (“BES”) e a Nivalis Holding B.V. (“OnGoing”) haviam celebrado memorando de entendimentos com o objetivo de estabelecer as bases e os princípios que regulariam as negociações para uma potencial operação envolvendo a PT, a Oi e alguns de seus acionistas controladores para a formação de uma companhia (“CorpCo”), que reuniria os acionistas da Oi, da PT e da Telemar Participações S.A. (“TelPart”) e combinaria as atividades e negócios desenvolvidos pelas referidas sociedades, com o objetivo de consolidar a aliança industrial entre Oi e PT (“Operação”).

Em 19 de fevereiro de 2014, no seguimento do memorando celebrado em 1 de outubro de 2013, a Companhia e a PT celebraram os instrumentos contratuais definitivos que descrevem as etapas necessárias à implementação da Operação (“Contratos Definitivos”). Nestes Contratos Definitivos, ficou estabelecido que a TelPart seria a companhia que reuniria os acionistas da Oi e da PT, tendo-se previsto, ainda, as diversas etapas da Operação, dentre as quais:

(a) Aumento de capital da Oi, mediante oferta pública de ações da Oi, aprovado nas reuniões do Conselho da Administração realizadas em 28 de abril de 2014, 30 de abril de 2014 e de 5 de maio de 2014;

(b) Capitalização da AG, LF e TelPart com os recursos necessários ao pagamento do seu endividamento, o que ocorreu em maio de 2014;

(c) Reorganização Societária envolvendo as sociedades PASA, AG, EDSP75, LF, Bratel Brasil e TelPart, visando simplificar sua estrutura societária. Após este passo, a TelPart irá deter apenas ações da Oi e não terá qualquer dívida, ou terá caixa ou equivalente de caixa para pagar as suas dívidas;

(d) Listagem das ações da TelPart no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e extinção dos acordos de acionistas da AG, LF e TelPart; e

(e) Incorporação das ações da Oi na TelPart, tornando-se a Oi uma subsidiária integral da TelPart.

Cada ação ordinária da Oi será trocada por uma ação da CorpCo e cada ação preferencial da Oi será trocada por 0,9211 ações da CorpCo. As relações de troca propostas foram determinadas com base no parâmetro de cotações de mercado das ações ordinárias e preferenciais da Oi no período de 30 dias anteriores à divulgação do Fato Relevante que anunciou a Operação e na participação, direta ou indireta, que as sociedades envolvidas na operação detêm na Oi, observada a premissa de que tais sociedades não terão passivos ou ativos, ou terão caixa ou equivalentes de caixa em montante suficiente para quitar integralmente seus endividamentos.

Os Contratos Definitivos também previam inicialmente a incorporação da PT pela TelPart, em função da qual os acionistas da PT receberiam um número de ações da TelPart equivalente ao número de ações da TelPart detidas pela PT, imediatamente antes da incorporação.

Em virtude das negociações entre a Oi e a PT relativas às aplicações financeiras realizadas pela PT em títulos de emissão da Rio Forte Investments S.A. ("Rio Forte"), conforme descrito em maior detalhe na Nota 28 de Outras informações, a incorporação da PT pela CorpCo deixará de ser realizada no âmbito da Operação, sem prejuízo da PT potencialmente adotar uma estrutura alternativa para alcançar o mesmo objetivo de unificar as bases acionárias da Oi e da PT.

Após a conclusão da operação, as ações da TelPart estarão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como na NYSE *Euronext Lisbon* e na NYSE.

Em 14 de janeiro de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a aprovação da Operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("Cade"), sendo que, em 29 de janeiro de 2014, encerrou-se o prazo para eventual interposição de recursos por parte de terceiros ou avocação do caso pelo Tribunal do Cade, sem qualquer manifestação contrária à decisão. Por esse motivo, a decisão do Cade, publicada no dia 14 de janeiro de 2014, restou plenamente confirmada.

Riscos relacionados às nossas operações em África e na Ásia

É possível que não consigamos alienar a participação da Companhia na Africatel ou aliená-la por um valor que exceda o seu valor contábil apresentado nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Uma eventual redução do valor justo de mercado em que o investimento indireto na Unitel está registrado nas Demonstrações Financeiras poderá ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Companhia.

No dia 17 de setembro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a realização das medidas necessárias para vender as ações de emissão da Africatel, que representam 75% do capital desta. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2014 a participação na Africatel foi reclassificada para mantida para venda. A Companhia contratou um assessor financeiro para auxiliar na venda da sua participação na Africatel.

Em 31 de dezembro de 2014, foi registrado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia como ativos mantidos para venda R\$ 7.643 milhões relacionados a sua participação na Africatel, inclusive R\$ 1.261 em dividendos acumulados devidos à Companhia pela Unitel e R\$ 4.164, representando o valor justo da participação de 25% da Africatel na Unitel no momento do aumento de capital da Oi e registrados como passivos mantidos para venda no valor de R\$ 851 milhões relativos à participação da Companhia na Africatel.

Talvez não seja possível vender a participação da Companhia na Africatel ou aliená-la por um valor que exceda o seu valor contábil. O valor contábil do investimento indireto na Unitel é testado para verificar se há redução do valor recuperável quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor desse investimento indireto poderá ser inferior ao seu valor justo de mercado, que é o valor contabilizado. Uma eventual redução do valor recuperável desse investimento poderá ter efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Companhia.

Não é possível assegurar quando a PT Ventures irá receber o montante relativo aos dividendos declarados e devidos à PT Ventures pela Unitel ou quando a primeira receberá dividendos que poderão vir a ser declarados para o exercício de 2013 e exercícios posteriores.

Desde novembro de 2012, a PT Ventures não recebeu nenhum pagamento relativo aos valores em aberto devidos pela Unitel em relação aos dividendos por ela declarados para os exercícios fiscais findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010. Com base nos dividendos declarados pela Unitel para esses exercícios, a PT Ventures tem direito a receber um total de US\$ 190,0 milhões (R\$ 504 milhões) para o exercício de 2012, US\$ 190,0 milhões (R\$ 504 milhões) para o exercício de 2011, e US\$ 157,5 milhões (R\$ 418 milhões) para o exercício de 2010. Até à data deste relatório, a PT Ventures só havia recebido US\$ 63,7 milhões (R\$ 169 milhões) da sua parcela dos dividendos declarados pela Unitel, relativos ao exercício de 2010 e não recebeu nenhum montante dos dividendos declarados para os exercícios de 2011 e 2012.

Em assembleia geral da Unitel, realizada em 4 de novembro de 2013, os demais acionistas apreciaram as Demonstrações Financeiras, bem como o pagamento de dividendos em relação ao ano fiscal de 2013. A PT Ventures solicitou o adiamento da reunião, porque as Demonstrações Financeiras e outras informações relevantes sobre a reunião não foram incluídos na convocação, nem foram disponibilizados à PT Ventures, apesar da PT Ventures ter solicitado esses materiais em várias ocasiões. O pedido de adiamento não foi atendido e a PT Ventures não participou desta reunião, que não poderia ter se realizado sem a PT Ventures uma vez que a cláusula 8.2 do Acordo de Acionistas estabelece que as assembleias gerais somente podem ocorrer em primeira convocação com a presença de todos os acionistas. Além disso, a PT Ventures não recebeu a ata da reunião nem foi informada sobre as decisões tomadas, apesar de ter efetuado diversas solicitações.

Até essa mesma data, a Unitel não havia declarado dividendos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2014.

No dia 25 de março de 2014, a Unitel emitiu uma declaração alegando que a PT Ventures não está relacionada no cadastro de acionistas da Unitel e que o seu Conselho de Administração notificou a PT SGPS sobre a existência de uma irregularidade, que resultou na impossibilidade da Unitel

distribuir dividendos à PT Ventures até que esta seja resolvida. Em junho de 2014, a PT Ventures (anteriormente denominada Portugal Telecom Internacional, SGPS, S.A.) resolveu tal irregularidade com o Instituto Angolano de Investimento Estrangeiro. Em 3 de junho de 2014, a PT Ventures emitiu uma Certidão de Investimento Estrangeiro confirmando a razão social atual.

A PT Ventures solicitou, em várias ocasiões, explicações à Unitel em relação ao não pagamento da sua parcela dos dividendos declarados. Até à data deste relatório, a PT Ventures não tinha recebido nenhuma explicação plausível sobre o não pagamento nem indicações confiáveis do momento previsto para o pagamento dos dividendos acumulados. Não é possível assegurar quando o pagamento dos dividendos acumulados será feito à nossa Companhia ou se esta conseguirá receber os dividendos eventualmente declarados pela Unitel no futuro. A incapacidade da Companhia em receber tais dividendos poderá ter um efeito negativo relevante sobre o valor justo do seu investimento na Unitel, a sua situação financeira e os seus resultados.

Os outros acionistas da Unitel indicaram à PT Ventures que entendem que a venda pela PT SGPS de uma participação minoritária na Africatel contraria o acordo de acionistas da Unitel.

O acordo de acionistas da Unitel prevê o direito de preferência para os demais acionistas caso qualquer acionista deseje transferir qualquer ou todas as suas ações da Unitel, com exceção das transferências para certas empresas afiliadas. O acordo também prevê que a violação de uma obrigação material por qualquer acionista permite que os outros acionistas comprem a participação de tal acionista na Unitel pelo seu valor patrimonial líquido.

Os outros acionistas da Unitel afirmaram à PT Ventures que entendem que a venda pela PT SGPS de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco em 2007 constituiu uma violação do acordo de acionistas da Unitel. A PT Ventures contesta essa interpretação das disposições pertinentes ao acordo de acionistas da Unitel e entende que as tais disposições se aplicam apenas à transferência de ações da Unitel pela própria PT Ventures.

Até à data deste relatório, a Companhia não tinha sido notificada de qualquer processo em andamento em relação à venda pela PT SGPS de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco. Na hipótese dos outros acionistas da Unitel questionarem a venda de tal participação em um fórum apropriado e uma decisão vinculativa para esse efeito seja tomada em um fórum apropriado a favor dos demais acionistas, a Companhia poderá ser obrigada a vender sua participação acionária na Unitel a um preço significativamente inferior ao montante que a Companhia registrou em suas Demonstrações Financeiras com relação ao investimento indireto na Unitel. A venda da participação da PT Ventures na Unitel, nessas circunstâncias, poderá ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Companhia.

Os outros acionistas da Unitel poderão alegar que, em virtude da PT SGPS não ter oferecido a sua participação indireta na Unitel a tais acionistas antes da aquisição da PT Portugal pela Companhia, esses acionistas teriam o direito de adquirir as ações de emissão da Unitel detidas pela PT Ventures pelo valor patrimonial líquido.

Em 25 de março de 2014, a Unitel emitiu um comunicado em que informou que os seus acionistas teriam um direito de preferência em caso de venda da participação indireta da PT SGPS na Unitel a outra empresa. Posteriormente, os outros acionistas da Unitel entregaram à PT SGPS uma notificação em que alegam que a aquisição indireta pela Companhia da participação indireta da PT Ventures na Unitel como parte do aumento de capital da Oi desencadeou esse direito. A Companhia entende que as respectivas disposições do acordo de acionistas da Unitel se aplicam apenas à transferência de ações da Unitel pela própria PT Ventures.

Até à data deste relatório, a Companhia não tinha sido notificada de nenhum processo em andamento em relação à não oferta da participação indireta na Unitel pela PT SGPS aos demais acionistas antes da aquisição da PT Portugal. Caso os outros acionistas da Unitel aleguem que esta falha de oferecer a participação indireta da PT SGPS na Unitel aos demais acionistas resultou em uma violação do acordo de acionistas da Unitel e uma decisão vinculativa para esse efeito seja tomada em um fórum apropriado a favor dos demais acionistas, a PT Ventures poderá ser obrigada a vender a sua participação na Unitel por seu valor patrimonial líquido, que é significativamente inferior ao valor registrado pela Companhia nas suas Demonstrações Financeiras em relação ao investimento indireto na Unitel. A venda da participação da PT Ventures na Unitel, nessas circunstâncias, poderá ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Companhia.

Os outros acionistas da Unitel têm impedido a PT Ventures de exercer o seu direito de nomear o diretor-presidente e uma maioria do Conselho de Administração da Unitel.

De acordo com o acordo de acionistas da Unitel, a PT Ventures tem o direito de nomear três dos cinco membros do Conselho de Administração da Unitel, incluindo o seu diretor-presidente. Pelo acordo de acionistas da Unitel, a nomeação do diretor-presidente está sujeita à aprovação dos detentores de 75% das ações da Unitel. No entanto, os demais acionistas da Unitel não votaram nos membros do Conselho de Administração indicados pela PT Ventures nas assembleias gerais da Unitel, e, por conseguinte, a representação da PT Ventures no Conselho de Administração desta ficou reduzida a um único conselheiro desde junho de 2006, e o diretor-presidente da Unitel não é uma indicação da PT Ventures desde junho de 2006.

Em 22 de julho de 2014, o único membro do Conselho de Administração da Unitel indicado pela PT Ventures renunciou ao cargo, não tendo sido possível à PT Ventures indicar o seu substituto desde então. Em novembro de 2014, os demais acionistas da Unitel notificaram a PT Ventures que os seus direitos enquanto acionista foram suspensos em outubro de 2012, apesar desses acionistas não terem indicado nenhuma base jurídica justificando tal suspensão. Na assembleia geral da Unitel do dia 15 de dezembro de 2014, foi realizada a eleição dos membros do Conselho de Administração da Unitel. Nessa assembleia, os demais acionistas da Unitel alegaram que a PT Ventures não teria direito a voto devido a suspensão dos seus direitos enquanto acionista da Unitel em outubro de 2012 e recusaram-se a eleger o conselheiro indicado pela PT Ventures para o Conselho de Administração da Unitel.

A PT Ventures ajuizou, junto a um tribunal Angolano, ação de anulação das eleições dos membros do Conselho de Administração da Unitel no dia 15 de dezembro de 2014. Até à data deste relatório, nenhum conselheiro indicado pela PT Ventures participa do Conselho de Administração da Unitel.

A Unitel concedeu empréstimos a uma parte relacionada e celebrou um contrato de gestão com um terceiro sem aprovação da PT Ventures.

Pelo acordo de acionistas da Unitel, os seus acionistas e as afiliadas destes não estão autorizados a celebrar quaisquer contratos com a Unitel a menos que tais contratos sejam aprovados por deliberação de seu Conselho de Administração, com voto favorável de, pelo menos, quatro membros do seu Conselho de Administração. Como resultado da incapacidade da PT Ventures em indicar seus membros para o Conselho de Administração da Unitel, a PT Ventures está impedida de exercer o seu direito de veto implícito sobre transações com partes relacionadas.

Entre maio e outubro de 2012, a Unitel fez desembolsos à Unitel International Holdings B.V. de € 178,9 milhões (R\$ 576 milhões) e US\$ 35,0 milhões (R\$ 93 milhões) sob um "Contrato de Empréstimo" celebrado entre a Unitel e a Unitel International Holdings B.V. (Unitel Holdings), uma entidade que concorre com a Africatel em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe. A Unitel Holdings é controlada pela Sra. Isabel dos Santos, acionista indireta da Unitel, e, de acordo com as informações públicas divulgadas pela NOS, uma das acionistas da ZOPT, SGPS, S.A. (que detém a maioria do capital social votante e total da NOS). O representante da PT Ventures no Conselho de Administração da Unitel votou contra essas operações que foram propostas pela Unitel e que a PT Ventures se absteve quando as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Unitel, que incluíam essas transações, foram aprovadas em assembleia geral da Unitel.

A Unitel realizou empréstimos adicionais a partes relacionadas em 2013. Não nos foi possível obter informações em relação à existência de operações similares em 2014.

Qualquer impedimento da Unitel International Holdings BV, para realizar pagamentos nos termos do Contrato de Empréstimo poderá ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Unitel e, por conseguinte, no valor do investimento da Companhia nessa sociedade.

Adicionalmente, a Unitel tem registrado o pagamento de uma taxa de administração de US\$ 155,7 milhões em 2013 em favor de um terceiro nas Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2013, preparadas de acordo com os princípios contábeis de Angola. Esta taxa de administração não foi apresentada ao Conselho de Administração nem à assembleia geral da Unitel para aprovação e não foi aprovada pela PT Ventures. O pagamento de uma taxa de administração pela Unitel poderá ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Unitel e, por conseguinte, no valor do investimento da Companhia nessa sociedade.

Não é possível assegurar que será possível evitar que a Unitel tome medidas que exijam a aprovação dos membros do seu Conselho de Administração indicados pela PT Ventures, inclusive a aprovação de operações com partes relacionadas com os demais acionistas da Unitel que entendemos ser prejudiciais à situação financeira e aos resultados da Unitel. O uso dos recursos da Unitel desta forma pode ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Unitel e, por conseguinte, no valor do investimento da Companhia nessa sociedade.

Os outros acionistas da Unitel tentaram diluir a participação indireta da Companhia na Unitel através de um aumento de capital que tecnicamente impediria a Companhia de participar e convocaram assembleias gerais nas quais indicaram o seu desejo de alterar unilateralmente o estatuto social e o acordo de acionistas da Unitel.

Na assembleia geral da Unitel realizada em 15 de dezembro de 2014, os demais acionistas da Unitel aprovaram o aumento de capital da sociedade e alteraram o valor nominal das suas ações. Embora a PT Ventures tenha solicitado a proposta e outras informações relevantes no que diz respeito a este e outros itens da agenda da reunião diversas vezes, a PT Ventures nunca recebeu tais documentos e informações.

Os detalhes desse aumento de capital são obscuros, uma vez que não foram incluídos no aviso de convocação da assembleia nem foram detalhados durante esta assembleia. Outros detalhes sobre este aumento de capital foram incluídos na minuta da ata da assembleia enviada à PT Ventures e, aparentemente, apesar desta ter decidido subscrever uma parcela proporcional desse aumento de capital para evitar a diluição da sua participação na Unitel, o vencimento da integralização do preço de subscrição pode ser antecipado para impedir que a PT Ventures consiga obter as aprovações cambiais necessárias antes da data de vencimento. A PT Ventures ajuizou uma ação junto a um

tribunal Angolano de anulação da aprovação do aumento de capital da Unitel nessa assembleia geral.

A pauta da assembleia geral da Unitel incluiu alterações do seu estatuto social e eventuais alterações ao acordo de acionistas da Unitel, além de assuntos diversos que poderiam ser levantados e discutidos na própria assembleia, inclusive os investimentos pela Unitel no Zimbabwe e a realização de estudo para a implementação de uma reorganização societária na sociedade. A PT Ventures não recebeu os detalhes das alterações propostas ao estatuto social e eventuais alterações ao acordo de acionistas da Unitel, apesar de seus vários pedidos antes, durante e após a reunião realizada. A assembleia de 15 de dezembro de 2014 foi suspensa sem que nenhuma medida fosse tomada em relação a esses itens e está prevista para ser convocada em 9 de abril de 2015. A PT Ventures ajuizou uma ação junto a um tribunal Angolano de anulação da aprovação dos investimentos pela Unitel no Zimbabwe e a realização de estudo para a implementação de uma reorganização societária na sociedade.

Não é possível avaliar o impacto na Unitel ou na Companhia dos assuntos discutidos na assembleia geral de 15 de dezembro de 2014 ou das alterações propostas do estatuto social e do acordo de acionistas da Unitel porque não recebemos informações suficientes para analisá-los. Além disso, cumpre destacar que os demais acionistas não têm autoridade legal para alterar o acordo de acionistas da Unitel com base em medidas tomadas em assembleia geral, uma vez que este é um Acordo entre todas as partes. Caso os outros acionistas aprovem medidas prejudiciais à Unitel ou ao investimento da Companhia nessa sociedade, tais medidas poderão ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Unitel e, por conseguinte, no valor do investimento da Companhia.

A concessão da Unitel para operar em Angola expirou e ainda não foi renovada.

A concessão da Unitel para prestar serviços de telecomunicações móveis em Angola expirou em abril de 2012. A Companhia não pode fornecer nenhuma garantia sobre os termos em que o Instituto Angolano das Comunicações concederá uma renovação desta concessão. A não obtenção da renovação desta concessão pode ter um efeito material adverso sobre a capacidade da Unitel para continuar a prestar serviços de telecomunicações móveis em Angola, o que poderia ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Unitel e no valor do investimento da Companhia nessa sociedade.

Condições políticas, econômicas e jurídicas adversas em países africanos e asiáticos onde a Companhia adquiriu investimentos poderão prejudicar a sua capacidade de receber dividendos de controladas e investimentos em África e na Ásia.

Historicamente, os governos de muitos países africanos e asiáticos onde a Companhia detém investimentos exerceram e continuam a exercer influência significativa sobre as respectivas economias e sistemas jurídicos. Países onde a Companhia detém investimentos poderão editar medidas legais ou regulamentares que restringem a capacidade de suas controladas e investidas de pagar dividendos. Paralelamente, condições políticas ou econômicas adversas nesses países poderão prejudicar a capacidade da Companhia de receber dividendos de controladas e investidas. Historicamente, a PT SGPS recebeu dividendos de controladas e investidas africanas e asiáticas, entretanto, qualquer restrição à capacidade da Companhia de receber uma parcela significativa desses dividendos poderá afetar negativamente os seus fluxos de caixa e a sua liquidez.

Além disso, os seus investimentos nessas regiões estão expostos a riscos políticos e econômicos que incluem, entre outros, variações cambiais e nas taxas de juros, inflação e políticas econômicas restritivas, além de riscos regulatórios que incluem, entre outros, processo de renovação de licenças e a evolução do varejo regulamentado e das tarifas no atacado. Adicionalmente, os nossos empreendimentos em mercados africanos e asiáticos enfrentam riscos associados ao aumento da concorrência, inclusive devido à entrada de novos concorrentes e ao rápido desenvolvimento de novas tecnologias.

O desenvolvimento de parcerias nesses mercados gera riscos relacionados à capacidade dos parceiros em explorar os ativos em conjunto. Qualquer incapacidade da Companhia e de seus parceiros para explorar esses ativos poderá ter um efeito negativo na nossa estratégia e todos esses riscos poderão afetar negativamente os resultados da Companhia.

A aquisição da PT Portugal poderá ter desencadeado alegações por parte dos parceiros de “joint ventures” ou conduzir a sua liquidação.

Alguns acordos que regulam as “joint ventures” em África e na Ásia, além da Unitel, contém disposições que conferem certos direitos, inclusive direitos de compra e de venda, aos nossos parceiros em caso de mudança de controle ou incorporação da PT SGPS. Caso esses direitos sejam exercidos, a Companhia poderá ser obrigada a deixar uma ou mais “joint ventures” rentáveis e a vender as suas ações aos seus parceiros por um preço significativamente inferior ao valor justo de mercado dessas participações. Alternativamente, a Companhia poderá ser obrigada a utilizar caixa para adquirir participações em uma ou mais “joint ventures” junto aos seus parceiros. Qualquer um desses casos poderá ter um efeito negativo relevante sobre a estratégia de investimento da Companhia para a África e a Ásia, as suas perspectivas de crescimento e/ou a sua liquidez e fluxos de caixa.

Mesmo que nenhuma disposição contratual seja aplicada durante qualquer uma das fases da combinação de negócios, o nosso relacionamento com esses parceiros poderá mudar ou piorar em virtude dessa operação por razões políticas, comerciais ou outras. A Companhia não detém nenhuma participação controladora na maioria dessas “joint ventures” e qualquer questionamento por parte dos seus parceiros nesses empreendimentos em virtude da combinação de negócios ou por outro motivo poderá conduzir a negociações dispendiosas e demoradas, processos de arbitragem ou judiciais ou, eventualmente, a alienação desses investimentos a preços significativamente inferiores ao valor justo de mercado do investimento da Companhia.

A Companhia é sócia de “joint ventures” e parcerias que poderão não ser bem sucedidas ou expor a Companhia a custos futuros.

A Companhia é sócia de “joint ventures” e parcerias em África e na Ásia. Os acordos de parceria poderão não ter os resultados previstos por diversos motivos, inclusive devido à avaliação incorreta nas necessidades ou da capacidade da Companhia ou à estabilidade financeira dos seus parceiros estratégicos. A participação da Companhia em eventuais prejuízos ou compromissos para contribuir com capital adicional nessas parcerias poderá ter um efeito negativo relevante sobre os resultados e a situação financeira da Companhia.

A nossa capacidade para trabalhar com esses parceiros ou desenvolver novos produtos e soluções poderá ser restringida, prejudicando a nossa competitividade nos mercados onde atuam tais “joint ventures” e parcerias. A Companhia poderá se envolver em disputas com os seus parceiros e ter dificuldades para chegar a um acordo que esta considere ser benéfico para tais “joint ventures” e parcerias. Adicionalmente, as “joint ventures” e as parcerias em países africanos e asiáticos são,

habitualmente, regidas pelas leis desses países e os nossos parceiros costumam ser participantes estabelecidos nesses mercados e poderão ter mais influência sobre essas economias que a Companhia. Caso a Companhia sinta dificuldades com os seus parceiros, poderá igualmente ter dificuldades para proteger os seus investimentos nesses países.

Qualquer um desses fatores poderá fazer com que essas “*joint ventures*” e parcerias deixem de ser rentáveis e resultar na perda de e ou da totalidade dos respectivos investimentos da Companhia.

O acionista minoritário da Africatel afirmou que a combinação de negócios desencadeou o direito de obrigar a Companhia a adquirir ações de emissão da Africatel sob o acordo de acionistas. Se a Companhia for obrigada a comprar esta participação na Africatel, terá de utilizar recursos que poderiam ser utilizados de outra forma, no intuito de reduzir o endividamento ou fazer investimentos no seu plano de negócios. Se tal aquisição for financiada através da assunção de dívida adicional da Companhia, haverá um efeito negativo relevante sobre a alavancagem consolidada da Companhia.

A Companhia detém indiretamente 75% do capital da Africatel. A Samba Luxco S.à.r.l., uma afiliada da Helios Investors LLP, detém os 25% restantes. A Africatel detém a participação da Companhia em empresas de telecomunicações na África subsaariana, incluindo a sua participação na Unitel, na Cabo Verde Telecom, S.A. em Cabo Verde, na MTC – *Mobile Telecommunications Limited* na Namíbia, e na Companhia Santomense de Telecomunicações S.A.R.L. em São Tomé e Príncipe, entre outras. As partes do acordo de acionistas da Africatel são a PT SGPS, as controladas Africatel GmbH & Co. KG, ou Africatel GmbH, e PT Ventures, e a Samba Luxco.

No dia 16 de setembro de 2014, a controlada Africatel GmbH, controladora direta da Africatel, recebeu uma carta da Samba Luxco, por meio da qual a esta afirma que a aquisição da PT Portugal pela Oi é considerada uma mudança de controle da PT SGPS nos termos do acordo de acionistas que essa mudança lhe dá o direito de exercer a opção de venda das ações previsto nesse acordo pelo valor patrimonial de mercado das ações por ela detidas na Africatel. Nessa correspondência, a Samba Luxco alega estar exercendo o suposto direito e, por conseguinte, exige que a Africatel GmbH adquira as suas ações da Africatel.

Em resposta, no dia 26 de setembro de 2014, a Africatel GmbH afirmou à Samba Luxco que, pelos termos do acordo de acionistas da Africatel, não teria ocorrido qualquer ato ou fato que desse lugar ao exercício da opção de venda e que pretende contestar o alegado exercício dessa opção por parte da Samba Luxco. Na mesma data, a Companhia divulgou Fato Relevante sobre as pretensões da Samba Luxco, o entendimento de que não caberia o exercício da opção de venda e que o seu Conselho de Administração teria autorizado a administração a tomar as medidas necessárias para a alienação das participações da Companhia na Africatel.

No dia 12 de novembro de 2014, o Tribunal Arbitral Internacional da Câmara Internacional de Comércio notificou a Africatel GmbH que a Samba Luxco havia iniciado um processo de arbitragem contra a Africatel GmbH para aplicar o pretenso direito de venda ou, em alternativa, certos direitos e demandas. A Africatel GmbH apresentou a sua resposta ao pedido da Samba Luxco para arbitragem em 15 de dezembro de 2014. O tribunal arbitral foi instalado no dia 12 de março de 2015. A Companhia pretende defender decisivamente a Africatel GmbH neste processo.

Caso a Companhia seja obrigada a adquirir a participação da Samba Luxco na Africatel em decorrência do exercício do alegado direito de venda, nos termos do acordo de acionistas da Africatel, a aquisição dessa participação irá reduzir os recursos da Companhia para reduzir a dívida em aberto ou a realização e outras oportunidades de investimento. Caso tal aquisição seja financiada

através da assunção de dívida adicional, a alavancagem consolidada da Companhia poderia aumentar consideravelmente e haverá um efeito negativo relevante sobre a sua situação financeira e os seus resultados.

Incorporação da TNL PCS S.A. (“TNL PCS”) na Oi Móvel

Em fevereiro de 2014 a TNL PCS (operadora de telefonia móvel das Regiões I e III) foi incorporada pela Oi Móvel (operadora de telefonia móvel da Região II). Como resultado da incorporação, a Oi Móvel tornou-se a única operadora a fornecer serviços de telefonia móvel da Companhia no Brasil.

A incorporação foi realizada com base nos valores contábeis históricos das entidades envolvidas tendo em vista ser uma operação entre entidades sob controle comum.

As participações detidas no capital das subsidiárias da Companhia, estão demonstradas abaixo:

Empresas relacionadas às operações continuadas

Empresa	Atividade	País sede	Direta 2014	Indireta 2014	Direta 2013	Indireta 2013
Oi Móvel S.A.	Telefonia móvel – Região II	Brasil		100%		100%
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. (“BrT Multimídia”)	Tráfego de dados	Brasil		100%		100%
BrT Card Serviços Financeiros Ltda. (“BrT Card”)	Serviços financeiros	Brasil		100%		100%
Brasil Telecom Call Center S.A. (“BrT Call Center”)	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing	Brasil		100%		100%
BrT Serviços de Internet S.A. (“BrTI”)	Holding	Brasil		100%		100%
Oi Internet S.A. (“Oi Internet”)	Internet	Brasil		100%		100%
Oi Paraguay Multimedia Comunicaciones SRL	Tráfego de dados	Paraguai		100%		100%
Rio Alto Gestão de Créditos e Participações S.A. (“Rio Alto”)	Gestão de carteira de direitos creditórios e participação em outras sociedades	Brasil	50%		50%	
Copart 5 Participações S.A. (“Copart 5”)	Investimentos em propriedades	Brasil		100%		100%
Telemar Norte Leste S.A.	Telefonia Fixa – Região I	Brasil	100%		100%	
TNL PCS S.A. (i)	Telefonia Móvel – Regiões I e III	Brasil				100%
Paggo Empreendimentos S.A.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil		100%		100%
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil		100%		100%
Paggo Administradora de Crédito Ltda. (“Paggo Administradora”)	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil		100%		100%
Oi Serviços Financeiros S.A. (“Oi Serviços Financeiros”)	Serviços financeiros	Brasil	99,87%	0,13%	99,87%	0,13%
Copart 4 Participações S.A. (“Copart 4”)	Investimentos em propriedades	Brasil		100%		100%
Telemar Internet Ltda. (“Telemar Internet”)	Internet	Brasil		100%		100%
Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A.	Compra e venda de imóveis	Brasil		100%		100%
SEREDE – Serviços de Rede S.A.	Serviços de rede	Brasil	0,01%	99,99%	0,01%	99,99%
Pointer Networks S.A. (“Pointer”)	Internet Wifi	Brasil		100%		100%
VEX Wifi Tec España S.L	Internet Wifi	Espanha		100%		100%
VEX Venezuela C.A	Internet Wifi	Venezuela		100%		100%
VEX Wifi S.A.	Internet Wifi	Uruguai		100%		100%
VEX Ukraine LLC	Internet Wifi	Ucrânia		90%		90%
VEX USA Inc.	Internet Wifi	Estados Unidos da America		100%		100%
VEX Bolivia SRL	Internet Wifi	Bolívia				100%
Pointer Networks S.A. – SUC Argentina	Internet Wifi	Argentina		100%		100%
VEX Wifi Canadá Ltd.	Internet Wifi	Canadá		100%		100%
VEX Chile Networks Serv Tec Ltda.	Internet Wifi	Chile				100%
VEX Colombia Ltda.	Internet Wifi	Colômbia		100%		100%
VEX Paraguay S.A.	Internet Wifi	Paraguai		99,99%		99,99%
Pointer Peru S.A.C	Internet Wifi	Peru		100%		100%

Empresa	Atividade	País sede	Direta 2014	Indireta 2014	Direta 2013	Indireta 2013
VEX Portugal S.A.	Internet Wifi	Portugal		98,58%		98,58%
VEX Panamá S.A.	Internet Wifi	Panamá				100%
Oi Brasil Holdings Cooperatief UA (“Oi Holanda”)	Sistemas de pagamentos e de crédito	Holanda	100%		100%	
Tupã Torres S.A.	Investimentos em propriedades	Brasil				100%
Caryopoceae Participações S.A.	Investimentos em propriedades	Brasil				100%
Bryophyta SP Participações S.A.	Investimentos em propriedades	Brasil		100%		100%

Empresas relacionadas às operações descontinuadas

Empresa	Atividade	País sede	Direta 2014	Indireta 2014	Direta 2013	Indireta 2013
PT Portugal, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	100%			
Directel - Listas Telefónicas Internacionais, Lda. (“Directel”)	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações internacionais	Portugal		75%		
Janela Digital - Informativo e Telecomunicações, Lda	Desenvolvimento de tecnologias de informação para mediadores imobiliários	Portugal		50%		
Openideia - Tecnologias de Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação	Portugal		100%		
Portugal Telecom Data Center, S.A.	Prestação de serviços e fornecimento de produtos na área de sistemas e tecnologias de informação, incluindo processamento de dados, domicílio de informação e aspectos relacionados.	Portugal		100%		
PT Pay, S.A.	Prestação de serviços de pagamento	Portugal		100%		
Portugal Telecom Inovação e Sistemas, S.A. (“PT Inovação e Sistemas”)	Inovação, investigação, desenvolvimento e integração de serviços e soluções em telecomunicações, serviços de engenharia e formação em telecomunicações	Portugal		100%		
Postal Network – Prestação de Serviços de Gestão de Infraestrutura de comunicações ACE	Prestação de serviços postais	Portugal		51%		
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Gestão de fundos de pensões	Portugal		82%		
PT Centro Corporativo, S.A.	Prestação de serviços de consultoria a empresas do Grupo	Portugal		100%		
MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia (“MEO”) (anteriormente denominada PT Comunicações, S.A.) (ii)	Estabelecimento, gestão e exploração de infraestruturas de telecomunicações, prestação do serviço público de telecomunicações e do serviço de teledifusão e telecomunicações móveis	Portugal		100%		
PT Contact - Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. (“PT Contact”)	Produção, promoção e comercialização de sistemas de informação, incluindo produtos e serviços de informação e correspondente assistência técnica	Portugal		100%		
PT Imobiliária, S.A.	Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis	Portugal		100%		
PT Investimentos S.A. (“PT I”)	Serviços de consultoria e gestão de negócios, elaboração de projetos e estudos económicos e gestão de investimentos.	Portugal		100%		
PT Móveis, SGPS, S.A. (“PT Móveis”)	Gestão de participações sociais no âmbito dos negócios móveis	Portugal		100%		
PT Participações, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal		100%		
PT Prestações-Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. (“PT Prestações”)	Aquisição e gestão de bens móveis e imóveis, bem como a realização de investimentos	Portugal		100%		

Empresa	Atividade	País sede	Direta 2014	Indireta 2014	Direta 2013	Indireta 2013
PT Pro- Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A.	Prestação de serviços de assessoria empresarial, administração e gestão empresarial.	Portugal		100%		
PT Sales - Serviços de Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. ("PT Sales")	Prestação de serviços nas áreas de telecomunicações, serviços e sistemas de informação	Portugal		100%		
PT Ventures, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais no âmbito dos investimentos internacionais	Portugal		75%		
PT Cloud e Data Centers, S.A. ("PT IS")	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação	Portugal		100%		
TPT - Telecomunicações Públicas de Timor, S.A. ("TPT")	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimídia e tecnologias de informação em Timor.	Portugal		76%		
Carrigans Finance S.A. R.L.	Gestão de investimentos	Luxemburgo		100%		
PT Brasil	Gestão de investimentos	Brasil		100%		
Portugal Telecom Inovação Brasil, Ltda.	Desenvolvimento de atividade nas áreas de tecnologias de informação e telecomunicações	Brasil		100%		
PT Multimídia.com Brasil, Ltda. ("PTM.com Brasil")	Gestão de investimentos	Brasil		100%		
Cabo Verde Móvel, S.A.	Exploração do serviço de telecomunicações móveis	Cabo Verde		30%		
Cabo Verde Multimídia, S.A.	Exploração de serviços de multimídia	Cabo Verde		30%		
Cabo Verde Telecom, S.A. R.L.	Exploração de serviços de telecomunicações	Cabo Verde		30%		
Contact Cabo Verde – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A.	Gestão de "call" e de "contact center"	Cabo Verde		100%		
CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A. R.L.	Exploração do serviço público de telecomunicações em São Tomé e Príncipe	São Tomé		38%		
Directel Cabo Verde – Serviços de Comunicação, Lda.	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins em Cabo Verde	Cabo Verde		57%		
Directel Uganda – Telephone Directories, Limited	Publicação de listas telefónicas	Uganda		75%		
Elta - Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda.	Publicação de listas telefónicas	Angola		41%		
Openideia Marrocos, S.A.	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação	Marrocos		100%		
Openideia Angola, S.A.	Prestação de serviços nas áreas de telecomunicações, serviços e sistemas de informação	Angola		100%		
Kenya Postel Directories, Ltd.	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras publicações	Quênia		45%		
LTM - Listas Telefónicas de Moçambique, Lda.	Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificadas de telecomunicações	Moçambique		38%		
Mobile Telecommunications Limited	Exploração do serviço móvel	Namíbia		26%		
TMM - Telecomunicações Móveis de Moçambique, S.A.	Exploração do serviço móvel	Moçambique		98%		
Africatel GmbH	Gestão de investimentos	Alemanha		100%		
Africatel Holdings, BV	Gestão de investimentos	Holanda		75%		
CVTEL, BV	Gestão de investimentos	Holanda		100%		
Portugal Telecom Internacional Finance B.V. ("PTIF")	Obtenção de fundos no mercado internacional	Holanda		100%		
Timor Telecom, S.A.	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor	Timor		44%		
PT BlueClip	Prestação de serviços de consultoria a empresas do Grupo	Portugal		100%		

- (i) Empresa incorporada em fevereiro de 2014, conforme Nota 1.
- (ii) Em 29 de dezembro de 2014 esta empresa incorporou a anterior MEO – Serviços de Comunicações e Multimídia, que presta serviços de telefonia móvel em Portugal

As participações em negócios em conjunto são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	País sede	Direta 2014	Indireta 2014	Direta 2013	Indireta 2013
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Tráfego de dados	Brasil		50%		50%
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções")	Financeira	Brasil		50%		50%
Ericsson Inovação, S.A.	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis	Brasil		49%		

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

(a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2013, não existindo diferenças significativas nas práticas contábeis seguidas pela PT Portugal com relação às adotadas pela Companhia.

A Companhia, com o objetivo de aprimorar as divulgações das Demonstrações Financeiras, realizou as seguintes alterações em suas demonstrações financeiras: (i) apresentação em uma única nota dos resultados por natureza; e (ii) apresentação das despesas com participação de empregados e administradores na rubrica de despesas com pessoal. De modo a assegurar a comparabilidade com o ano corrente foram efetuadas as reclassificações dos valores correspondentes de 2013.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” emitidos pelo IASB – “*International Accounting Standards Board*” e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas DFs separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS.

(b) Principais políticas contábeis

Critérios de consolidação das controladas pelo método integral

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R2) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 8).

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil e em Portugal e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de “*hedge*” (“*hedge accounting*”) e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de “*hedge*” de fluxo de caixa e operações de “*hedge*” de investimento líquido.

Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial";
- as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como “*hedge*” desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Apresentação de informação por segmentos

As informações sobre segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Administração. Os resultados operacionais são analisados frequentemente sobre os recursos a serem alocados para avaliação de desempenho e decisões estratégicas.

Combinações de negócios

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos. A contraprestação

transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura (“*goodwill*”), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, “*simcard*” e acessórios. A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

Estoques

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.

- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.
- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

Ativo financeiro disponível para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros disponíveis para venda inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for altamente provável. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em base pro rata.

Operação descontinuada é um componente ou uma unidade de negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente do restante da Companhia. A classificação de operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia classificou como operação descontinuada seus negócios em Portugal detidos pela PT Portugal e que se encontram comprometidos com a venda à Altice e classificou os investimentos nos negócios em África como mantidos para venda.

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.

- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia.

As UGC são unidades identificáveis de negócios da Companhia com capacidade de geração de caixa.

As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outras;
- Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações da Companhia, entre outras.

Para os ativos de vida útil definida e indefinida, os valores recuperáveis das UGC foram determinados com base em projeções do valor em uso, as referidas projeções suportam a recuperação desses ativos.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia, exceto pelas receitas a apropriar provenientes da cessão de torres fixas, nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; e (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acréscimos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida e de aplicações financeiras no exterior em moeda estrangeira e, inclusive, decorrentes das variações das taxas de juros flutuantes das dívidas.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

A Companhia adota a prática de contabilidade de “*hedge*” para os instrumentos financeiros derivativos. A adoção desta prática objetiva a redução da volatilidade do resultado reconhecido devido à variação do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos designados para a contabilidade de “*hedge*” são submetidos a testes periódicos de efetividade prospectiva e retrospectiva utilizando metodologia de compensação monetária (“*dollar offset*”).

Os derivativos contratados e designados para contabilidade de “*hedge*” são formalmente identificados por meio de documentação na designação inicial, elaboradas de acordo com os requisitos do CPC 38 (IAS 39). Foram designados para contabilidade de “*hedge*” os instrumentos financeiros derivativos classificados como “*hedge*” de fluxo de caixa.

A parcela eficaz, conforme definido no CPC 38 (IAS 39), é registrada em conta do patrimônio líquido, denominada “Outros resultados abrangentes”, líquida de impostos, e é reclassificada para resultado financeiro com base na taxa efetiva. A parcela ineficaz, mensurada após testes de efetividade realizados trimestralmente, é registrada no resultado financeiro no mesmo período em que ocorre.

As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados para fins de contabilidade de “*hedge*” são contabilizadas como receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período em que ocorrem.

Será terminada a relação de “*hedge*” e a designação removida quando:

- (i) O contrato do instrumento financeiro derivativo for exercido, terminado ou liquidado, ou se a Companhia e sua controlada TMAR removerem voluntariamente a designação, obedecendo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 (IAS 39). Caso o objeto de “*hedge*” continue existindo, os saldos acumulados em outros resultados abrangentes referentes às variações do valor justo do instrumento financeiro derivativo são apropriados ao resultado do exercício no qual as despesas de juros e variações cambiais do objeto de “*hedge*” são apropriadas.
- (ii) A dívida for pré-paga ou extinta. Neste caso, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é imediatamente apropriado às receitas e/ou despesas financeiras no resultado do exercício no qual a designação for desfeita.

As informações requeridas sobre os instrumentos financeiros derivativos, assim como os efeitos reconhecidos pela Companhia e sua controlada TMAR no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, estão descritas na Nota 3.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

- Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 23).

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

- Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico, o custo é registrado anualmente em despesas de pessoal.

Benefícios a empregados em Portugal incluído em passivos associados a ativos mantidos para venda e operações descontinuadas (Nota 28)

Responsabilidades com complementos de pensão

No âmbito dos planos de benefícios definidos, a MEO e a PT Cloud e Data Centers, S.A. são responsáveis por pagar complementos de pensão a alguns dos seus empregados, tendo sido constituídos vários fundos pela MEO para financiar estas obrigações.

A fim de estimar as suas responsabilidades com os planos de benefícios definidos, são obtidos periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades determinadas de acordo com o “Método da Unidade de Crédito Projetada”. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no resultado abrangente, nomeadamente os resultantes de alterações nos pressupostos atuariais e de diferenças entre dados reais e esses mesmos pressupostos atuariais.

As alterações aos planos relativas a reduções ou aumentos de benefícios concedidos aos empregados são registradas como ganhos e perdas com serviços passados. Os ganhos obtidos com a liquidação de um plano são reconhecidos, quando incorridos, no resultado.

As obrigações reconhecidas no balanço patrimonial representam o valor atual das obrigações com os planos de benefícios definidos, deduzido do valor justo dos ativos dos fundos.

Os planos que apresentam um excesso de financiamento são registados como um ativo quando há uma autorização expressa para a sua compensação com as contribuições patronais futuras, ou se o reembolso desse excedente financeiro é expressamente autorizado ou permitido.

As contribuições efetuadas no âmbito dos planos de contribuição definida são registradas como custo na demonstração do resultado na data em que as mesmas são devidas. De acordo com estes planos, no caso de o fundo não ter ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços prestados no ano corrente e em anos anteriores, o patrocinador não tem a obrigação legal ou construtiva de fazer contribuições adicionais.

Responsabilidades com cuidados de saúde

A MEO e a PT Cloud e Data Centers têm o compromisso de conceder a alguns dos seus empregados, bem como aos respectivos familiares elegíveis, cuidados de saúde a prestar após a idade da reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos. Este Plano de Saúde é gerido pela Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde (“PT ACS”), tendo em 2004 sido constituído um fundo autónomo para financiar estas responsabilidades, gerido pela PT Prestações – Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. (“PT Prestações”).

A fim de estimar as suas responsabilidades com o pagamento dos referidos cuidados de saúde após a data de reforma, são obtidos periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades, determinadas de acordo com o “Método da Unidade de Crédito Projetada”. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no resultado abrangente, nomeadamente os resultantes de alterações nos pressupostos atuariais e de diferenças entre os dados reais e esses mesmos pressupostos atuariais.

As alterações aos planos relativas a reduções ou aumentos de benefícios concedidos aos empregados são registradas como ganhos e perdas com serviços passados no resultado. Os ganhos obtidos com a liquidação de um plano são reconhecidos quando incorridos no resultado.

As responsabilidades com cuidados de saúde, reconhecidas no balanço patrimonial, representam o valor presente das obrigações com os planos de benefícios definidos, deduzido do valor justo dos ativos do fundo constituído.

Os planos que apresentam um excesso de financiamento são registrados como um ativo quando há uma autorização expressa para a sua compensação com as contribuições patronais futuras, ou se o reembolso desse excedente financeiro é expressamente autorizado ou permitido.

Pré-reforma e suspensões do contrato de trabalho

No âmbito dos programas de pré-reforma ou suspensão do contrato de trabalho, é reconhecido no balanço patrimonial um passivo correspondente ao valor presente dos salários a pagar até à idade da reforma. O respectivo custo é registrado no resultado.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas provenientes da venda de cartões indutivos (TUP – Telefonia de Uso Público) são registradas quando os créditos são efetivamente consumidos pelos clientes.

- Programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”)

A controlada Oi Móvel implementou um programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”), no qual os clientes de telefonia móvel acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por pacotes de serviços de telefonia móvel, descontos em aparelhos, eventos disponíveis no “experiências Oi” e/ou transferi-los ao Programa Multiplus Fidelidade (programa parceiro) para trocá-los por diversos outros benefícios do referido programa, tais como passagens aéreas, abastecimento em postos de combustíveis, entre outros.

Os pontos concedidos no programa são contabilizados como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados ou transferidos aos programas parceiros. O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos que foram resgatados em troca de prêmios em relação ao número total que se espera que seja resgatado.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as

condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2)/IAS 7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

A Administração da Companhia inclui na base de cálculo da provisão entidades governamentais, clientes corporativos e outros fornecedores de serviços de telecomunicações. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 14 e 15, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (“*impairment*”) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado. Para os ativos de vida útil indefinida (“*goodwill*”) a Companhia testa, no mínimo anualmente, eventuais perdas no ágio de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2 (b).

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de

saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 21. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, decisões recentes e premissas estatísticas, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. Os ativos financeiros disponíveis para venda relacionados ao investimento na Unitel foram valorizados a valor justo de acordo com os ativos operacionais que serviram de base para valorização do aumento de capital da PT, conforme mencionado na Nota 1 (Riscos relacionados à participação detida na Unitel). As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações.

Em decorrência da assinatura do contrato de venda das operações da PT Portugal, o referido investimento foi avaliado pela Companhia pelo seu valor justo, com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas (Nota 28). As premissas de apuração do valor justo do investimento na PT Portugal poderão sofrer ajustes usualmente adotados em operações similares.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

(d) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas podem ser relevantes para Companhia e são efetivas para exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2015 e não foram adotadas na preparação destas Demonstrações Financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia e suas controladas estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IAS 27 – Método de equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas - A atualização permite uma entidade a utilizar o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, “*joint ventures*” e coligadas em suas demonstrações contábeis separadas. A revisão é aplicável para exercícios iniciados em ou após a 1 de janeiro de 2016, com aplicação retroativa. A Companhia avaliou os impactos da alteração do IAS 27, e não identificou impactos no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros - substitui as orientações existentes na IAS 39 - “*Financial Instruments: Recognition and Measurement*” (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de “*hedge*”. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A referida norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia está avaliando o impacto do IFRS 9 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - exige que a entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A norma substitui a maior parte das orientações detalhadas sobre o reconhecimento de receita. A nova norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os impactos do IFRS 15 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que todos os novos pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Visão geral

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2014			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Equivalentes de caixa	Valor justo	243.845	243.845	1.916.921	1.916.921
Aplicações financeiras	Valor justo	42.902	42.902	282.700	282.700
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	2.255.460	2.255.460	3.221.481	3.221.481
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	3.151.856	3.151.856		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.978.558	1.978.558	7.455.687	7.455.687
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	854.231	854.231		
Ativos mantidos para venda	Valor justo	2.821.322	2.821.322	33.926.592	33.926.592
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.397.610	1.397.610	4.331.286	4.331.286
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	16.036.198	15.779.521	28.072.519	27.534.247
Debêntures	Custo amortizado	8.605.234	8.364.946	7.776.876	7.513.867
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	571.836	571.836	666.922	666.922
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	181.477	181.477	185.138	185.138
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado	40.052	40.052	1.361.940	1.361.940
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	519.917	519.917	990.230	990.230
Demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária) (iii)	Custo amortizado	408.978	408.978	408.978	408.978

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2013			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Equivalentes de caixa	Valor justo	418.699	418.699	2.118.646	2.118.646
Aplicações financeiras	Valor justo	47.995	47.995	591.639	591.639
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	1.356.071	1.356.071	2.073.179	2.073.179
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	228.269	228.269		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.844.012	1.844.012	7.096.679	7.096.679
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	673.508	673.508		
Outros valores a receber	Custo amortizado	1.775.691	1.775.691	1.775.691	1.775.691
Ativo financeiro disponível para venda (iv)	Valor justo			914.216	914.216
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.659.794	1.659.794	4.732.174	4.732.174
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	13.418.258	13.043.219	26.478.941	26.103.901
Debêntures	Custo amortizado	10.393.168	10.396.157	9.374.685	9.303.058
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	403.056	403.056	566.651	566.651
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	220.168	220.168	230.721	230.721
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado			1.484.407	1.484.407
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	569.901	569.901	1.120.304	1.120.304
Demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária) (iii)	Custo amortizado	418.069	418.069	418.069	418.069

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía um direito compensatório sobre a PT SGPS relativo a subscrição do aumento de capital de 5 de maio de 2014, mensurado R\$ 2.895 milhões (equivalente a 897 milhões de Euros) e possui uma obrigação de adquirir da PT SGPS ações da Oi (que serão mantidas em tesouraria) por troca deste ativo compensatório no âmbito do contrato de permuta assinado em 8 de setembro de 2014, aprovado pela AGE da PT SGPS, pela CVM e sujeito à aprovação da AGE da Companhia marcada para 26 de março de 2015. Considerando que este ativo e passivo possuem o mesmo valor, são liquidáveis com a mesma entidade e no mesmo momento, a Companhia apresentou-os de forma compensada.

(i) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

(ii) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil.

(iii) As autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações (obrigação de compra de participação acionária) não possuem mercado ativo, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

(iv) Em decorrência do aumento de capital da Companhia subscrito pela PT SGPS em ativos da PT Portugal, do montante registrado em 30 de abril de 2014, R\$ 570.990 foram reclassificados ao valor do investimento da PT Portugal e R\$ 263.028 foram reclassificados para ações em tesouraria, pois na sequência do aumento de capital da Companhia, a PT SGPS manteve apenas investimento na Oi.

3.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

(a) Instrumentos financeiros derivativos

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(b) Instrumentos financeiros não-derivativos mensurados ao valor justo

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(c) Hierarquia do valor justo

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “inputs” são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;

Nível 2 — Os “inputs” são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Não ocorreram transferências entre níveis entre 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014.

	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		2014	2013	2014	2013
Ativos					
Equivalentes de caixa	Nível 2	243.845	418.699	1.916.921	2.118.646
Aplicações financeiras	Nível 2	42.902	47.995	282.700	591.639
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	2.255.460	1.356.071	3.221.481	2.073.179
Ativo financeiro disponível para venda	Nível 1				914.216
Ativos mantidos para venda (i)	Nível 3	4.284.416		4.284.416	
Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	571.836	403.056	666.922	566.651

- (i) Refere-se ao valor justo registrado relativo à Unitel, transferido para mantidos para venda conforme Nota 28. O valor justo deste investimento na data de aquisição foi estimado com base na avaliação efetuada pelo Banco Santander (Brasil), o qual recorreu a diversas estimativas e pressupostos, incluindo projeções de fluxos de caixa para um período de quatro anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxos de caixa e a definição de taxas de desconto adequadas. Em 31 de dezembro de 2014, o valor justo deste investimento foi determinado com uma metodologia idêntica à adotada pelo Banco Santander (Brasil), onde foram atualizados os pressupostos e estimativas relevantes, bem como, foram considerados os eventos mencionados na Nota 1 (“Riscos relacionados à participação detida na Unitel”). Neste contexto, a Companhia avalia que o valor justo da Unitel representa a melhor estimativa para a realização deste investimento.

3.3. Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos e valores a receber e a pagar com partes relacionadas: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária): todas as obrigações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

3.4. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

As Políticas de “*Hedge*” e Aplicações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

De acordo com a Política de “*Hedge*”, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como “*swaps*” e termo de moedas. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação das Políticas, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, que se reúne mensalmente, e atualmente é composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Planejamento Executivo, Diretor de Desenvolvimento e Gestão de Novos Negócios, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria e acompanhado pelo Diretor de Auditoria Interna.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

3.4.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em títulos emitidos por instituições financeiras no exterior, semelhantes aos Certificados de Depósito Bancário (CDBs), negociados no Brasil (“*time deposits*”).

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos quando convertidos em Reais. Os ativos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 11,41% (2013 – 13,25%) do total das disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Investimento líquido em controladas no exterior

Os riscos relacionados com os investimentos da Companhia em moeda estrangeira surgem, substancialmente, em razão dos investimentos na controlada PT Portugal e suas subsidiárias. A Companhia não tem qualquer instrumento contratado para cobertura de risco associado aos investimentos líquidos em empresas estrangeiras, contudo, a Companhia contratou NDFs - “*Non Deliverable Forward*” para proteção parcial de dívidas em Euros de suas controladas no exterior.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 41,7% (2013 – 41,1%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada da Oi em moeda estrangeira 100,0% (2013 – 99,6%) está coberta por operações de proteção nas modalidades “*swap*” cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Adicionalmente, ao final de dezembro de 2014, a Companhia possuía operações de derivativos contratadas no valor de € 950 milhões para proteção do risco cambial de uma parcela da dívida da PT nesta moeda. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item 3.2 (a) acima.

Esses ativos e passivos financeiros estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	2014		2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	32.007	32.007	37.297	37.297
Aplicações financeiras	4.885	4.885	869	869
Instrumentos financeiros derivativos	2.254.133	2.254.133	1.349.991	1.349.991
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	7.630.336	7.630.336	6.753.088	6.753.088
Instrumentos financeiros derivativos	338.193	338.193	231.166	231.166

	CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	224.806	224.806	369.292	369.292
Aplicações financeiras	86.807	86.807	30.334	30.334
Ativo financeiro disponível para venda			914.216	914.216
Instrumentos financeiros derivativos	3.025.464	3.025.464	1.954.915	1.954.915
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	14.781.242	14.781.242	14.566.437	14.566.437
Instrumentos financeiros derivativos	425.784	425.784	369.464	369.464

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		2014	2013
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	4,3 - 8,2	1.137.439	435.184
Contratos de "swap cross currency" US\$/Pré	5,8	649.293	420.215
Contratos de "Non Deliverable Forward" EUR/R\$	< 1 ano	23.524	

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		2014	2013
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	0,5 - 8,2	1.816.206	865.664
Contratos de "swap cross currency" US\$/Pré	5,8	649.293	420.215
Contratos de "Non Deliverable Forward" EUR/R\$	< 1 ano	23.524	

	Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		2014	2013
Contratos de "Non Deliverable Forward" US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	95.577	130.675
Contratos de "Non Deliverable Forward" EUR /R\$ (NDF)	< 1 ano	10.107	132.751

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		2014	2013
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$	1,1	24.122	21.649
Contratos de “swap cross currency” R\$/US\$	1,1	(31.290)	(31.969)
Contratos de “Non Deliverable Forward” US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	107.718	177.140
Contratos de “Non Deliverable Forward” EUR /R\$ (NDF)	< 1 ano	10.107	132.752

As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

Contratos de “cross currency swap” (“plain vanilla”)

US\$/R\$: Referem-se a operações de “swap” cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e a posição passiva é um percentual do CDI ou taxa pré-fixada em Reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar.

R\$/US\$: Referem-se a operações de “swap” cambial para reverter contratos de “swap”. Nestes contratos, a posição passiva é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e a posição ativa é um percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos “swaps” em Dólar revertidos.

Contratos de NDF - “Non Deliverable Forward”

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Dólar. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Dólar para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Dólar para posições mais longas.

Euro/R\$: Referem-se a operações de compra de Euro futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Euros. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Euro para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Euro para posições mais longas.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (vide Nota 6):

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Ganho (perda) com “swap” cambial	466.389	391.417	674.228	676.490
Operações de termo em moedas	(232.736)	498.693	(317.740)	478.152
Total	233.653	890.110	356.488	1.154.642

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “hedges” cambiais designados para fins de contabilidade de “hedge”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “hedge” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 2013	57.474	57.474
Resultado dos “hedges” designados	153.799	143.524
Transferência da porção inefetiva ao resultado	11.019	10.443
Amortização dos “hedges” ao resultado pela taxa efetiva	8.161	9.081
Tributos diferidos sobre contabilidade de “hedge”	(58.812)	(55.437)
“Hedge” reflexo de controlada	(6.556)	
Saldo em 2014	165.085	165.085

(a.1) Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2014. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	2014	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	2,65620	0%
Euro	3,22700	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	3,32025	25%
Euro	4,03375	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	3,98430	50%
Euro	4,84050	50%

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração estimou o fluxo de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste exercício e nas taxas de câmbio apresentadas acima.

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

CONTROLADORA				
2014				
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	5.433.444	6.791.805	8.150.166
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(9.537.220)	(11.921.525)	(14.305.830)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(36.892)	(46.115)	(55.338)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.426.157	3.032.696	3.639.236
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(5.456.191)	(6.820.239)	(8.184.287)
Total vinculado a taxas de câmbio		(7.170.702)	(8.963.378)	(10.756.053)

CONSOLIDADO				
2014				
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	12.706.455	15.883.069	19.059.683
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(12.835.310)	(16.044.138)	(19.252.965)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(286.628)	(358.285)	(429.942)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.426.157	3.032.696	3.639.236
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(5.456.191)	(6.820.239)	(8.184.287)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(24.985)	(31.231)	(37.478)
Total vinculado a taxas de câmbio		(3.470.502)	(4.338.128)	(5.205.753)

(b) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América.

Em 31 de dezembro de 2014, aproximadamente 60,3% (2013 – 63,2%) da dívida consolidada contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 79,4% (2013 – 76,0%) da dívida consolidada estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas após operações de “*hedge*” é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de “*hedge*”. Porém, como o caixa da Companhia e de suas controladas está

aplicado principalmente em títulos atrelados à variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no circulante não constitui um risco material para a Companhia e suas controladas.

Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	2014		2013	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	211.838	211.838	381.402	381.402
Aplicações financeiras	38.017	38.017	47.126	47.126
Créditos com partes relacionadas	3.151.856	3.151.856	228.269	228.269
Instrumentos financeiros derivativos	1.327	1.327	6.080	6.080
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	12.986.020	12.986.020	13.070.601	13.070.601
Instrumentos financeiros derivativos	233.643	233.643	171.890	171.890

	CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	1.692.115	1.692.115	1.749.354	1.749.354
Aplicações financeiras	195.893	195.893	561.305	561.305
Instrumentos financeiros derivativos	196.017	196.017	118.264	118.264
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	17.722.928	17.722.928	19.115.168	19.115.168
Instrumentos financeiros derivativos	241.138	241.138	197.187	197.187

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		2014	2013
Contratos de "swap" Pré/DI	5,8	(37.626)	(53.625)

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		2014	2013
Contratos de "swap" Pré/DI	5,8	(37.627)	(53.625)
Contratos de "swap" US\$ LIBOR/US\$ Pré	0,5	(1.413)	(4.066)

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		2014	2013
Contratos de “swap” US LIBOR/US\$ Pré	7,1	(194.690)	(112.185)

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		2014	2013
Contratos de “swap” US\$ LIBOR/US\$ Pré	1,1 - 7,1	(200.771)	(133.417)
Contratos de “swap” US\$ Pré/US\$ LIBOR	7,1	194.690	112.185

As operações de proteção contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco de taxa de juros são principalmente:

Contratos de “swap” de taxa de juros

US\$ LIBOR/US\$ Pré: Referem-se a operações de “swap” de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a posição ativa é em LIBOR de Dólar e a posição passiva é em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

US\$ Pré/US\$ LIBOR: Refere-se a operação de “swap” de taxa de juros para trocar os pagamentos da dívida contratada em Dólar com taxa pré-fixada para pós fixada. Neste contrato, a posição ativa é pré-fixada de Dólar e a posição passiva é em taxa LIBOR, com o objetivo de baratear o custo da dívida lastro, dentro da estratégia de gestão do passivo oneroso da Companhia.

R\$ Pré/CDI: Referem-se a operações de “swap” de taxa de juros para conversão de uma posição de “swap” cambial passivo pré-fixado em R\$ para passivo em % DI. Esta operação visa trocar o lastro cambial de determinada dívida em US\$ para uma posição flutuante em DI, anulando o efeito da ponta pré-fixada presente na estrutura.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos nos montantes apresentados abaixo: (vide Nota 6).

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Ganho (perda) com “swap” taxa de juros	(76.412)	(51.940)	70.896	3.878
Total	(76.412)	(51.940)	70.896	3.878

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “hedges” de taxa de juros designados para fins de contabilidade de “hedge”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “hedge” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 2013	(56.624)	(56.624)
Resultado dos “hedges” designados	18.042	20.029
Transferência da porção inefetiva ao resultado	(97)	(97)
Amortização dos “hedges” ao resultado pela taxa efetiva	4.505	3.070
Tributos diferidos sobre contabilidade de “hedge”	(7.633)	(7.820)
“Hedge” reflexo de controlada	365	
Saldo em 2014	(41.442)	(41.442)

(b.1) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP, e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, desde janeiro de 2013, a TJLP se mantém estável em 5,0% a.a.

2014								
Cenários de taxas de juros								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M
11,57%	5,00%	0,36280%	14,46%	6,25%	0,45350%	17,36%	7,50%	0,54420%

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração estimou os fluxos futuros de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP, e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

CONTROLADORA				
2014				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	2.453.576	2.960.503	3.463.527
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	3.897.314	4.800.933	5.693.678
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	251.601	280.691	298.881
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	22.899	23.898	24.898
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(1.020.678)	(1.046.620)	(1.072.562)
Total vinculado a taxas de juros		5.604.712	7.019.405	8.408.422

CONSOLIDADO				
2014				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	3.253.387	3.919.869	4.580.353
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	4.574.062	5.614.431	6.642.085
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	1.380.926	1.550.066	1.681.962
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	144.220	150.194	156.167
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(103.482)	(108.081)	(112.679)
Total vinculado a taxas de juros		9.249.113	11.126.479	12.947.888

3.4.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 31 de dezembro de 2014, aproximadamente 99,49% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de “rating” AAA, AA, A e de risco soberano.

A Companhia possui riscos de crédito relativos a dividendos a receber associados ao investimento na Unitel. Os riscos de créditos associados a esses dividendos a receber da Unitel são detalhados na Nota 1 (Riscos relacionados à participação detida na Unitel).

3.4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinar dívidas.

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

O Grupo Oi possui duas linhas de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As linhas de crédito rotativo foram contratadas em novembro de 2011 e em dezembro de 2012 junto a sindicatos compostos por diversos bancos comerciais globais.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, quando aplicável:

	CONTROLADORA				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2014					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	2.748.610	6.915.701	9.629.806	(971.900)	18.322.217
Debêntures (i)	1.094.384	6.182.472	5.118.046		12.394.902
Fornecedores (ii)	265.074				265.074
Autorizações e concessões (iii)	40.052				40.052
Programa de refinanciamento fiscal (iv)	52.590	158.619	105.746	202.962	519.917

	CONSOLIDADO				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2014					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	6.316.935	15.891.380	6.730.358	3.899.588	32.838.261
Debêntures (i)	1.094.384	6.206.427	5.165.382	8.179	12.474.372
Fornecedores (ii)	1.486.268				1.486.268
Autorizações e concessões (iii)	675.965	685.693	282		1.361.940
Programa de refinanciamento fiscal (iv)	94.041	302.115	201.410	392.664	990.230

Os valores incluídos nas tabelas consideram as estimativas dos fluxos de pagamentos contratuais não descontados e não são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e fornecedores.

- (i) Inclui estimativas de pagamentos de juros futuros, calculados com base nas taxas de juros aplicáveis a cada período e considera que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente;
- (ii) Consiste nas estimativas em obrigações de compra de equipamentos de rede de telefonia fixa e móvel no Brasil de acordo com as obrigações contratuais firmadas com nossos fornecedores, incluindo todos os termos significativos e o tempo aproximado da transação; e
- (iii) Consiste em obrigações devidas à ANATEL relacionadas às autorizações de radiofrequências. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período.
- (iv) Consiste no programa de parcelamento de tributos que foram aderidos aos programas de refinanciamento fiscal. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período.

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2015	52.590	94.041
2016	52.873	100.705
2017	52.873	100.705
2018	52.873	100.705
2019	52.873	100.705
2020	52.873	100.705
De 2021 a 2022	105.746	201.410
De 2023 a 2025	97.216	191.254
Total	519.917	990.230

Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida líquida (Dívida bruta menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/EBITDA..... entre 2x e 4,0x

Dívida Líquida/EBITDA entre 1,4x e 3x

Índice de cobertura de juros (*)..... maior que 1,75

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

3.4.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “covenants” financeiros atrelados às dívidas, detalhado na Nota 17, na seção “Covenants”.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Receita bruta de vendas e/ou serviços	13.748.891	13.810.668	45.357.481	45.252.584
Deduções da receita bruta	(7.217.790)	(6.927.298)	(17.110.382)	(16.830.437)
Tributos	(2.129.791)	(2.392.581)	(8.906.909)	(9.538.623)
Outras deduções	(5.087.999)	(4.534.717)	(8.203.473)	(7.291.814)
Receitas de vendas e/ou serviços	6.531.101	6.883.370	28.247.099	28.422.147

5. RESULTADOS POR NATUREZA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Receitas de vendas e/ou serviços	6.531.101	6.883.370	28.247.099	28.422.147
Receitas (despesas) operacionais:				
Interconexão	(1.151.464)	(1.555.349)	(2.689.815)	(3.965.623)
Pessoal	(667.824)	(635.600)	(2.829.307)	(2.534.222)
Serviços de terceiros	(1.507.380)	(1.438.002)	(6.258.606)	(6.119.733)
Serviço de manutenção da rede	(561.042)	(678.702)	(1.923.074)	(2.328.140)
Custo de aparelhos e outros			(730.444)	(515.377)
Publicidade e propaganda	(69.491)	(34.490)	(674.275)	(556.500)
Aluguéis e seguros	(491.641)	(425.140)	(3.119.521)	(2.119.684)
Provisões / Reversões	(400.890)	(288.715)	(779.314)	(656.849)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(94.170)	(179.295)	(649.463)	(922.779)
Tributos e outras receitas (despesas) (i)	1.415.358	1.216.706	(1.628.867)	(1.507.701)
Outras receitas operacionais, líquidas (ii)	683.914	1.788.429	3.245.643	2.369.555
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(2.844.630)	(2.230.158)	(18.037.043)	(18.857.053)
Depreciação e amortização	(862.796)	(821.613)	(4.535.418)	(4.278.477)
Total das despesas operacionais	(3.707.426)	(3.051.771)	(22.572.461)	(23.135.530)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	2.823.675	3.831.599	5.674.638	5.286.617
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	840.628	543.404	1.344.767	1.375.217
Despesas financeiras	(3.722.218)	(2.904.087)	(5.891.332)	(4.649.665)
Total do resultado financeiro	(2.881.590)	(2.360.683)	(4.546.565)	(3.274.448)
Lucro antes das tributações	(57.915)	1.470.916	1.128.073	2.012.169
Imposto de renda e contribuição social	64.743	22.099	(1.119.955)	(519.154)
Lucro líquido das operações continuadas	6.828	1.493.015	8.118	1.493.015
Operações descontinuadas				
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	(4.414.539)		(4.414.539)	
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(4.407.711)	1.493.015	(4.406.421)	1.493.015
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	(4.407.711)	1.493.015	(4.407.711)	1.493.015
Lucro atribuído aos acionistas não controladores			1.290	
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(2.860.665)	(3.304.864)	(15.229.602)	(15.259.215)
Despesas com vendas	(1.311.597)	(1.320.752)	(5.611.772)	(5.571.891)
Despesas gerais e administrativas	(1.247.489)	(1.271.104)	(3.751.410)	(3.581.544)
Outras receitas operacionais	966.668	2.156.750	4.466.914	3.193.024
Outras despesas operacionais	(613.893)	(374.986)	(2.440.710)	(1.898.154)
Resultado de equivalência patrimonial	1.359.550	1.063.185	(5.881)	(17.750)
Total das despesas operacionais	(3.707.426)	(3.051.771)	(22.572.461)	(23.135.530)

- (i) Inclui receita de equivalência patrimonial de R\$ 1.359.550 na controladora (R\$ 1.063.185 em 2013) e despesa de R\$ 5.881 (R\$ 17.750 em 2013) no consolidado.
- (ii) Em 2014, as receitas (despesas) incluem substancialmente: (i) R\$ 2.399 milhões, líquido de despesas de transação, relacionados a venda de 100% do capital social de duas subsidiárias, detentoras de torres de telecomunicações usadas na prestação de serviços de telefonia móvel; (ii) R\$ 355 milhões de reversão de provisão decorrentes da revisão da metodologia de apuração das provisões para perdas em processos societários; (iii) reversão de R\$ 476 milhões da provisão em virtude da adesão ao REFIS. Em 2013, as receitas (despesas)

incluem substancialmente: (i) R\$ 201 milhões decorrentes de reversão de provisão registrada na sequência da revisão da metodologia de apuração das provisões para perdas em processos trabalhistas; (ii) R\$ 330 milhões decorrentes da reversão de provisão para a participação dos empregados nos lucros; (iii) R\$ 173 milhões relacionados a venda de um imóvel; e (iv) R\$ 1.497 milhões, deduzido das despesas associadas a esta transação, relacionados a venda da GlobeNet.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	384.385	352.074	762.498	694.734
Rendimentos de aplicações financeiras	168.907	67.746	354.526	278.598
Dividendos recebidos (i)			32.060	78.173
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	4.928	1.652	32.444	69.626
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	154.920	83.559	1.066	
Outras receitas	127.488	38.373	162.173	254.086
Total	840.628	543.404	1.344.767	1.375.217
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(789.961)	(719.069)	(1.979.414)	(1.591.915)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(1.109.302)	(1.421.097)	(1.464.510)	(2.013.066)
Juros sobre debêntures	(951.032)	(857.738)	(953.863)	(860.400)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	157.241	838.170	427.384	1.158.520
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(261.837)	(271.264)		
Sub-total:	(2.954.891)	(2.430.998)	(3.970.403)	(3.306.861)
b) Outros encargos				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(264.697)	(202.709)	(811.791)	(615.810)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(188.020)	(77.144)	(385.824)	(193.048)
Atualização monetária de provisões	(114.912)	(68.605)	(233.276)	(246.205)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(82.282)	(40.728)	(132.194)	(81.262)
Outras despesas	(117.416)	(83.903)	(357.844)	(206.479)
Sub-total:	(767.327)	(473.089)	(1.920.929)	(1.342.804)
Total	(3.722.218)	(2.904.087)	(5.891.332)	(4.649.665)
Resultado financeiro	(2.881.590)	(2.360.683)	(4.546.565)	(3.274.448)

- (i) Em maio de 2014, a controlada TMAR recebeu dividendos da PT de € 0,10 por ação, perfazendo o montante de € 8.965 mil, os quais haviam sido atribuídos em 30 de abril de 2014.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(11.970)	62.115	(622.001)	(418.498)
Do exercício	(16.997)	(12.685)	(617.528)	(493.298)
De exercícios anteriores (i)	5.027	74.800	(4.473)	74.800
Tributos diferidos	76.713	(40.016)	(497.954)	(100.656)
Total	64.743	22.099	(1.119.955)	(519.154)
Tributos correntes e diferidos (do exercício)	59.716	(52.701)	(1.115.482)	(593.954)
Tributos correntes (de exercícios anteriores)	5.027	74.800	(4.473)	74.800

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	(123.630)	1.470.916	1.128.073	2.012.169
Resultado das empresas não sujeitas ao cálculo de IRPJ/CSLL			69.984	38.372
Total do resultado tributado	(123.630)	1.470.916	1.198.057	2.050.541
IRPJ E CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	42.034	(500.111)	(407.339)	(697.184)
Equivalência patrimonial	439.904	361.483	(2.000)	(6.035)
Efeitos tributários dos JSCP	(210.141)			
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (ii)	24	24	36.281	31.573
Exclusões (adições) permanentes (iii)	(212.105)	85.903	(755.879)	145.688
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL			446	25.783
Ativo fiscal diferido não constituído (iv)			(46.917)	(93.779)
Ativo fiscal diferido constituído			52.438	
Efeitos de taxas de imposto diferenciadas (v)			7.488	
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	59.716	(52.701)	(1.115.482)	(593.954)

- (i) Em 2014, refere-se a baixa de créditos prescritos e constituição de saldo negativo de 2010. Em 2013, refere-se a ajustes ao saldo negativo de IRPJ e de CSLL apurados no ano calendário de 2008.
- (ii) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.
- (iii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos, amortização de ágio (período pré-incorporação), quitação de principal, multa e juros com a utilização de saldo de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL nos termos do artigo 2º. da Lei 12.996/2014 e do artigo 33º. da Lei 13.043/2014 (R\$ 366 milhões na controladora e R\$ 443 milhões no consolidado) e baixa de créditos fiscais de improvável realização relativos a perdas potenciais das ações detidas da PT SGPS pela controlada TMAR (R\$ 266 milhões no consolidado).

- (iv) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa.
- (v) Esta rubrica corresponde aos efeitos da diferença entre a taxa de imposto aplicável no Brasil e as taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo, nomeadamente às operações em África.

As Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2014 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

A Administração efetuou uma avaliação inicial dos aspectos relevantes às suas operações/atividades, tendo por base as inovações na legislação fiscal trazidas pela Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627/2013”) e as posteriores alterações promovidas em seu texto original durante a sua tramitação pelo Congresso Nacional, resultando no Projeto de Lei de Conversão nº 02/2014 (“PLV 02/2014”), bem como o disposto na Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1.422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397/2013”). A partir desta avaliação, a Administração não apurou impactos relevantes em comparação ao regime ainda em vigor.

Ressalta-se que, o PLV 02/2014 resultou na publicação, em 14 de maio de 2014, da Lei nº 12.973/2014, a qual, em uma análise preliminar, não altera as conclusões acima expostas. A Companhia não optou por antecipar os efeitos decorrentes da referida lei. Não foram apurados ajustes por conta da não adesão antecipada.

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e contas bancárias	110.239	23.317	532.285	306.184
Equivalentes de caixa	243.845	418.699	1.916.921	2.118.646
Total	354.084	442.016	2.449.206	2.424.830

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Fundos de investimentos exclusivos	159.412	360.053	1.007.728	1.354.627
CDB – Certificado de Depósito Bancário	15.383	20.352	652.948	500.984
“Time Deposits”	31.426	32.887	187.117	225.944
Operações compromissadas	36.184	4.997	66.183	30.250
Outros	1.440	410	2.945	6.841
Equivalentes de caixa	243.845	418.699	1.916.921	2.118.646

(b) Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Fundos de investimentos exclusivos	24.437	31.113	171.415	492.510
Títulos privados	18.465	16.882	111.285	99.129
Total	42.902	47.995	282.700	591.639
Circulante	24.437	31.113	171.415	492.510
Não circulante	18.465	16.882	111.285	99.129

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Operações compromissadas	124.438	210.540	707.304	772.862
CDB – Certificado de Depósito Bancário	33.492	145.595	267.168	445.981
“Time Deposits”		3.356	18.406	117.224
Outros	1.482	562	14.850	18.560
Títulos classificados em equivalentes de caixa	159.412	360.053	1.007.728	1.354.627
Títulos públicos	19.551	30.244	171.415	462.177
Outros	4.886	869		30.333
Títulos classificados em aplicações financeiras de curto prazo	24.437	31.113	171.415	492.510
Total aplicado em fundos exclusivos	183.849	391.166	1.179.143	1.847.137

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark”, o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior.

9. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Serviços faturados	1.576.128	1.495.414	5.481.028	5.589.716
Serviços a faturar	620.740	599.264	1.450.777	1.467.865
Aparelhos e acessórios vendidos	62.135	43.546	1.032.022	693.140
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(280.445)	(294.212)	(513.787)	(654.042)
Total	1.978.558	1.844.012	7.450.040	7.096.679

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
A vencer	1.779.255	1.581.166	5.878.915	5.857.598
Vencidas até 60 dias	368.536	422.578	1.388.330	1.161.464
Vencidas de 61 a 90 dias	33.351	41.468	136.200	170.111
Vencidas de 91 a 120 dias	23.723	35.830	113.212	150.222
Vencidas de 121 a 150 dias	20.395	24.690	102.139	118.171
Vencidas acima de 150 dias	33.743	32.492	345.031	293.155
Total	2.259.003	2.138.224	7.963.827	7.750.721

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 01/01/2013	(332.732)	(751.287)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(138.195)	(849.779)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	176.715	947.024
Saldo em 2013	(294.212)	(654.042)
Aquisição de investimentos – PT Portugal		(652.964)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ⁽¹⁾	(94.170)	(684.017)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	107.937	712.128
Variações cambiais		6.841
Transferência para ativos mantidos para venda		758.267
Saldo em 2014	(280.445)	(513.787)

(1) As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa ocorridas em 2014 incluem movimentações das operações continuadas e das operações descontinuadas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa incluem despesas relativas às operações continuadas no montante de R\$ 649.463 (Nota 5), sendo o montante remanescente referente às operações descontinuadas.

10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	18.299	17.736	485.929	411.782
CS a recuperar (i)	6.597	6.395	182.772	158.475
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	194.785	48.984	428.488	336.883
Total circulante	219.681	73.115	1.097.189	907.140
Tributos diferidos a recuperar				
IR sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	1.180.524	1.311.330	1.180.524	1.311.330
CS sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	424.989	472.079	424.989	472.079
IR sobre diferenças temporárias (iv)	921.367	1.216.978	2.073.875	2.739.904
CS sobre diferenças temporárias (iv)	326.848	387.278	655.156	848.677
IR sobre prejuízos fiscais (iv)	1.136.874	603.760	2.353.806	1.859.941
CS sobre base negativa (iv)	360.169	213.608	876.478	747.316
Subtotal – Tributos diferidos a recuperar	4.350.771	4.205.033	7.564.828	7.979.247
Outros tributos diferidos a recuperar (v)	30.490	113.571	60.944	295.185
Total não circulante	4.381.261	4.318.604	7.625.772	8.274.432

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar	12.491	9.217	306.366	275.735
CS a pagar	59.386	58.207	170.916	156.582
Total circulante	71.877	67.424	477.282	432.317

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

- (iii) A Companhia incorporou montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2034.
- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2014, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R\$ 217.655 (2013 - R\$ 223.503).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos, provenientes dos créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e diferenças temporárias:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2015		360.631
2016	181.629	387.429
2017	191.179	426.881
2018	340.523	526.947
2019	474.487	988.339
De 2020 a 2022	1.281.195	2.877.700
De 2023 a 2024	276.245	391.388
Total	2.745.258	5.959.315

- (v) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA			
	Saldo em 2013	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Saldo em 2014
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias				
Provisões	1.170.920	(166.260)		1.004.660
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	160.795	(126.834)		33.961
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	228.027	(15.062)	(30.023)	182.942
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	107.442	(5.846)		101.596
Participação nos lucros	24.459	7.560		32.019
Variações cambiais	155.202	169.479		324.681
Ágio incorporado	1.783.409	(177.896)		1.605.513
Contabilidade de "hedge"	2.919		(66.445)	(63.526)
Outras adições e exclusões temporárias	(245.508)	(131.708)	9.098	(368.118)
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL				
Prejuízos fiscais	603.760	418.118	114.996	1.136.874
Base negativa de CSLL	213.608	105.162	41.399	360.169
Total	4.205.033	76.713	69.025	4.350.771

	CONSOLIDADO							
	Saldo em 2013	Aquisição de investimento - PT Portugal	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos ⁽¹⁾	Adições / (compensações)	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Variações cambiais	Ativos mantidos para venda	Saldo em 2014
Impostos diferidos ativos com relação a:								
Diferenças temporárias								
Combinação de negócios com a PT		(1.508.157)	66.370			(68.868)	1.510.655	
Provisões	1.704.234	134.714	(167.146)	(936)		6.530	(142.604)	1.534.792
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	206.653		(72.695)					133.958
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	228.124	857.606	(178.148)		166.260	42.484	(933.178)	183.148
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	611.713	32.271	(13.270)			1.829	(40.264)	592.279
Participação nos lucros	63.031		23.503					86.534
Variações cambiais	493.488		62.901					556.389
Ágio incorporado	1.783.409		(177.896)					1.605.513
Ajuste no valor justo de ativos financeiros	238.974		(238.974)					
Contabilidade de "hedge"	(438)				(63.257)			(63.695)
Outras adições e exclusões temporárias	42.802	25.334	(355.144)	14.495	8.485	1.418	(31.764)	(294.374)
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL								
Prejuízos fiscais	1.859.941	1.751	483.270	(1.752)	114.996	4.979	(109.379)	2.353.806
Base negativa de CSLL	747.316		87.763		41.399			876.478
Total	7.979.247	(456.481)	(479.466)	11.807	267.883	(11.628)	253.466	7.564.828
Impostos diferidos passivos com relação a:								
Dividendos não atribuídos		(201.270)	(642)		(269)	(161)	202.342	
Outras diferenças temporárias		(56.542)	(116)			(3.572)	60.230	
Total		(257.812)	(758)		(269)	(3.733)	262.572	

(1) As movimentações de imposto de renda e contribuição social diferidos ocorridas em 2014 incluem movimentações das operações continuadas e das operações descontinuadas. As despesas de IR e CS diferidos reconhecidos no resultado incluem despesas relativas às operações continuadas no montante de R\$ 497.954 (Nota 7), sendo o montante remanescente referente às operações descontinuadas.

11. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
ICMS a recuperar (i)	414.280	756.615	1.512.543	2.102.249
PIS e COFINS	17.184	43.865	181.772	197.036
Outros	14.811	14.586	101.851	65.958
Total	446.275	815.066	1.796.166	2.365.243
Circulante	247.507	569.079	1.054.255	1.474.408
Não circulante	198.768	245.987	741.911	890.835

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
ICMS	278.999	712.584	709.126	1.248.232
ICMS Convênio nº 69/1998	16.884	20.568	80.287	443.305
PIS e COFINS	385.613	832.106	664.278	1.141.601
FUST/FUNTTEL/Rádiodifusão	107.637	107.730	807.576	762.289
Outros	109.993	116.433	281.059	264.183
Total	899.126	1.789.421	2.542.326	3.859.610
Circulante	810.513	1.179.803	1.667.599	2.112.598
Não circulante	88.613	609.618	874.727	1.747.012

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Cíveis	6.967.000	6.556.381	8.919.658	8.355.816
Tributárias	639.013	584.377	2.466.187	2.277.236
Trabalhistas	1.161.776	998.855	2.007.822	1.734.136
Total	8.767.789	8.139.613	13.393.667	12.367.188
Circulante	881.595	1.070.693	1.133.639	1.316.252
Não circulante	7.886.194	7.068.920	12.260.028	11.050.936

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

13. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Investimentos em controladas	19.160.523	19.411.927		
Negócios em conjunto			74.803	86.633
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	10.273	10.273	31.579	31.656
Ágio “Goodwill”	11.618	11.618		
Outros investimentos	3.799	3.799	42.029	55.351
Total	19.186.213	19.437.617	148.411	173.640

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 01/01/2013	24.464.188	179.594
Equivalência patrimonial (i)	1.063.185	(17.750)
Baixa de investimentos (ii)	(3.914.237)	
Aumento de capital	270.488	5.500
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes	(19.181)	
Dividendos	(2.426.064)	
Outros	(762)	6.296
Saldo em 2013	19.437.617	173.640
Equivalência patrimonial (i)	1.359.550	(5.881)
Equivalência patrimonial PT Portugal transferida para operações descontinuadas	(250.061)	
Aquisição de investimento – PT Portugal (Nota 1)	5.709.900	
Aumento de capital na PT Portugal (iii)	3.849.423	
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes – PT Portugal	(582.774)	
Variação cambial sobre o investimento na PT Portugal	441.899	
Transferência para ações em tesouraria (Nota 3.1. iv)	(263.028)	
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes em controladas	(5.078)	
Investimento PT Portugal transferido para ativos mantidos para venda	(9.805.091)	
Dividendos e juros sobre capital próprio de controladas	(685.951)	(4.968)
Outros	(20.193)	(14.380)
Saldo em 2014	19.186.213	148.411

- (i) No consolidado a equivalência patrimonial é relativa aos investimentos de negócios em conjunto, AIX e Paggo Soluções.
- (ii) A redução dos investimentos detidos pela Companhia estão relacionados a: (i) transferência de investimentos e outros ativos para controlada TMAR no montante de R\$ 3.552.148 em contrapartida da liquidação de debêntures “intercompany” detidos pela Companhia, e (ii) redução de capital da controlada BrT Cabos, da GlobeNet, e baixa por venda dos investimentos detidos nas empresas do grupo GlobeNet, vide maiores detalhes na Nota 28 (d), no montante total de R\$ 362.089.
- (iii) Em maio de 2014, foi efetuado aporte de capital na PT Portugal no montante de € 1.250 milhões com o objetivo de pré-pagamento de dívidas a fim de reduzir o endividamento em Euros da Companhia.

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas são os seguintes:

			CONTROLADORA			
			2014			
			Quantidade em milhares		Participação - %	
			Ações			
	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício				
Controladas			Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
TMAR	18.642.154	1.099.709	154.032.213	189.400.783	100	100
Rio Alto	538.889	171.087	215.538.129		50	100
Oi Holanda	140.570	76.866	100		100	100
Oi Servicos Financeiros	6.740	8.986	799		100	100

		CONTROLADORA	
		2014	
Controladas		Equivalência patrimonial	Valor do investimento
TMAR		1.099.709	18.642.154
Rio Alto		93.013	269.445
Oi Holanda		76.922	140.570
Oi Serviços Financeiros		8.986	6.740
BrT Venezuela		(603)	
Resultado não realizado com investidas		15.808	101.614
Operações em África (i)		65.715	
Total		1.359.550	19.160.523

- (i) Refere-se a equivalência patrimonial dos investimentos nas operações em África, classificadas como ativos mantidos para venda, do período de 5 de maio à 31 de dezembro de 2014.

			CONTROLADORA			
			2013			
			Quantidade em milhares		Participação - %	
			Ações			
Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
TMAR	18.999.604	736.710	154.032.213	189.400.783	100	100
Rio Alto	478.231	47.156	215.538.129		50	100
Oi Holanda	63.704	(9.006)	100		100	100
BrT Venezuela	20.739	166	100		100	100
Oi Servicos Financeiros	2.959	4.329	799		100	100

		CONTROLADORA	
		2013	
Controladas		Equivalência patrimonial	Valor do investimento
TMAR		736.710	18.999.604
BrT CS		223.284	
Rio Alto		21.362	239.115
Oi Serviços Financeiros		4.329	2.959
BrT Venezuela		166	20.739
Oi Holanda		(8.472)	63.704
Resultado não realizado com investidas		85.806	85.806
Total		1.063.185	19.411.927

Informações financeiras resumidas

	2014		
Controladas	Ativos	Passivos	Receitas
TMAR	36.502.209	17.860.055	11.599.983
Oi Serviços Financeiros	63.239	56.499	
Oi Holanda	4.211.322	4.070.752	
Rio Alto	659.246	120.357	
Operações em África (Nota 28)	7.642.738	851.273	633.939

	2013		
Controladas	Ativos	Passivos	Receitas
BrT Venezuela	26.649	5.910	11.358
TMAR	36.968.904	17.969.300	12.686.440
Oi Serviços Financeiros	53.058	50.099	
Oi Holanda	3.653.460	3.589.756	
Rio Alto	530.882	52.651	

14. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2013	627.434	5.167.035	15.835.704	4.059.647	950.204	1.722.988	28.363.012
Adições	914.575	279	224.735	29.019	770	250.733	1.420.111
Baixas	(14.135)	(1.732)	(47.908)	(38.126)		(3.906)	(105.807)
Transferências	(693.770)	29.654	480.043	122.972	8.355	52.746	
Saldo em 2013	834.104	5.195.236	16.492.574	4.173.512	959.329	2.022.561	29.677.316
Adições	885.845		54.100	385		2.126	942.456
Baixas		(1.782)	(28.887)	(32.366)		(5.861)	(68.896)
Transferências	(1.249.722)	67.069	1.404.364	(247.251)	60.933	(35.393)	
Transferências de ativos mantidos para venda				5.841	46.677	111	52.629
Saldo em 2014	470.227	5.260.523	17.922.151	3.900.121	1.066.939	1.983.544	30.603.505
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2013		(4.991.657)	(13.252.659)	(3.242.342)	(613.452)	(1.539.339)	(23.639.449)
Despesas de depreciação		(28.227)	(433.145)	(197.585)	(21.183)	(32.207)	(712.347)
Baixas		1.684	34.166	36.615		740	73.205
Transferências			(513)	463	(31)	81	
Saldo em 2013		(5.018.200)	(13.652.151)	(3.402.849)	(634.666)	(1.570.725)	(24.278.591)
Despesas de depreciação		(40.572)	(374.910)	(303.251)	(21.736)	(42.592)	(783.061)
Baixas		1.017	26.784	29.343		5.710	62.854
Transferências		(31.579)	(967.109)	916.217	(61.505)	143.976	
Transferências de ativos mantidos para venda				(3.183)	(26.113)	(90)	(29.386)
Saldo em 2014		(5.089.334)	(14.967.386)	(2.763.723)	(744.020)	(1.463.721)	(25.028.184)
Imobilizado líquido							
Saldo em 2013	834.104	177.036	2.840.423	770.663	324.663	451.836	5.398.725
Saldo em 2014	470.227	171.189	2.954.765	1.136.398	322.919	519.823	5.575.321
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

	CONSOLIDADO						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2013	4.127.123	17.927.129	38.362.151	25.665.996	3.448.139	4.829.266	94.359.804
Adições	2.962.149	250.669	1.748.747	624.339	44.182	172.192	5.802.278
Baixas	(395.610)	(1.834)	(483.638)	(268.723)	(12.504)	(65.411)	(1.227.720)
Transferências	(2.123.980)	257.082	1.159.470	665.141	(129.241)	171.528	
Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda				(125.920)	(448.815)		(574.735)
Saldo em 2013	4.569.682	18.433.046	40.786.730	26.560.833	2.901.761	5.107.575	98.359.627
Aquisição de investimentos – PT Portugal	452.844	6.004.681	4.537.199	16.357.177	2.957.154	9.693.740	40.002.795
Adições	3.029.820	63.899	1.000.298	308.985	92.788	271.954	4.767.744
Baixas	(2.083)	(1.782)	(62.981)	(103.997)	(268)	(8.410)	(179.521)
Transferências	(4.944.777)	317.773	6.045.939	(1.711.939)	537.675	(368.441)	(123.770)
Variações cambiais	20.468	288.829	255.552	785.557	148.022	469.466	1.967.894
Transferências para ativos mantidos para venda	(468.545)	(6.338.824)	(4.900.950)	(17.171.247)	(2.995.379)	(10.373.620)	(42.248.565)
Saldo em 2014	2.657.409	18.767.622	47.661.787	25.025.369	3.641.753	4.792.264	102.546.204
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2013		(15.867.104)	(28.888.749)	(20.526.497)	(2.258.125)	(3.716.231)	(71.256.706)
Despesas de depreciação		(340.215)	(1.782.551)	(776.526)	(78.654)	(213.307)	(3.191.253)
Baixas		1.684	289.858	157.705	6.640	25.182	481.069
Transferências		(2)	(570)	(529)	1.542	(441)	
Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda				39.090	354.459		393.549
Saldo em 2013		(16.205.637)	(30.382.012)	(21.106.757)	(1.974.138)	(3.904.797)	(73.573.341)
Aquisição de investimentos – PT Portugal		(5.685.512)	(3.169.003)	(11.029.655)	(1.238.292)	(7.840.705)	(28.963.167)
Despesas de depreciação ⁽²⁾		(400.354)	(2.452.283)	(746.509)	(151.149)	(580.115)	(4.330.410)
Baixas		1.017	50.470	50.394	186	7.697	109.764
Transferências		(3.027)	(2.132.253)	2.022.793	381.324	(145.499)	123.338
Variações cambiais		(275.108)	(168.315)	(534.544)	(63.973)	(393.646)	(1.435.586)
Transferências para ativos mantidos para venda		6.032.368	3.559.523	11.706.376	1.273.000	8.621.957	31.193.224
Saldo em 2014		(16.536.253)	(34.693.873)	(19.637.902)	(1.773.042)	(4.235.108)	(76.876.178)
Imobilizado líquido							
Saldo em 2013	4.569.682	2.227.409	10.404.718	5.454.076	927.623	1.202.778	24.786.286
Saldo em 2014	2.657.409	2.231.369	12.967.914	5.387.467	1.868.711	557.156	25.670.026
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

(2) As movimentações do imobilizado ocorridas em 2014 incluem movimentações das operações continuadas e das operações descontinuadas. As despesas de depreciação incluem despesas relativas às operações continuadas no montante de R\$ 3.451.043, sendo o montante remanescente referente às operações descontinuadas.

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 2.841.541 (2013 – R\$ 2.825.719), composto por bens e instalações em andamento,

equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo monta R\$ 8.199.356 (2013 - R\$ 7.685.240).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 9% a.a.

15. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA			
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)				
Saldo em 01/01/2013	6.714	2.219.787	117.192	2.343.693
Adições	36.938	22.274	30.385	89.597
Baixas	(15.427)			(15.427)
Transferências	(22.404)	21.521	883	
Saldo em 2013	5.821	2.263.582	148.460	2.417.863
Adições	56.726		12.966	69.692
Transferências	60.703		(60.703)	
Saldo em 2014	123.250	2.263.582	100.723	2.487.555
Amortização acumulada				
Saldo em 01/01/2013		(2.011.830)	(46.893)	(2.058.723)
Despesas de amortização		(98.584)	(10.682)	(109.266)
Saldo em 2013		(2.110.414)	(57.575)	(2.167.989)
Despesas de amortização		(65.162)	(14.573)	(79.735)
Saldo em 2014		(2.175.576)	(72.148)	(2.247.724)
Intangível líquido				
Saldo em 2013	5.821	153.168	90.885	249.874
Saldo em 2014	123.250	88.006	28.575	239.831
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	

	CONSOLIDADO						
	Ágios	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Carteira de clientes	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2013	615.473	292.081	6.133.834	3.962.822		620.836	11.625.046
Adições		177.302	292.658	78.189		263.945	812.094
Baixas			(4.163)			(2.217)	(6.380)
Transferências		(284.996)	235.596			49.400	
Saldo em 2013	615.473	184.387	6.657.925	4.041.011		931.964	12.430.760
Aquisição de investimentos – PT Portugal	10.574.704	52.819	575.983	1.656.050	3.215.523	3.091.687	19.166.766
Adições		487.895	248.470			282.688	1.019.053
Baixas	(1.754)	(1.574)				(15.031)	(18.359)
Transferências		(519.904)	451.615			36.401	(31.888)
Variações cambiais	507.532	1.256	44.200	78.963	153.469	124.238	909.658
Transferências para ativos mantidos para venda	(11.082.236)	(48.161)	(667.884)	(1.735.013)	(3.368.992)	(3.291.736)	(20.194.022)
Saldo em 2014	613.719	156.718	7.310.309	4.041.011		1.160.211	13.281.968
Amortização acumulada							
Saldo em 01/01/2013	(461.078)		(4.857.715)	(1.828.483)		(282.218)	(7.429.494)
Despesas de amortização			(493.715)	(244.124)		(349.385)	(1.087.224)
Baixas			3.370			2.074	5.444
Transferências			3			2	5
Saldo em 2013	(461.078)		(5.348.057)	(2.072.607)		(629.527)	(8.511.269)
Aquisição de investimentos – PT Portugal			(428.721)	(514.850)		(2.155.564)	(3.099.135)
Despesas de amortização ⁽¹⁾			(571.298)	(359.396)	(169.982)	(392.628)	(1.493.304)
Baixas	1.433		11.673			26.373	39.479
Transferências			(28.171)	(26.246)	(7.970)	(89.734)	(152.121)
Variações cambiais			(260)			260	
Transferências para ativos mantidos para venda			489.838	578.878	177.952	2.378.692	3.625.360
Saldo em 2014	(459.645)		(5.874.996)	(2.394.221)		(862.128)	(9.590.990)
Intangível líquido							
Saldo em 2013	154.395	184.387	1.309.868	1.968.404		302.437	3.919.491
Saldo em 2014	154.074	156.718	1.435.313	1.646.790		298.083	3.690.978
Taxa anual de amortização (média)			20%	9%		16%	

(1) As movimentações do intangível ocorridas em 2014 incluem movimentações das operações continuadas e das operações descontinuadas. As despesas de amortização incluem despesas relativas às operações continuadas no montante de R\$ 1.084.375, sendo o montante remanescente referente às operações descontinuadas.

Ágios (“Goodwill”)

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”).

Em dezembro de 2014 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de “impairment”, baseadas em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 24,2% para TV, 14,5% para Meios de pagamento, 6,0% para provedor de internet RII e 4,7% para Multimídia RII, taxa de desconto de 12,3% e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Saldo dos ativos	Ágio (“goodwill”) alocado à UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
TV	46.723	37.690	84.413	912.893
Meios de pagamento	77.591	36.211	113.802	139.781
Provedor de internet RII	27.189	72.828	100.017	287.755
Multimídia RII	169.474	7.345	176.819	650.116
Total	320.977	154.074	475.051	1.990.545

Licenças regulatórias

	CONSOLIDADO		
	Assinatura do termo	Prazo do termo	Custo de aquisição
Concessão / Autorização			
Radiofrequências e SMP Oi Móvel Região 2 (2G)	18/12/2002	17/12/2017	191.502
Radiofrequências e SMP Oi Móvel Região 2 (2G)	03/05/2004	22/12/2017	28.624
Radiofrequências e SMP Oi Móvel Região 2 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	488.235
Radiofrequências e SMP Oi Móvel Região 2 (Banda H)	26/05/2011	30/04/2023	1.073
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	13/03/2001	13/03/2016	1.102.007
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	11/07/2003	13/03/2016	66.096
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	22/01/2004	13/03/2016	45.218
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 3 (2G)	29/04/2008	30/04/2023	131.106
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 e 3 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	867.018
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 3 - interior (2G)	08/09/2008	07/12/2022	126.820
Radiofrequências e SMP TNL PCS	07/12/2007	07/12/2022	8.868
Valor justo das licenças SMP da Amazônia Celular	03/04/2008	13/03/2016	230.030
Radiofrequências (subfaixas 2,5 GHz (4G) e 450 MHz) Oi Móvel e TNL PCS	30/06/2012	30/06/2027	368.848
Termo Outorga 2013 Oi Móvel Sobras 1.8MHz	30/06/2013	30/04/2023	78.189
Outras licenças			307.377
Total			4.041.011

16. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção da planta	218.879	318.014	1.708.777	1.806.553
Serviços	828.806	855.811	1.985.629	2.057.117
Aluguel de postes e direito de passagem	274.261	419.850	422.423	608.006
Outros	75.664	66.119	219.737	260.498
Total	1.397.610	1.659.794	4.336.566	4.732.174

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	2014	2013	2014	2013	Vencimento (Principal e Juros)	TIR %
Bancos de desenvolvimento - BNDES	1.007.146	859.803	5.871.576	5.915.781	dez/2014 à jul/2021	10,64
Debêntures públicas	7.760.378	9.370.060	7.807.389	9.414.240	dez/2014 à jul/2021	11,49
Debêntures privadas	875.369	1.062.664			dez/2014 à mai/2022	13,42
Instituições financeiras	10.910.435	8.626.892	22.644.230	21.053.207		
Cédula de Crédito Bancário - CCB	1.310.573		4.503.810	3.192.051	dez/2014 à jan/2028	11,82
“Senior Notes”- Moeda nacional	1.136.801	1.136.599	1.136.801	1.136.599	dez/2014 à set/2016	11,91
CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários	482.302	460.732	1.496.674	1.428.511	dez/2014 à ago/2022	8,08
ECA - “Export Credit Agency” - Agência de crédito à exportação	246.260		3.532.048	4.354.639	dez/2014 à mai/2022	8,26
“Senior Notes”- Moeda estrangeira (i)	7.613.340	7.000.548	11.600.563	10.593.584	dez/2014 à fev/2022	12,56
Outros	121.159	29.013	374.334	347.823	dez/2014 à dez/2033	11,97
Mútuo com controladas	4.377.484	4.203.834			dez/2014 à fev/2022	13,42
Subtotal	24.930.812	24.123.253	36.323.195	36.383.228		
Custo de transação incorrido	(289.380)	(311.827)	(473.800)	(529.602)		
Total	24.641.432	23.811.426	35.849.395	35.853.626		
Circulante	1.901.051	2.288.654	4.463.728	4.158.708		
Não circulante	22.740.381	21.522.772	31.385.667	31.694.918		

(i) Em 2014 a Companhia adquiriu obrigações próprias com vencimento em 2022, no valor nominal de US\$ 33 milhões (R\$ 87 milhões em 31/12/2014), as quais a Companhia pretende cancelar ou manter até o vencimento.

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Instituições financeiras	258.227	271.535	438.690	484.494
BNDES	640	736	4.597	5.552
Debêntures públicas	30.513	39.556	30.513	39.556
Total	289.380	311.827	473.800	529.602
Circulante	63.711	52.583	107.695	97.055
Não circulante	225.669	259.244	366.105	432.547

Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Reais	17.011.096	17.058.338	21.068.153	21.287.189
Dólar Norte Americano	5.217.645	4.345.261	12.368.551	12.158.610
Euro	2.412.691	2.407.827	2.412.691	2.407.827
Total	24.641.432	23.811.426	35.849.395	35.853.626

Composição da dívida por indexador

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Taxa pré-fixada	8.765.810	8.117.419	14.146.444	13.078.474
CDI	11.982.478	12.440.372	9.811.490	10.233.218
TJLP	777.669	630.229	5.149.392	5.138.940
Libor	225.873		2.762.046	3.743.010
IPCA	2.768.443	2.600.117	3.798.431	3.576.429
INPC	121.159	23.289	181.592	83.555
Total	24.641.432	23.811.426	35.849.395	35.853.626

Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Dívida de longo prazo		Custo de transação	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	2014			
2016	2.853.305	5.129.882	53.384	88.271
2017	4.858.064	7.284.801	49.832	77.207
2018	1.049.673	3.509.024	43.387	70.324
2019	2.946.467	3.944.732	39.646	61.647
2020 e exercícios seguintes	11.258.541	11.883.333	39.420	68.656
Total	22.966.050	31.751.772	225.669	366.105

Descrição das principais captações de empréstimos e financiamentos

Financiamento em moeda nacional

Bancos de Desenvolvimento

A Companhia e suas subsidiárias contratam financiamentos junto ao BNDES com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias.

Em abril de 2014, a Companhia e suas controladas desembolsaram R\$ 836 milhões (sendo R\$ 209,7 milhões para a Oi, R\$ 408,4 milhões para a TMAR e R\$ 217,9 milhões para a Oi Móvel). Os custos de transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 3,4 milhões, são amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

No decorrer de 2014, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$ 133 milhões na controladora e R\$ 1.356 milhões no consolidado.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem vigentes contratos de financiamento com o BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste, celebrados nos anos de 2004 e 2009 para amparar seus projetos de investimento com os objetivos já mencionados.

Linhas de crédito rotativo

Em agosto de 2014, foram desembolsados R\$ 1.300 milhões, através de Cédula de Crédito Bancário (CCB), de uma operação de linha de crédito rotativo, assinado pela Oi junto ao Banco do Brasil, Bradesco, HSBC e Santander em dezembro de 2012, no valor total de R\$ 1.500 milhões.

Financiamentos em moeda estrangeira

Linhas de crédito de ECA

A Companhia e a TMAR contratam financiamentos junto a agências de crédito à exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional.

Em junho de 2014, foram amortizados US\$ 382,5 milhões (R\$ 855,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “*China Development Bank*” em junho de 2011.

Em maio de 2014, foram amortizados US\$ 30,3 milhões (R\$ 67,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto a “*Cisco System Capital*” em março de 2011.

Em abril de 2014, foram desembolsados US\$ 104,0 milhões (R\$ 276,9 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “*Export Development Canada*” em julho de 2012.

Em março de 2014, foram desembolsados US\$ 92,5 milhões (R\$ 209,4 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela Oi junto à ONDD (“*Office National Du Ducroire/Nationale Delcrederedienst*”) em março de 2013, no valor total de US\$ 257 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos durante os próximos dois anos.

A TMAR possui vigente contratos com as principais agências de crédito à exportação, dentre elas: SEK – “*Swedish Export Corporation*”; CDB – “*China Development Bank*”; ONDD – “*Office National Du Ducroire*”; e FEC – “*Finnish Export Credit*”.

Debêntures públicas e privadas

				CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Emissor	Emissão	Principal	Vencimento	2014	2013	2014	2013
Oi	10ª	R\$ 1.500 milhões	2019	1.633.137	1.604.207	1.633.137	1.604.207
Oi	9ª	R\$ 2.000 milhões	2020	2.386.594	2.262.961	2.386.594	2.262.961
Oi	8ª	R\$ 2.350 milhões	2018	2.352.258	2.350.976	2.352.258	2.350.976
Oi	7ª	R\$ 1.000 milhões	2017	1.047.432	1.039.569	1.047.432	1.039.569
Oi	5ª (1ª série) (i)	R\$ 1.754 milhões	2014		1.792.259		1.792.259
Oi	5ª (2ª série)	R\$ 246 milhões	2020	340.957	320.088	340.957	320.088
TMAR	2ª	R\$ 31 milhões	2021			47.011	44.180
Debêntures públicas				7.760.378	9.370.060	7.807.389	9.414.240
Oi	8ª	R\$ 2.500 milhões	2016		189.966		
Oi	6ª	R\$ 999 milhões	2022	875.369	872.698		
Debêntures privadas				875.369	1.062.664		

- (i) Em abril de 2014, a Companhia amortizou integralmente o montante de R\$ 1.754 milhões correspondentes à 1ª série da 5ª emissão de debêntures da Oi S.A.

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas TMAR e Oi Móvel. A Companhia presta aval a suas controladas TMAR e Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 4.864 milhões.

“Covenants”

A Companhia e suas controladas TMAR e Oi Móvel possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros (“*covenants*”) nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e em suas emissões de Debêntures e Títulos. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente e anualmente.

Especificamente nos contratos com o BNDES das controladas, os índices financeiros são apurados com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da Companhia.

Em 12 de fevereiro de 2015, a Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) da Nona Emissão de Debêntures ratificou a autorização para realização da venda da PT Portugal à Altice, incluindo a efetivação da reorganização societária necessária para implantação da referida venda. Ainda na referida data, a AGD da Quinta e da Nona Emissão de Debêntures aprovaram: (i) a autorização para realização de reorganização societária, por meio da incorporação de ações de emissão da Companhia pela Telemar Participações S.A. que resulte na elevação do nível de governança da Companhia perante a BM&FBOVESPA; e (ii) a alteração temporária dos “*ratios*” resultantes da apuração dos “*covenants*” financeiros de alavancagem máxima a ser apurado pela Companhia, em relação aos quatro trimestres de 2015, decorrente do resultado obtido pela divisão da Dívida Bruta Total da Companhia pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 4,5 vezes, exceto nas hipóteses de antes ou depois da efetiva transferência das ações da PT Portugal à Altice e do pagamento do preço à Companhia que seja necessário considerar as dívidas da PT Portugal e de suas controladas no cálculo da Dívida Bruta Total, que deverá ser igual ou inferior a 6,0 vezes, calculado conforme informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais da Companhia, relativas ao exercício social de 2015.

A partir do primeiro trimestre de 2016 (inclusive), os “*ratios*” resultantes da apuração dos “*covenants*” financeiros acima referidos deverão voltar a ser aqueles constantes atualmente das respectivas Escrituras de Emissão, ou seja, relação entre a Dívida Total da Companhia e o EBITDA da Companhia menor ou igual a 4,0, calculado com base no balanço patrimonial consolidado ou relação entre o EBITDA da Companhia e o Serviço da Dívida da Companhia maior ou igual a 1,75 no balanço patrimonial consolidado, com a respectiva alteração da Escritura de Emissão.

Em razão da aprovação dos itens acima foi aprovado o pagamento do “*Waiver Fee*” pela Companhia aos Debenturistas da quinta emissão no valor de R\$ 143,107735 por debênture da 2ª Série (Código Cetip: TNLE25), totalizando R\$ 3.521 e da nona emissão nos valores de R\$ 105,378745 por debênture da 1ª Série (Oi BR-D91), totalizando R\$ 4.215, e de R\$ 126,997862 por debênture da 2ª Série (Oi BR-D92), totalizando R\$ 20.320.

A Companhia tem negociado junto a seus credores a alteração temporária dos valores máximos para os “covenants” financeiros de alavancagem (Dívida Bruta/EBITDA) referentes aos quatro trimestres de 2015, tendo em vista o processo de venda da PT Portugal à Altice.

No fechamento das Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2014 todos os índices foram cumpridos.

Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Em dezembro de 2014, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no valor de R\$ 370,6 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos na região do nordeste do Brasil durante os próximos dois anos. Não houve desembolso dessa linha até o momento.

Em outubro de 2014, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao Finnvera (*Finnish Export Credit Ltd*) no valor de US\$ 397,4 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos durante os próximos dois anos. Não houve desembolso dessa linha até o momento.

As operações de linha de crédito rotativo foram estruturadas de forma que a Companhia e suas controladas possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo dos prazos contratados. Essas operações formam um significativo colchão de liquidez, fortalecendo a estrutura de capital e perfil de crédito do grupo, além de possibilitar maior eficiência da gestão do caixa.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Ativos				
Contratos de “swap” - cambial	2.113.061	1.073.000	2.871.904	1.631.015
Contratos de “swap” - taxa de juros	1.327	6.080	196.017	118.264
Contratos de NDF - “Non Deliverable Forward”	141.072	276.991	153.560	323.900
Total	2.255.460	1.356.071	3.221.481	2.073.179
Circulante	141.096	283.071	340.558	452.234
Não circulante	2.114.364	1.073.000	2.880.923	1.620.945
Passivos				
Contratos de “swap” - cambial	326.329	217.601	413.573	355.456
Contratos de “swap” - taxa de juros	233.643	171.890	241.138	197.187
Contratos de NDF - “Non Deliverable Forward”	11.864	13.565	12.211	14.008
Total	571.836	403.056	666.922	566.651
Circulante	444.106	309.532	523.951	409.851
Não circulante	127.730	93.524	142.971	156.800

19. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
SMP			1.238.209	1.484.407
Concessões do STFC	40.052		123.731	
Total	40.052		1.361.940	1.484.407
Circulante	40.052		675.965	457.173
Não circulante			685.975	1.027.234

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2015	40.052	675.965
2016		679.977
2017		2.858
2018		2.858
2019		282
Total	40.052	1.361.940

20. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013	515.581	565.565	983.904	1.108.435
REFIS II - PAES	4.336	4.336	6.326	11.869
Total	519.917	569.901	990.230	1.120.304
Circulante	52.590	52.838	94.041	100.302
Não circulante	467.327	517.063	896.189	1.020.002

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

	CONSOLIDADO				
	2014				2013
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	268.148	16.453	279.245	563.846	610.313
Imposto de renda	59.753	4.476	55.218	119.447	186.882
PIS	68.916	1.640	32.042	102.598	80.575
INSS – SAT	2.900	2.742	8.210	13.852	43.204
Contribuição social	15.842	806	14.337	30.985	50.679
CPMF	16.962	1.670	21.085	39.717	35.471
Outros	46.903	5.581	67.301	119.785	113.180
Total	479.424	33.368	477.438	990.230	1.120.304

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2015	52.590	94.041
2016	52.873	100.705
2017	52.873	100.705
2018	52.873	100.705
2019	52.873	100.705
2020 a 2022	158.619	302.115
2023 a 2025	97.216	191.254
Total	519.917	990.230

Os refinanciamentos nos termos da Lei nº 11.941/2009 e 12.865/2013 foram pactuados em 180 meses. As empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou uma parcela, estando pagas todas as demais.

Os débitos da Companhia e de suas controladas se encontram em consolidação pela Receita Federal do Brasil, ainda sujeitos a confirmação. Os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

A Companhia e algumas de suas controladas aderiram ao novo programa de parcelamento instituído pelo art. 2º da Lei nº 12.996/2014, no qual puderam ser incluídos débitos relativos a tributos federais vencidos até 31 de dezembro de 2013. Ao formalizar a sua adesão ao novo programa, a Companhia optou por efetuar o pagamento dos débitos em 30 prestações mensais.

Em novembro de 2014, os saldos dos novos parcelamentos formalizados pela Companhia e suas controladas nos termos do art. 2º da Lei nº 12.996/2014 foram integralmente quitados na forma prevista pelo art. 33 da Lei nº 13.043/2014, ou seja, mediante a compensação de 70% desses valores com montantes de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de CSLL próprios das sociedades de R\$ 256.118 na controladora e de R\$ 302.014 no consolidado, e com o pagamento em espécie do saldo remanescente de 30% de R\$ 109.765 na controladora e de R\$ 129.435 no consolidado. Os requisitos previstos no mencionado diploma legal, e no ato administrativo que regulamentou a sua aplicação foram integralmente cumpridos dentro dos prazos estabelecidos, incluindo o recolhimento dos valores cujo pagamento deveria ser feito em espécie, ficando as compensações efetuadas sujeitas à análise e confirmação pela Receita Federal do Brasil.

21. PROVISÕES

Composição do saldo

	Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2014	2013	2014	2013
	Trabalhista				
(i)	Horas extras	258.072	246.841	471.506	474.910
(ii)	Indenizações	71.460	73.511	152.113	150.612
(iii)	Adicionais diversos	56.054	57.145	131.963	128.765
(iv)	Estabilidade / Reintegração	73.958	74.632	126.070	120.863
(v)	Complemento de aposentadoria	54.080	43.363	83.417	75.048
(vi)	Diferenças salariais	31.719	33.668	52.852	56.997
(vii)	Honorários advocatícios/periciais	17.891	20.439	29.382	30.969
(viii)	Verbas rescisórias	6.810	8.428	20.235	24.945
(ix)	Multas trabalhistas	3.981	4.201	15.562	16.758
(x)	FGTS	5.822	6.345	9.359	10.723
(xi)	Vínculo empregatício	249	380	5.717	5.467
(xii)	Subsidiariedade	850	1.262	1.581	2.292
(xiii)	Demais ações	31.990	26.233	55.267	43.925
	Total	612.936	596.448	1.155.024	1.142.274
	Tributária				
(i)	ICMS	92.292	124.594	363.025	361.540
(ii)	FUST / FUNTTEL				147.350
(iii)	ISS	536	1.629	71.666	67.350
(iv)	ILL			20.691	19.998
(v)	INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	3.634	3.024	31.735	12.462
(vi)	Demais ações	2.360	1.584	45.504	31.672
	Total	98.822	130.831	532.621	640.372
	Cível				
(i)	Societário	1.549.525	2.062.709	1.549.525	2.062.709
(ii)	Estimativas ANATEL	222.308	210.118	597.437	557.960
(iii)	Multas ANATEL	106.592	96.572	506.726	487.548
(iv)	Juizado Especial	148.122	48.720	282.209	137.859
(v)	Demais ações	203.767	286.354	508.226	587.595
	Total	2.230.314	2.704.473	3.444.123	3.833.671
	Total das provisões	2.942.072	3.431.752	5.131.768	5.616.317
	Circulante	637.244	770.294	1.058.521	1.223.526
	Não circulante	2.304.828	2.661.458	4.073.247	4.392.791

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Trabalhista	540.345	467.388	1.082.677	877.287
Tributária	5.505.144	5.097.600	21.059.009	17.995.906
Cível	358.735	343.943	1.146.745	1.037.903
Total	6.404.224	5.908.931	23.288.431	19.911.096

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 01/01/2013	867.001	261.561	2.933.511	4.062.073
Atualização monetária	10.799	(16.138)	73.944	68.605
Adições / (Reversões)	(114.977)	(53.792)	272.100	103.331
Baixas por pagamentos / encerramentos	(166.375)	(60.800)	(575.082)	(802.257)
Saldo em 2013	596.448	130.831	2.704.473	3.431.752
Atualização monetária	44.236	(367)	71.043	114.912
Adições / (Reversões)	68.822	(4.825)	(16.729)	47.268
Baixas por pagamentos / encerramentos	(96.570)	(26.817)	(528.473)	(651.860)
Saldo em 2014	612.936	98.822	2.230.314	2.942.072

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 01/01/2013	1.579.138	765.294	4.075.205	6.419.637
Atualização monetária	139.698	63.633	42.874	246.205
Adições / (Reversões)	(154.616)	8.223	528.342	381.949
Baixas por pagamentos / encerramentos	(421.946)	(196.778)	(812.750)	(1.431.474)
Saldo em 2013	1.142.274	640.372	3.833.671	5.616.317
Aquisição de investimentos – PT Portugal	7.471	86.198	48.040	141.709
Atualização monetária	147.825	(29.680)	115.131	233.276
Adições / (Reversões) ⁽¹⁾ (i)	116.230	13.895	340.472	470.597
Baixas por pagamentos / encerramentos	(250.830)	(82.593)	(848.190)	(1.181.613)
Variações cambiais	5	69	36	110
Passivos sobre ativos mantidos para venda	(7.951)	(95.640)	(45.037)	(148.628)
Saldo em 2014	1.155.024	532.621	3.444.123	5.131.768

(1) As movimentações de provisão ocorridas em 2014 incluem movimentações das operações continuadas e das operações descontinuadas. A adição de provisão (reversão) incluem despesas relativas às operações continuadas no montante de R\$ 463.087, sendo o montante remanescente referente às operações descontinuadas.

(i) Em setembro de 2014, a Administração revisou a metodologia de apuração das provisões para perdas em processos cíveis – societários relacionados aos contratos de participação financeira, incluindo técnicas estatísticas, em função de maior experiência acumulada no assunto. A mudança de estimativa gerou uma reversão no montante de R\$ 354.869 na controladora e no consolidado, registrado em outras receitas (despesas) operacionais, líquidas que incluem também R\$ 46.347 relacionados a outras despesas com provisão para contingências.

Em 2013, a Administração revisou a metodologia de apuração das provisões para perdas em processos trabalhistas incluindo técnicas estatísticas, em função de maior experiência acumulada no assunto. A mudança de estimativa gerou uma reversão no montante de R\$ 163.474 na controladora e R\$ 315.648 no consolidado.

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes

Provisões

Trabalhista

- (i) Horas extras – referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada;
- (ii) Indenizações – referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória;
- (iii) Adicionais diversos – referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 7.369/1985, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/1986, em razão de suposto risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobreaviso, adicional de transferência;
- (iv) Estabilidade/Reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
- (v) Complemento de aposentadoria – diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas;
- (vi) Diferenças salariais e reflexos – referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado;
- (vii) Honorários advocatícios/periciais - parcelas a pagar nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial;
- (viii) Verbas rescisórias – referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças;
- (ix) Multas trabalhistas - valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas;
- (x) Complemento de multa FGTS – decorrente de expurgos inflacionários, refere-se a pedidos de complementação da indenização da multa de FGTS, em razão da recomposição das contas desse fundo por expurgos inflacionários.

A Companhia ingressou com ação judicial contra a Caixa Econômica Federal, no intuito de assegurar o ressarcimento de todos os valores que forem pagos a esse título;

- (xi) Vínculo empregatício - reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta;

- (xii) Responsabilidade solidária/subsidiária – refere-se a pedido de responsabilização da Companhia, feito por empregados de terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos;
- (xiii) Demais ações – refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

Tributária

- (i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela Administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias.
- (ii) FUNTTEL - A provisão foi constituída com base na alteração introduzida quanto à forma de cálculo do FUST pela súmula 7 da ANATEL (que deixou de permitir a exclusão das despesas relativas a EILD e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente) e no potencial impacto na base de cálculo do FUNTTEL. A partir da avaliação dos assessores jurídicos contratados pela Companhia para patrocinar os processos administrativos e judiciais em que a matéria é discutida no sentido de que o risco de perda seria possível, a Administração promoveu a reversão dos saldos provisionados a este título.
- (iii) ISS - A Companhia e a TMAR mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência de ISS sobre diversos serviços de valor adicionado, técnicos e administrativos, além de locação de equipamentos.
- (iv) ILL - A TMAR compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.
- (v) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.
- (vi) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social.

Cível

- (i) Societário – Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais nºs 415/1972, 1.181/1974, 1.361/1976, 881/1990, 86/1991 e 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando, assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, sociedade incorporada pela Companhia, discutem a forma utilizada

para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.

A Companhia provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do exercício de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a Companhia a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A Companhia, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A Companhia atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese. Além desses critérios, no exercício de 2013, por meio de vários julgados, o Judiciário reconheceu a prescrição vintenária e, para as ações enquadradas nessa condição, a Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, entende que a possibilidade de perda é remota, portanto desnecessária a constituição de provisão.

Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do STJ - Superior Tribunal de Justiça, que o mesmo fixou critérios de indenização a serem adotados pela Companhia, em benefício de acionistas da extinta CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, os critérios deverão ser baseados em (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Com base nas informações atuais, a Administração julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 31 de dezembro de 2014, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da Companhia.

- (ii) Estimativas ANATEL – refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização e PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade;

- (iii) Multas ANATEL – refere-se, substancialmente, as provisões de PADO's – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade; e
- (iv) Juizados Especiais Cíveis - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos;
- (v) Demais ações – refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, certas agências exigindo a reabertura dos centros de atendimento ao cliente, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra a Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

Passivo contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Trabalhista

Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 1.082.677 (2013 - R\$ 877.287).

Tributária

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- (i) ICMS – diversas autuações fiscais de ICMS, dentre as quais se destacam dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, no montante aproximado de R\$ 7.554.421 (2013 - R\$ 5.865.591);
- (ii) ISS – suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R\$ 2.588.849 (2013 - R\$ 2.078.234);
- (iii) INSS – autuações versando sobre a adição de rubricas no salário de contribuição supostamente devidas pela Companhia, no montante aproximado de R\$ 995.994 (2013 - R\$ 1.002.090); e
- (iv) Tributos federais – diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 9.919.745 (2013 - R\$ 9.049.991).

Cível

As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 1.146.745 (2013 - R\$ 1.037.903).

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 5.816.071 (2013 - R\$ 5.370.896) na controladora e R\$ 16.488.245 (2013 - R\$ 15.498.243) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

22. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Receitas a apropriar	632.669	625.689	2.388.086	2.387.336
Adiantamento de clientes	95.036	75.076	635.681	485.619
Obrigação de compra de participação acionária	408.978	418.069	408.978	418.069
Valores a pagar de aval recebido de empresas ligadas	636	157.482		
Consignação a favor de terceiros	9.785	15.467	43.062	59.291
Provisão para desmobilização de ativos	5.839	5.611	14.835	14.256
Valores a pagar - grupamento de ações		10.064		8.881
Outros	183.132	7.812	46.229	7.810
Total	1.336.075	1.315.270	3.536.871	3.381.262
Circulante	347.650	325.365	1.021.719	847.810
Não circulante	988.425	989.905	2.515.152	2.533.452

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Aumento do capital social em função da combinação de negócios da Oi S.A. e PT

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas nos dias 30 de abril de 2014 e 5 de maio de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 13.960 milhões (sendo R\$ 8.250 milhões em espécie e R\$ 5.710 milhões através de ativos da PT (Nota 1)), mediante a emissão e subscrição de 2.262.544.570 ações ordinárias e 4.525.089.141 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Aumento do capital social mediante capitalização de reservas

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 7.111, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de reserva de lucros, com o objetivo de incorporar ao capital social o valor

do incentivo fiscal de reinvestimento do ano calendário de 2008, devendo a matéria ser encaminhada oportunamente para AGE da Companhia para deliberação sobre a alteração do art. 5º do Estatuto Social.

Grupamento de ações

Em 18 de novembro de 2014, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, na proporção de 10 para 1, de forma que cada lote de dez ações de cada espécie foi grupado em uma única ação da mesma espécie, ordinária ou preferencial. As ações de emissão da Companhia negociadas na NYSE na forma de ADSs também foram objeto do grupamento de ações, obedecendo à mesma proporção estipulada para o grupamento das ações no Brasil, de forma que os ADSs continuarão sendo negociados na proporção de um ADS para cada ação.

Como resultado do grupamento, as 2.861.553.190 ações ordinárias e 5.723.166.910 ações preferenciais passaram a representar 286.155.319 ações ordinárias e 572.316.691 ações preferenciais, respectivamente.

Como consequência das alterações acima, o capital social subscrito e integralizado passou a ser composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)		
	31/12/2014	05/05/2014	31/12/2013
Capital total em ações			
Ações ordinárias	286.155	2.861.553	599.009
Ações preferenciais	572.317	5.723.167	1.198.078
Total	858.472	8.584.720	1.797.087
Ações em tesouraria			
Ações ordinárias	8.425	84.251	84.251
Ações preferenciais	7.281	72.808	72.808
Total	15.706	157.059	157.059
Ações em circulação			
Ações ordinárias	277.730	2.777.302	514.758
Ações preferenciais	565.036	5.650.359	1.125.270
Total em circulação	842.766	8.427.661	1.640.028

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, em ações ordinárias e preferenciais, até que o valor do seu capital social alcance R\$ 34.038.701.741,49, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) do capital social de ações sem direito a voto no caso de emissão de novas ações preferenciais sem esse direito.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria na data de 31 de dezembro de 2014 são originadas de eventos societários ocorridos no decorrer do primeiro semestre de 2012 e do segundo trimestre de 2014, a seguir descritos:

- (i) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da Coari na Companhia e, consequentemente, o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria existentes na Companhia naquela data;
- (ii) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da TNL na Companhia e as ações então detidas pela TNL da Companhia, em decorrência da incorporação da Coari na Companhia, foram canceladas com a exceção de 24.647.867 ações ordinárias que foram mantidas em tesouraria;
- (iii) A partir de 9 de abril de 2012 foram realizados pagamentos do valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes.
- (iv) Em decorrência do aumento de capital da Companhia homologado pelo Conselho de Administração em 30 de abril e 5 de maio de 2014, e devido a subscrição efetuado pela PT em ativos da PT Portugal, o montante de R\$ 263.028 foi reclassificado contabilmente para ações em tesouraria (Nota 3.1 - item iv).

A posição das ações em tesouraria corresponde aos itens (i), (ii) e (iii) acima referidos, não considera o item (iv) por se tratar de reclassificação derivada de participação recíproca, é a seguinte:

	Ações Ordinárias (*)	Valor	Ações preferenciais (*)	Valor
Saldo em 01/01/2013	84.251	880.378	72.808	1.224.146
Saldo em 2013	84.251	880.378	72.808	1.224.146
Grupamento de ações	(75.826)		(65.527)	
Saldo em 2014	8.425	880.378	7.281	1.224.146

(*) Quantidade em milhares de ações

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)	2014	2013
Médio ponderado	13,40	13,40
Mínimo	3,79	3,79
Máximo	15,25	15,25

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	2014		2013	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Quantidade em milhares de ações em tesouraria	7.281	8.425	72.808	84.251
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	8,61	9,15	3,59	3,61
Valor de mercado	62.689	77.089	261.381	304.146

Segue abaixo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor das ações em tesouraria dos saldos da reserva que deu origem a recompra:

	2014	2013
Saldo contábil das reservas de capital	3.977.623	3.977.623
Ações em tesouraria	(2.104.524)	(2.104.524)
Saldo, líquido das ações em tesouraria	1.873.099	1.873.099

(c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representa o acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012.

Reserva de doações e subvenções para investimentos: constituída em razão de doações e subvenções recebidas antes do início do exercício social de 2008 e cuja contrapartida representa um ativo recebido pela Companhia.

Reserva de correção monetária especial da Lei nº 8.200/1991: constituída em razão dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente e cuja finalidade foi a compensação de distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991.

Juros sobre obras em andamento: formadas pela contrapartida de juros sobre obras em andamento incorridos até 31 de dezembro de 1998.

Outras reservas de capital: formadas pelos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda, antes do início do exercício social de 2008.

(d) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Reserva legal: destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva para investimentos: formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Companhia e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento da política de remuneração aos acionistas para os exercícios sociais de 2013 a 2016, divulgada por meio de Fato Relevante de 13 de agosto de 2013, ficando, portanto, sujeita apenas às disposições da Lei nº 6.404/1976 e do Estatuto Social da Companhia.

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos 1º a 3º do art. 12 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações ou de 3% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações, o que for maior.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 43 do estatuto social.

Em 25 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a capitalização do saldo da reserva de investimentos no valor total de R\$ 1.933.354, da seguinte forma: (i) R\$ 154 para o aumento do capital social e (ii) R\$ 1.933.200 para constituição de reservas de capital, sem emissão de novas ações.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apurou prejuízo no exercício no montante de R\$ 4.407.711. Em 25 de março de 2015 o Conselho de Administração aprovou a proposta de destinação de resultados da Companhia, sujeita à aprovação da AGO, da seguinte forma: (i) absorção da reserva legal no valor de R\$ 383.527 e o valor de R\$ 4.024.184 para prejuízos acumulados.

Dividendos mínimos obrigatórios calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976:

	2014	2013
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(4.407.711)	1.493.015
% de dividendos obrigatórios		x 25%
Dividendos mínimos obrigatórios		373.254
Complemento relativo a distribuição de dividendos intermediários		126.746
Total da remuneração dos acionistas		500.000

A Companhia não constituiu reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício de 2013 dado que o saldo dessa reserva acrescido do montante das reservas de capital excedeu 30% do capital social.

(f) Custo de emissões de ações

Nessa rubrica foram reconhecidos os custos de emissão das ações relacionados às transações societárias: (1) aumento do capital social, em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Companhia e a PT (Nota 1) e (2) Reorganização Societária de 27 de fevereiro de 2012. Esses custos diretamente atribuíveis aos eventos mencionados são representados basicamente por gastos com elaboração de prospectos e relatórios, serviços profissionais de terceiros, taxas e comissões, custos de transferência e custos de registro.

(g) Obrigações em instrumentos patrimoniais

Nos termos do contrato de permuta celebrado com a PT SGPS, em 8 de setembro de 2014, já aprovados em AGE da PT SGPS, pela CVM e ainda sujeitos a aprovação da AGE da Oi, a Companhia assumiu a obrigação de adquirir da PT SGPS as suas ações para liquidação do direito compensatório. Considerando a natureza do ativo a ser recebido pela Companhia na concretização da Permuta, a obrigação contratual foi registrada contra patrimônio líquido (Nota 3.1).

(h) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem ganhos e perdas de contabilidade de *“hedge”*, ganhos e perdas atuariais, variações cambiais decorrentes de investimento líquido em controladas no exterior, incluindo variações cambiais sobre empréstimos de mútuo que fazem parte do investimento líquido em controladas no exterior, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

O formulário de Demonstrações Financeiras arquivado no sistema Empresas.Net da CVM apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” e “Outros resultados abrangentes” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Custo de emissão de ações”, “Obrigações em instrumentos patrimoniais” e “Variação de porcentagem de participação”) e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apenas a rubrica “Outros resultados abrangentes” (não apresentando a rubrica “Custo de emissão de ações”, “Obrigações em instrumentos patrimoniais”, tampouco a rubrica “Variação de porcentagem de participação”).

Consequentemente, os efeitos discutidos no item acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Obrigações em instrumentos patrimoniais	Variação de porcentagem de participação	Total
Saldo em 01/01/2013	(67.093)	(56.609)		3.916	(119.786)
Custo de emissão de ações		62			62
Ganhos (Perdas) atuariais	113.972				113.972
Ganhos (Perdas) atuariais reflexa	924				924
Perda de contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	(119.229)				(119.229)
Perda de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” reflexa	(20.105)				(20.105)
Saldo em 2013	(91.531)	(56.547)		3.916	(144.162)
Custo de emissão de ações		(253.045)			(253.045)
Ganho de contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	128.982				128.982
Ganho de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” reflexa	(6.191)				(6.191)
Perda atuarial	58.885				58.885
Perda atuarial reflexa	(714.654)				(714.654)
Variação cambial sobre investimento no exterior (i)	441.899				441.899
Variação cambial sobre investimento no exterior reflexa	132.993				132.993
Obrigações em instrumentos patrimoniais			(2.894.619)		(2.894.619)
Outros resultados abrangentes	94.743				94.743
Saldo em 2014	45.126	(309.592)	(2.894.619)	3.916	(3.155.169)

(i) Inclui variação cambial positiva de aproximadamente R\$ 1,02 bilhão em relação aos ativos que serão alienados à Altice.

(i) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os mesmos.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	2014	2013
Lucro líquido das operações continuadas	6.828	1.493.015
Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de impostos)	(4.414.539)	
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(4.407.711)	1.493.015
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(4.407.711)	468.615
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas		1.024.400
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	202.312	51.476
Ações preferenciais – básicas e diluídas	414.200	112.527
Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(7,15)	9,10
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(7,15)	9,10
Lucro por ação – operações continuadas:		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	0,01	9,10
Ações preferenciais – básicas e diluídas	0,01	9,10
Lucro (Prejuízo) por ação – operações descontinuadas:		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(7,16)	
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(7,16)	

Ajuste retrospectivo

Conforme requerido pelo CPC 41/IAS 33, a Companhia ajustou retrospectivamente o cálculo do lucro básico e diluído por ação considerando a nova composição acionária decorrente do grupamento de ações comentado no item (a) acima.

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2014.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia, Oi Internet e BrTI	FATL
BrTPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia, Oi Internet e BrTI	FATL
TelemarPrev	Oi, TMAR, Oi Móvel e Telemar Internet	FATL
PAMEC	Oi	Oi
PBS-A	TMAR e Oi	Sistel
PBS-Telemar	TMAR	FATL
PBS-TNCP	Oi Móvel	Sistel
CELPREV	Oi Móvel	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Telemar Participações S.A., controladora da Companhia, é uma das patrocinadoras do plano de benefícios TelemarPrev.

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais prevêm a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Planos BrTPREV	473.209	639.646	473.554	640.145
Plano PAMEC	2.981	3.417	2.981	3.417
Total	476.190	643.063	476.535	643.562
Circulante	129.401	184.075	129.662	184.295
Não circulante	346.789	458.988	346.873	459.267

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Plano TCSPREV	43.772	67.086	47.496	69.793
Total	43.772	67.086	47.496	69.793
Circulante	1.623	8.757	1.744	9.596
Não circulante	42.149	58.329	45.752	60.197

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

1) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multiplano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos

(i) BrTPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2002.0017-74.

Em 31 de julho de 2012 houve a efetiva incorporação do Plano de Benefícios Fundador/Alternativo, inscrito no CNPB sob o nº 1991.0015-92, pelo Plano de Benefícios BrTPREV, aprovada pela Portaria PREVIC nº 378, de 11 de julho de 2012.

A partir da data da efetiva Incorporação (31 de julho de 2012), os Participantes e Beneficiários vinculados ao Plano de Benefícios Fundador/Alternativo tornaram-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do Plano de Benefícios BrTPREV, respeitando-se as mesmas categorias que detinham no dia imediatamente anterior àquela data.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de Contribuição Básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de Contribuição Básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de Contribuição Básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de Contribuição Básica de 7% a 8% do SP; e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de Contribuição Básica de 8% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incorporado) corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial, e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento) em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante do grupo BrTPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPBrT. Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente à Contribuição Voluntária ou Esporádica de Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(ii) PBS-Telemar

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 8% sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iii) TelemarPrev

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iv) TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2000.0028-38.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de contribuição básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de contribuição básica de 7% a 8% do SP e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de contribuição básica de 8% do SP.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá

contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntária ou Esporádica do Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

2) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos

(i) PBS-A

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2014, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

(ii) PBS-TNCP

Plano de benefício definido, que além do benefício da suplementação fornece assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado. As contribuições para os planos PBS-TNCP e PAMA são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 5,39% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 6,39% são destinados ao custeio do plano PBS-TNCP.

O benefício de pensão é definido como a diferença entre 90% do salário médio dos últimos 36 meses, atualizado até a data da aposentadoria, e o valor da previdência pago pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(iii) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (incorporada pela TNL PCS) obteve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão. O plano de contribuição variável, denominado CelPrev Amazônia, ("CELPREV") foi oferecido aos funcionários que não participavam do PBS-TNCP, sendo também oferecido aos novos profissionais admitidos pela controlada. Aos participantes do PBS-TNCP foi oferecida e incentivada a migração dos benefícios e recursos para o CELPREV.

O participante pode fazer três tipos de contribuições ao CELPREV, sendo: (i) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário-de-participação; (ii) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário-de-participação que for maior que uma Unidade de Referência Padrão do Plano; e (iii) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário-de-participação.

A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (i) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (ii) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (iii) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (iv) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CELPREV.

3) PAMEC-BrT - Plano assistencial administrado pela Companhia

O plano de benefício definido, destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao TCSPREV que é administrado pela FATL.

As contribuições para o PAMEC-BrT foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Companhia, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da Companhia.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (FATL)

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantêm obrigações de benefício definido:

	CONTROLADORA			
	2014			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.997.659	441.380	5.725	84.476
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	24.713	59.046		27.610
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.022.372	500.426	5.725	112.086
Valor justo dos ativos do plano	(1.549.163)	(1.429.105)	(5.958)	(124.301)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	473.209	(928.679)	(233)	(12.215)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		884.907	233	12.215
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾	473.209	(43.772)		

	CONSOLIDADO			
	2014			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.998.671	441.505	240.702	2.489.091
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	25.178	60.928	7.131	392.919
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.023.849	502.433	247.833	2.882.010
Valor justo dos ativos do plano	(1.550.295)	(1.434.836)	(257.937)	(3.118.897)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	473.554	(932.403)	(10.104)	(236.887)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		884.907	10.104	236.887
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾	473.554	(47.496)		

	CONTROLADORA			
	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.915.540	415.144	5.489	77.506
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	24.647	64.557		27.013
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	1.940.187	479.701	5.489	104.519
Valor justo dos ativos do plano	(1.300.541)	(1.438.595)	(6.148)	(127.522)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	639.646	(958.894)	(659)	(23.003)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		891.808	659	23.003
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾	639.646	(67.086)		

	CONSOLIDADO			
	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.916.503	415.262	227.664	2.318.635
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	25.198	65.793	8.220	404.307
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	1.941.701	481.055	235.884	2.722.942
Valor justo dos ativos do plano	(1.301.556)	(1.442.656)	(264.224)	(3.203.900)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	640.145	(961.601)	(28.340)	(480.958)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		891.808	28.340	480.958
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾	640.145	(69.793)		

⁽¹⁾ A Companhia determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCSPREV reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Companhia, no valor de R\$ 47.496 (2013 - R\$ 69.793), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

	CONTROLADORA			
	2014			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.940.187	479.701	5.489	104.519
Juros sobre obrigações atuariais	219.460	54.530	617	11.949
Custo do serviço corrente	184	741		223
Benefícios pagos líquidos	(167.590)	(36.558)	(534)	(7.546)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	30.131	2.012	153	2.941
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.022.372	500.426	5.725	112.086
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.300.541	1.438.595	6.148	127.522
Rendimentos dos ativos do plano	151.032	167.967	695	14.670
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	123.304			
Pagamento de benefícios	(167.590)	(36.558)	(534)	(7.546)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	141.876	(140.899)	(351)	(10.345)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.549.163	1.429.105	5.958	124.301
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	473.209	(928.679)	(233)	(12.215)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		884.907	233	12.215
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	473.209	(43.772)		

	CONSOLIDADO			
	2014			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.941.701	481.055	235.884	2.722.942
Juros sobre obrigações atuariais	219.629	54.689	26.755	310.463
Custo do serviço corrente	230	797	121	3.589
Contribuições de participantes vertidas no ano			52	
Benefícios pagos líquidos	(167.661)	(36.569)	(18.507)	(216.057)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	29.950	2.461	3.528	61.073
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.023.849	502.433	247.833	2.882.010
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.301.556	1.442.656	264.224	3.203.900
Rendimentos dos ativos do plano	151.143	168.446	30.117	367.360
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	123.304			
Contribuições normais recebidas pelo plano			129	
Patrocinadora			77	
Participantes			52	
Pagamento de benefícios	(167.661)	(36.569)	(18.507)	(216.057)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	141.953	(139.697)	(18.026)	(236.306)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.550.295	1.434.836	257.937	3.118.897
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	473.554	(932.403)	(10.104)	(236.887)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		884.907	10.104	236.887
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	473.554	(47.496)		

	CONTROLADORA			
	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS- Telemar	TelemarPrev
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.259.992	570.179	6.179	120.303
Juros sobre obrigações atuariais	193.877	49.168	527	10.427
Custo do serviço corrente	649	1.713		502
Benefícios pagos líquidos	(160.566)	(35.494)	(532)	(6.976)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(353.765)	(105.865)	(685)	(19.737)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.940.187	479.701	5.489	104.519
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.395.052	1.538.770	7.206	131.445
Rendimentos dos ativos do plano	121.585	135.267	618	11.418
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	116.803			
Pagamento de benefícios	(160.566)	(35.494)	(532)	(6.976)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(172.333)	(199.948)	(1.144)	(8.365)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.300.541	1.438.595	6.148	127.522
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	639.646	(958.894)	(659)	(23.003)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		891.808	659	23.003
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	639.646	(67.086)		

	CONSOLIDADO			
	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.262.524	571.785	277.397	3.266.856
Juros sobre obrigações atuariais	194.093	49.310	23.839	282.499
Custo do serviço corrente	782	1.836	235	12.197
Contribuições de participantes vertidas no ano			52	
Benefícios pagos líquidos	(160.633)	(35.504)	(18.309)	(203.607)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(355.065)	(106.372)	(47.330)	(635.003)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.941.701	481.055	235.884	2.722.942
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.396.614	1.543.104	323.480	3.526.899
Rendimentos dos ativos do plano	121.714	135.651	27.942	305.614
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	116.803			
Contribuições normais recebidas pelo plano			137	
Patrocinadora			85	
Participantes			52	
Pagamento de benefícios	(160.633)	(35.504)	(18.309)	(203.607)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(172.942)	(200.595)	(69.026)	(425.006)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.301.556	1.442.656	264.224	3.203.900
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	640.145	(961.601)	(28.340)	(480.958)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		891.808	28.340	480.958
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	640.145	(69.793)		

	CONTROLADORA			
	2014			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço corrente	184	741		223
Juros sobre obrigações atuariais	219.460	54.530	617	11.949
Rendimento dos ativos do plano	(151.032)	(167.967)	(695)	(14.670)
Juros sobre o passivo oneroso		105.501	78	2.721
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido				(223)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	68.612	(7.195)		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	(111.745)	30.509		
Total da despesa (receita) reconhecida	(43.133)	23.314		

	CONSOLIDADO			
	2014			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço corrente	230	797	121	3.589
Juros sobre obrigações atuariais	219.629	54.689	26.755	310.463
Rendimento dos ativos do plano	(151.143)	(168.446)	(30.117)	(367.360)
Juros sobre o passivo oneroso		105.501	3.353	56.897
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(112)	(3.589)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	68.716	(7.459)		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	(112.003)	29.756		
Total da despesa (receita) reconhecida	(43.287)	22.297		

	CONTROLADORA			
	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço corrente	649	1.713		502
Juros sobre obrigações atuariais	193.877	49.168	527	10.427
Rendimento dos ativos do plano	(121.585)	(135.266)	(618)	(11.417)
Juros sobre o passivo oneroso		76.507	91	990
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido				(502)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	72.941	(7.878)		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	(181.432)	48.687		
Total da despesa (receita) reconhecida	(108.491)	40.809		

	CONSOLIDADO			
	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço corrente	782	1.837	235	12.197
Juros sobre obrigações atuariais	194.092	49.310	23.839	282.499
Rendimento dos ativos do plano	(121.714)	(135.651)	(27.942)	(305.614)
Juros sobre o passivo oneroso		76.507	4.096	23.115
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(228)	(12.197)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	73.160	(7.997)		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	(182.121)	48.826		
Total da despesa (receita) reconhecida	(108.961)	40.829		

As contribuições das patrocinadoras para os planos de pensão administrados pela FATL, previstas para o exercício de 2015, são no montante de R\$ 129.378.

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos TelemarPrev, PBS-Telemar, BrTPREV e TCSPREV foram as seguintes:

	2014			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	7,08%	6,45%	5,5%	6,56% a 8,24%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	7,3%	8,2%	Nula	0% a 12%

	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	7,93%	7,93%	7,93%	5,5% a 10,9%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	6%	6%	Nula	0% a 14,5%

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2014	
a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2014.	
b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATL são de 31 de agosto de 2014, projetados para 31 de dezembro de 2014.	

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (Sistel e PAMEC)

	CONTROLADORA			
	PBS-A		PAMEC	
	2014	2013	2014	2013
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	820.774	789.342	2.981	3.417
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	820.774	789.342	2.981	3.417
Valor justo dos ativos do plano	(1.584.655)	(1.481.593)		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(763.881)	(692.251)	2.981	3.417
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	586.047	535.141		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(177.834)	(157.110)	2.981	3.417
Ativo atuarial líquido não reconhecido	177.834	157.110		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido			2.981	3.417

	CONSOLIDADO			
	2014			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	3.869.773	2.981	23.551	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			2.291	94
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	3.869.773	2.981	25.842	94
Valor justo dos ativos do plano	(7.452.866)		(48.794)	(2.367)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(3.583.093)	2.981	(22.952)	(2.273)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.741.475		22.952	2.273
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(841.618)	2.981		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	841.618			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido		2.981		

	CONSOLIDADO			
	2013			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	3.727.809	3.417	22.229	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			1.968	117
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	3.727.809	3.417	24.197	117
Valor justo dos ativos do plano	(6.968.153)		(45.312)	(1.668)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(3.240.344)	3.417	(21.115)	(1.551)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.496.803		21.115	1.551
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(743.541)	3.417		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	743.541			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido		3.417		

	CONTROLADORA			
	PBS-A		PAMEC	
	2014	2013	2014	2013
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	789.342	906.853	3.417	4.877
Juros sobre obrigações atuariais	89.158	77.658	396	426
Benefícios pagos líquidos	(75.440)	(80.980)	(110)	(253)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	17.714	(114.189)	(722)	(1.633)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	820.774	789.342	2.981	3.417
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.481.593	1.428.362		
Rendimento esperado no ano	171.051	124.021		
Contribuições normais recebidas pelo plano - patrocinadora			110	253
Pagamento de benefícios	(75.440)	(80.980)	(110)	(253)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	7.451	10.190		
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.584.655	1.481.593		
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(763.881)	(692.251)	2.981	3.417
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	586.047	535.141		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(177.834)	(157.110)	2.981	3.417
Ativo atuarial líquido não reconhecido	177.834	157.110		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido			2.981	3.417

	CONSOLIDADO			
	2014			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	3.727.809	3.417	24.197	117
Juros sobre obrigações atuariais	420.619	396	2.758	13
Custo do serviço corrente			58	5
Benefícios pagos líquidos	(354.808)	(110)	(1.835)	
Contribuições de participantes vertidas no ano			56	2
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	76.153	(722)	608	(43)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	3.869.773	2.981	25.842	94
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	6.968.153		45.312	1.668
Rendimento esperado no ano	803.952		5.258	197
Contribuições normais recebidas pelo plano		110	77	7
Patrocinadora		110	21	5
Participantes			56	2
Pagamento de benefícios	(354.808)	(110)	(1.835)	
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	35.569		(18)	495
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	7.452.866		48.794	2.367
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(3.583.093)	2.981	(22.952)	(2.273)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.741.475		22.952	2.273
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(841.618)	2.981		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	841.618			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido		2.981		

	CONSOLIDADO			
	2013			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	4.269.767	4.877	28.570	128
Juros sobre obrigações atuariais	365.303	426	2.464	11
Custo do serviço corrente			82	5
Benefícios pagos líquidos	(380.863)	(253)	(1.929)	
Contribuições de participantes vertidas no ano			23	5
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(526.398)	(1.633)	(5.013)	(32)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	3.727.809	3.417	24.197	117
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	6.717.801		53.299	1.933
Rendimento esperado no ano	582.933		4.664	172
Contribuições normais recebidas pelo plano		253	62	9
Patrocinadora		253	39	4
Participantes			23	5
Pagamento de benefícios	(380.863)	(253)	(1.929)	
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	48.282		(10.784)	(446)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	6.968.153		45.312	1.668
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(3.240.344)	3.417	(21.115)	(1.551)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.496.803		21.115	1.551
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(743.541)	3.417		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	743.541			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido		3.417		

	CONTROLADORA			
	PBS-A		PAMEC	
	2014	2013	2014	2013
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Juros sobre obrigações atuariais	89.158	77.658	396	426
Rendimento (perda) dos ativos do plano	(171.051)	(124.021)		
Juros sobre o passivo oneroso	63.307	39.189		
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	18.586	7.174		
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados			396	426
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	2.137	69.245	(723)	(1.632)
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(2.137)	(69.245)		
Total da despesa (receita) reconhecida			(327)	(1.206)

	CONSOLIDADO			
	2014			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço corrente		396	58	5
Juros sobre obrigações atuariais	420.619		2.758	13
Rendimento dos ativos do plano	(803.951)		(5.258)	(197)
Juros sobre o passivo oneroso	295.371		2.498	184
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	87.961		(56)	(5)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados		396		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	10.116	(723)	(35)	
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(10.116)		35	
Total da despesa (receita) reconhecida		(327)		

	CONSOLIDADO			
	2013			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço corrente		426	82	5
Juros sobre obrigações atuariais	365.304		2.464	11
Rendimento dos ativos do plano	(582.934)		(4.664)	(171)
Juros sobre o passivo oneroso	183.681		2.199	160
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	33.949		(81)	(5)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados		426		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	327.711	(1.632)	(42)	(1)
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(327.711)		42	1
Total da despesa (receita) reconhecida		(1.206)		

As contribuições das patrocinadoras para os planos de pensão administrados pela Sistel, previstas para o exercício de 2015, são no montante de R\$ 30.

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos PBS-A, PAMEC, PBS-TNCP e CELPREV foram as seguintes:

	2014			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A	10,45%	5,50%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	N/A	5,50%	5,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	8,67%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	57 anos	55 anos
Taxa de rotatividade	N/A	N/A	Nula	Nula

	2013			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A	10,92%	8,80%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	N/A	5,50%	5,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,67%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	N/A	55 anos
Taxa de rotatividade	N/A	Nula	Nula	Nula

N/A = Não aplicável.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2014
a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2014.
b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela SISTEL são de 31 de julho de 2014 e para o PAMEC são de 31 de outubro de 2014, ambos projetados para 31 de dezembro de 2014.

Os valores acima não consideram os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

Política de investimentos dos planos

A estratégia de investimento dos planos de benefício está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de

retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa nacional, renda variável nacional, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Na carteira de renda fixa somente são permitidos títulos com baixo risco de crédito. Instrumentos derivativos só são permitidos para fins de proteção. Empréstimos estão restritos a determinados limites de crédito. A alocação tática é decidida pelo comitê de investimento, composto pelos executivos dos planos de benefício. A execução é efetuada pelo departamento financeiro.

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	PBS- Telemar	Telemar Prev	CEL PREV	PBS- TNCP	BrTPREV	TCS PREV	PBS-A
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Investimentos no exterior	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Imóveis	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	PBS- Telemar	Telemar Prev	CEL PREV	PBS- TNCP	BrTPREV	TCS PREV	PBS-A
Renda fixa	83,00%	81,00%	85,00%	90,00%	83,00%	83,00%	77,00%
Renda variável	4,00%	6,00%	13,00%	9,00%	4,00%	4,00%	15,00%
Investimentos estruturados	11,00%	11,00%	-	-	11,00%	11,00%	-
Investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-
Imóveis	1,00%	1,00%	-	-	1,00%	1,00%	7,00%
Empréstimos a participantes	1,00%	1,00%	2,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(c) Participações dos empregados nos lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas, registraram provisões para participação dos empregados nos lucros com base nas estimativas do cumprimento das metas individuais e corporativas, no montante total de R\$ 94.173 na controladora e R\$ 290.137 no consolidado.

(d) Remuneração baseada em ações

A Companhia requereu a aprovação da CVM para a transferência de ações em tesouraria da Companhia, especificamente no que se refere ao Programa de Bonificação Especial de Longo Prazo, na forma do art. 2º da Instrução CVM nº 10/1980. Em 3 de dezembro de 2013, o Colegiado da CVM deliberou por unanimidade (i) pela autorização para a transferência de ações em tesouraria da Companhia para os beneficiários do ILP – Incentivo de Longo Prazo, desde que atendidos todos os requisitos da Instrução CVM 10/1980, e (ii) pela necessidade de aprovação do plano de ILP da Companhia por Assembleia Geral. Contudo, buscando maior alinhamento com o novo ciclo de gestão e prioridades da Companhia, o Plano de Incentivo de Longo Prazo esta sendo reformulado pela Companhia e Conselho de Administração.

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios são identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações.

A geração de receita de cada um dos segmentos de negócios é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

O desempenho de cada segmento dos negócios continuados é extraído dos registros contábeis da Companhia e suas controladas e estão segregados conforme abaixo:

Composição do resultado operacional

	2014	2013
Residencial	9.995.205	10.302.910
Mobilidade pessoal	9.011.200	9.289.893
Empresarial / Corporativo	8.311.458	8.454.923
Outros serviços e negócios	929.236	374.421
Receita de vendas e/ou serviços	28.247.099	28.422.147
Despesas operacionais		
Depreciação e amortização	(4.535.418)	(4.278.477)
Interconexão	(2.689.815)	(3.965.623)
Pessoal	(2.829.307)	(2.534.222)
Serviços de terceiros	(6.258.606)	(6.119.733)
Serviços de manutenção de rede	(1.923.074)	(2.328.140)
Custo de aparelhos e outros	(730.444)	(515.377)
Publicidade e propaganda	(674.275)	(556.500)
Aluguéis e seguros	(3.119.521)	(2.119.684)
Provisões / Reversões	(779.314)	(656.849)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(649.463)	(922.779)
Tributos e outras despesas	(1.628.867)	(1.507.701)
Outras receitas operacionais, líquidas	3.245.643	2.369.555
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	5.674.638	5.286.617
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	1.344.767	1.375.217
Despesas financeiras	(5.891.332)	(4.649.665)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	1.128.073	2.012.169
Imposto de renda e contribuição social	(1.119.955)	(519.154)
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	8.118	1.493.015

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

	CONTROLADORA	
	2014	2013
Ativo		
Títulos de emissão de partes relacionadas (“Senior Notes”)	4.886	
Oi Holanda	4.886	
Contas a receber	701.840	422.863
BrT Call Center	20.057	5.278
BrTI	9.032	7.281
Oi Internet	2.469	7.019
BrT Multimídia	28.205	2.747
Oi Móvel	468.145	284.754
TMAR	168.606	110.323
Telemar Internet	4.119	2.705
PT Portugal	1.207	
TNL PCS		2.756
Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	3.151.856	228.269
TMAR	670.530	190.976
BrT Call Center	37.160	35.618
BrT Multimídia		69
BrTI		1.606
Oi Móvel	112	
PTIF (i)	2.444.054	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	854.231	673.508
TMAR	848.041	672.522
Oi Serviços Financeiros	6.190	986
Outros	218.509	214.142
TMAR	65.148	68.022
TNL PCS		11.316
BrT Call Center	37.242	37.242
BrTI	266	266
Oi Internet		241
BrT Multimídia	30.500	37.358
Oi Móvel	85.353	59.697

- (i) Em agosto de 2014, a PTIF emitiu títulos (“Notes”) no montante total de € 750.000, com vencimento em 2015 a uma taxa de remuneração de Euribor 6M + 2,5% a.a. Os títulos foram comprados integralmente pela Companhia.

	CONTROLADORA	
	2014	2013
Passivo		
Fornecedores	502.909	640.874
BrT Call Center	202.840	156.860
Oi Internet	532	295
BrT Multimídia	90.014	50.789
Oi Móvel	138.034	137.106
TMAR	53.185	220.239
TNL PCS		71.306
Telemar Internet	203	2.071
Paggo Administradora	14.196	2.208
PT Portugal	538	
PT Inovação e Sistemas	3.367	
Empréstimos e financiamentos	4.377.484	4.203.834
Oi Móvel	194.088	664.498
Oi Holanda	4.012.062	3.539.336
Telemar Internet	171.334	
Debêntures	875.369	1.062.664
TMAR	875.369	1.062.664
Demais obrigações	103.474	81.893
BrT Call Center	411	411
BrTI	24.915	24.915
Oi Internet	210	30
BrT Multimídia	61.347	37.196
Oi Móvel	16.470	13.247
TNL PCS		5.952
TMAR	121	142

	CONTROLADORA	
	2014	2013
Receitas		
Receita dos serviços prestados	527.683	497.983
BrTI	2.490	2.937
BrT CS		71
Oi Internet	2.562	5.959
BrT Multimídia	15.383	11.552
Oi Móvel	383.514	323.497
TMAR	107.986	111.530
Telemar Internet	2.073	1.687
PT Portugal	9.820	
TNL PCS	3.855	40.750
Outras receitas operacionais	48.532	48.198
BrT Call Center	9.179	8.637
Oi Internet	1	1
BrT Multimídia	1.829	2.310
Oi Móvel	37.367	37.250
TMAR	156	
Receitas financeiras	154.920	83.559
BrT Call Center	1.060	739
Oi Móvel	40.559	9.729
BrTI	91	138
BrT Multimídia	4	4
PTIF	23.804	
TNL PCS	3.738	22.052
TMAR	85.664	50.897

	CONTROLADORA	
	2014	2013
Custos e despesas operacionais	(1.309.220)	(1.528.527)
BrT CS		(81.098)
BrT Multimídia	(40.086)	(38.673)
Oi Móvel	(603.951)	(715.768)
TMAR	(74.871)	(78.677)
TNL PCS	(8.323)	(110.816)
Pointer Networks		(2.905)
Paggo Administradora	(12.102)	(1.662)
Telemar Internet	(67)	(8.618)
BrT Call Center	(565.735)	(488.993)
Oi Internet	(1.319)	(1.317)
PT Portugal	(2.588)	
PT Inovação e Sistemas	(178)	
Despesas financeiras	(261.837)	(271.264)
Oi Móvel	(36.398)	(29.713)
TMAR	(98.112)	(89.400)
Oi Holanda	(124.635)	(118.349)
TNL PCS		(33.802)
Telemar Internet	(2.692)	

Linhas de créditos

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2013 – 115% do CDI).

Aluguel de infraestrutura de transmissão

As transações realizadas com a TMAR e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.

As transações realizadas com a Telemar Internet, controlada da TMAR, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial.

Garantias

A Companhia é avalista das controladas TMAR e Oi Móvel em financiamentos obtidos junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$ 71.918 (2013 - R\$ 74.079). Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avais pela TMAR à Companhia ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as despesas relativas a esses avais totalizaram R\$ 367 (2013 – R\$ 425).

Transações com partes relacionadas não consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Contas a receber e outros ativos		1.179	1.586.372	19.237
PT Portugal		917		10.272
Unitel (i)			1.375.162	1.855
Multitel (ii)			24.282	
PT-ACS			15.114	
Fundação PT			7.387	
Sportinvest Multimédia (iii)			105.492	
Siresp			40	
Fibroglobal (iv)			48.134	
Yunit (v)			7.454	
Contax		262	3.307	6.540
TODO				570

- (i) Esta rubrica inclui dividendos a receber pela PT Ventures da referida subsidiária, no montante de R\$ 1.260 milhões e contas a receber relativas a serviços prestados no montante de R\$ 52,5 milhões.
- (ii) Esta rubrica inclui financiamentos concedidos a esta controlada no montante de aproximadamente R\$ 3,0 milhões.
- (iii) Esta rubrica inclui financiamentos concedidos a esta controlada no montante de aproximadamente R\$ 105,3 milhões.
- (iv) Esta rubrica inclui financiamentos concedidos a esta controlada no montante de aproximadamente R\$ 44,4 milhões.
- (v) Esta rubrica inclui financiamentos concedidos a esta controlada no montante de aproximadamente R\$ 7,2 milhões.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Contas a pagar e outros passivos	1.807	7.195	61.603	57.626
PT Portugal		130		2.006
Unitel			1.484	
Multitel			1.217	
PT-ACS			599	
Fundação PT			2	
Sportinvest Multimédia			291	
Siresp			6	
Fibroglobal			9.564	
Yunit			669	
Contax	9	2	41.832	27.625
TODO	1.578	5.053	5.587	19.692
Ability			7	
PT Inovação e Sistemas		1.697		7.384
Veotex	220	313	345	919

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Receita				
Receita dos serviços prestados	738	2.419	34.596	42.727
PT Portugal		1.615		11.348
Unitel			2.816	1.116
Contax	738	789	30.754	27.383
TODO		15	1.026	2.169
Ability				711

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(18.436)	(18.493)	(57.278)	(77.652)
PT Portugal		(223)		(2.268)
PT Inovação e Sistemas				(8.559)
PT Cloud e Data				(375)
PT Comunicações				(892)
Unitel			(8.204)	
Multitel			(339)	
PT-ACS			(3.887)	
Sportinvest Multimédia			(669)	
Fibroglobal			(10.974)	
Veotex	(1.914)	(1.933)	(10.221)	(9.642)
TODO	(16.522)	(16.337)	(22.984)	(31.742)
Ability				(24.174)

Serviços prestados pela Contax

A Companhia e as controladas TMAR e Oi Móvel contratam serviços de “call center” e de cobrança da Contax que é controlada por acionistas que fazem parte do bloco de controle da Companhia. A Contax presta serviços de atendimento ao cliente de telefonia fixa, telemarketing ativo para a captação de novos clientes móveis, suporte aos clientes pré e pós-pagos de telefonia móvel, suporte técnico aos assinantes Velox (ADSL) e serviços de cobrança. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o total das despesas dos serviços prestados pela Contax foi de R\$ 66.249 (2013 – R\$ 70.086) na controladora e de R\$ 1.610.923 (2013 – R\$ 1.602.170) no consolidado.

Contratos de financiamentos com o BNDES

Foram firmados contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador do BNDESPAR, que detinha 5,099% (2013 – 13,05%) do capital votante da TmarPart, empresa “holding” do Grupo e, por consequência, é uma empresa ligada da Companhia.

O saldo devido relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 1.007 milhões (2013 – R\$ 860 milhões), na controladora e R\$ 5.872 milhões (2013 – R\$ 5.916 milhões) no consolidado e foram registradas despesas financeiras de R\$ 71 milhões (2013 – R\$ 125 milhões) na controladora e R\$ 476 milhões (2013 – R\$ 464 milhões) no consolidado.

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 25.409 (2013 – R\$ 14.991) na controladora e R\$ 25.565 (2013 – R\$ 15.147) no consolidado.

27. SEGUROS

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo “todos os riscos” para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes dos Contratos de Concessão. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

	CONSOLIDADO	
	2014	2013
Modalidade de seguro		
Riscos operacionais e lucros cessantes	600.000	600.000
Responsabilidade civil - terceiros (i)	212.496	187.408
Incêndio – estoques	150.000	100.000
Garantia de concessão - TMAR	27.816	49.551
Garantia de concessão - Oi	11.170	16.694
Roubo - estoques	20.000	20.000
Responsabilidade civil - geral	20.000	20.000
Responsabilidade civil - veículos	3.000	3.000

(i) Conforme cotação do câmbio do dia 31/12/2014 (ptax): R\$ 2,6562 x US\$ 1,00

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas

Alienação das Ações da PT Portugal para a Altice

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia e Altice Portugal S.A. (“Altice PT”), subsidiária integral da Altice S.A., (“Altice”), celebraram o contrato de compra e venda da integralidade das ações da PT Portugal à Altice PT, envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria.

Em 22 de janeiro de 2015, os acionistas da PT SGPS aprovaram que a Oi aliene a integralidade das ações da PT Portugal à Altice PT, nos termos e condições do Contrato de Compra e Venda de Ações. Dessa forma, a condição suspensiva prevista no referido contrato para a sua eficácia foi implementada.

Pela operação aprovada, a Oi alienará à Altice a totalidade das ações de emissão da PT Portugal, pelo valor da empresa (“*enterprise value*”) correspondente 7,4 bilhões de Euros, com ajustes de caixa e dívida, incluindo a previsão de um pagamento diferido (“*earn-out*”) de 500 milhões de Euros relacionado à geração futura de receita da PT Portugal. O preço a ser pago pela Altice sofrerá ajustes usualmente adotados em operações similares, de acordo com a posição de caixa da PT Portugal no fechamento da operação.

A efetiva alienação das ações da PT Portugal ainda está sujeita à conclusão de atos de reorganização societária com o objetivo de delimitar os negócios que serão alienados e de segregar os investimentos da PT Portugal que não serão alienados, incluindo os investimentos na Africatel GmbH & Co. KG, na Timor Telecom S.A. e os investimentos detidos pela PT Portugal na Rio Forte Investments S.A. (os quais são objeto da permuta com a PT por ações da Oi, ainda sujeita à aprovação pela Comissão de Valores Mobiliários), bem como todo ou parte do endividamento da PT Portugal, assim como à obtenção das autorizações concorrenciais necessárias, na forma da lei aplicável.

Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para alienação das participações da Companhia na Africatel Holdings B.V. (“Africatel”), representativas de 75% do capital social da Africatel, e/ou seus ativos. A Oi irá liderar o processo de venda, não obstante acredite ser no melhor interesse de ambos acionistas da Africatel para a maximização do valor dos seus investimentos que tal venda seja realizada de uma forma coordenada com a Samba Luxco S.à.r.l (“Samba Luxco”), uma coligada da Helios Investors L.P., que detém os 25% restantes do capital social da Africatel. A Oi está empenhada em trabalhar com seus parceiros locais e cada uma das companhias operacionais em que a Africatel investiu de modo a garantir uma transição coordenada de sua participação nessas companhias.

Não obstante o disposto acima, a nossa subsidiária indireta Africatel GmbH & Co. KG (“Africatel GmbH”), detentora direta do investimento da Oi no capital da Africatel, recebeu, no dia 16 de setembro de 2014, uma correspondência da Samba Luxco, por meio da qual a Samba Luxco exerce um suposto direito de venda das ações (“Put”) por ela detidas na Africatel, de acordo com o acordo de acionistas dessa empresa. Segundo a correspondência, a Put decorreria da transferência indireta das ações da Africatel, antes detidas pela PT, para a Companhia em integralização do aumento de capital concluído em maio passado (Nota 1).

Conforme divulgado na nota 1 “Riscos relacionados à participação detida na Unitel”, a Companhia julga que não houve qualquer ato ou fato que, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel, dê lugar ao exercício da Put. Nesse sentido, sem prejuízo do valor que a Companhia deposita na manutenção de uma relação de respeito mútuo com a Samba Luxco, a Africatel GmbH pretende disputar tal exercício da Put pela Samba Luxco nas atuais circunstâncias, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel. Em novembro de 2014, a Samba Luxco iniciou procedimento de arbitragem em face da Africatel GmbH e a PT para a resolução de tal matéria.

A Oi pretende focar seus esforços na venda da Africatel e/ou de seus ativos e acredita que, caso este objetivo seja alcançado de maneira bem sucedida a arbitragem já iniciada perderá seu objeto.

Classificação dos ativos e passivos como mantidos para venda e operações descontinuadas

Em 5 de maio de 2014, a Companhia adquiriu a PT Portugal, e desde então, consolidava integralmente seus resultados, ativos e passivos. Com a alienação das ações da PT Portugal para a Altice e aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel, a Companhia classificou as operações da PT Portugal e as operações em África como ativos mantidos para a venda e passivos associados a ativos mantidos para venda, em conformidade com o CPC 31/IFRS 5.

Adicionalmente, por representar uma importante linha de negócios separada, os resultados das operações da PT Portugal, do período de 5 de maio a 31 de dezembro de 2014, são apresentadas como operações descontinuadas em única linha na demonstração do resultado. A rubrica “Operações descontinuadas” na demonstração do resultado inclui perdas de R\$ 4.164.478 relacionado ao ajuste do valor contábil da PT Portugal ao seu preço de venda deduzido das despesas relacionadas.

As operações em África são consolidadas na demonstração do resultado desde 5 de maio de 2014.

O grupo de ativos e de passivos das operações da PT Portugal e das operações em África estão demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas.

Os principais componentes de ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda, estão demonstradas abaixo:

	Operações da PT Portugal	Operações em África	Total
	2014		
Ativos mantidos para venda	26.283.854	7.642.738	33.926.592
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	590.111	170.056	760.167
Contas a receber	2.270.140	195.690	2.465.830
Dividendos a receber (i)	1.948	1.261.826	1.263.774
Ativo financeiro disponível para venda (ii)		4.284.416	4.284.416
Outros ativos	1.085.751	164.121	1.249.872
Investimentos	134.272	63.267	197.539
Imobilizado	10.560.140	506.347	11.066.487
Intangível	5.271.808	376.441	5.648.249
Ágio (“goodwill”)	6.369.684	620.574	6.990.258
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	26.326.948	851.273	27.178.221
Empréstimos e financiamentos (iii)	18.892.793	83.843	18.976.636
Fornecedores	2.260.503	97.600	2.358.103
Provisões para planos de pensão	3.347.667	997	3.348.664
Outros passivos	1.825.985	668.833	2.494.818
Participação de não controladores		1.509.197	1.509.197
Total dos ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda - Consolidado	(43.094)	5.282.268	5.239.174
Eliminações intragrupo			26.202
Total de ativos mantidos para venda – Controladora			5.265.376
Investimentos na PT Portugal			2.821.322
Créditos com partes relacionadas (iv)			2.444.054

- (i) Refere-se substancialmente a dividendos a receber da Unitel;
- (ii) Refere-se ao valor justo do investimento na Unitel determinado em conformidade com os laudos de avaliação dos ativos da PT Portugal, no âmbito da operação de aumento de capital (Nota 1);
- (iii) Os empréstimos e financiamentos relacionados as operações da PT Portugal são demonstrados abaixo:

	2014
Títulos não conversíveis (“Bonds”)	15.776.993
Banco Europeu de Investimento	1.754.070
Papel Comercial	1.281.153
Outros	127.768
Custos de captação	(47.191)
Total	18.892.793
Circulante	1.934.473
Não circulante	16.958.320

Garantias de dívidas da PT Portugal

Em 5 de maio de 2014 os EMTN “Notes”, “Exchangeable Bonds” e contratos de financiamento vigentes da PT Portugal e Portugal Telecom International Finance B.V passaram a contar com a garantia da Oi, com exceção das emissões de papel comercial da PT Portugal.

- (iv) Os créditos a receber da PTIF estão representados por títulos (“Notes”) emitidos pela PTIF no montante total de €750.000 e adquiridos integralmente pela Companhia, com vencimento em 2015 a uma taxa de remuneração de Euribor 6M + 2,5% a.a.

Operações descontinuadas

O resultado de operações descontinuadas, para o período de 5 de maio a 31 de dezembro de 2014, é composto da seguinte forma:

	2014
Provisão para perda a valor justo do investimento PT Portugal e despesas relacionadas a venda do investimento	(4.164.478)
Resultado das operações descontinuadas	(250.061)
Resultado das operações descontinuadas	(4.414.539)

A provisão para perda no valor de R\$ 4.164.478 no investimento da PT Portugal resulta do reconhecimento desse ativo ao seu valor justo deduzido de despesas de venda. O valor de venda considerado para determinação da provisão para perda corresponde à oferta da Altice de R\$ 23.880 milhões (€ 7.400 milhões) deduzida do “earn-out” de R\$ 1.613 milhões (€ 500 milhões) e de passivos com benefícios de reforma assumidos pela PT Portugal e outros no montante de R\$ 3.872 milhões (€ 1.200 milhões).

Os principais componentes de receitas e despesas relacionadas ao resultado de operações descontinuadas, são demonstradas abaixo:

	Operações em Portugal
	2014
Receitas de vendas e/ou serviços	5.081.579
Depreciação e amortização	(1.507.294)
Serviços de terceiros	(1.308.211)
Pessoal	(719.613)
Interconexão	(468.842)
Serviço de manutenção da rede	(126.392)
Outros custos e despesas	(560.976)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	390.251
Resultado financeiro	(694.052)
Lucro (prejuízo) antes das tributações	(303.801)
Imposto de renda e contribuição social	53.740
Resultado das operações descontinuadas	(250.061)

Os componentes dos fluxos de caixa relacionados ao resultado de operações descontinuadas, são demonstradas abaixo:

	Operações em Portugal
	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais de operações descontinuadas	1.877.781
Fluxo de caixa das atividades de investimentos de operações descontinuadas	(2.813.437)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos de operações descontinuadas	(5.532.725)
Total fluxo de caixa de operações descontinuadas	(6.468.381)

b) Títulos da Rio Forte

Em 30 de junho de 2014, a Companhia tomou conhecimento, através de comunicado divulgado pela Portugal Telecom, SGPS S.A. (“PT”), da aplicação de recursos da Portugal Telecom International Finance BV (“PTIF”) e da PT Portugal SGPS S.A. (“PT Portugal”), sociedades contribuídas pela PT à Oi no aumento de capital, em papel comercial da Rio Forte Investments S.A. (respectivamente, “Títulos” e “Rio Forte”), sociedade integrante do grupo português Espírito Santo (“GES”), na época em que a PTIF e a PT Portugal eram controladas pela PT.

De acordo com o referido comunicado, os Títulos haviam sido emitidos no valor total de 897 milhões de Euros, com uma remuneração média anual de 3,6% e vencimento em 15 e 17 de julho de 2014 (847 e 50 milhões de Euros, respectivamente), sendo que, desde 28 de abril de 2014 não haviam sido realizadas quaisquer aplicações e/ou renovações desse tipo de investimentos.

Tanto a PT Portugal como a PTIF (em conjunto, “Subsidiárias da Oi”) se tornaram controladas da Companhia em razão da conferência da totalidade das ações de emissão da PT Portugal à Companhia, por parte da PT, em virtude da integralização, em 5 de maio de 2014, do aumento de capital da Companhia aprovado em 28 e 30 de abril de 2014.

Em 15 de julho de 2014, ocorreu o vencimento de parte dos Títulos, no montante de 847 milhões de Euros. Em 17 de julho, ocorreu o vencimento do restante dos Títulos, no valor adicional de 50 milhões de Euros. A Rio Forte não liquidou suas obrigações dentro do prazo de vencimento das dívidas, e, nos dias 22 e 24 de julho de 2014, encerrou-se o período de cura para pagamento dos Títulos com vencimento em 15 e 17 de julho, respectivamente, sem que tenha sido pago o valor correspondente.

A Rio Forte teve seu pedido de gestão controlada rejeitado em 17 de outubro de 2014 pelo Tribunal do Comércio de Luxemburgo, tendo sua falência sido declarada em 8 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014, o processo de falência encontrava-se em fase de habilitação de crédito, a qual se encerrará somente em 31 de março de 2015.

Termos do acordo celebrados entre a Companhia, Telemar Participações S.A. (“TmarPart” ou “CorpCo”) e a PT relativamente às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte

Em 15 de julho de 2014, a Companhia celebrou Memorando de Entendimentos com a PT, tendo por objeto fixar as bases de um acordo com relação às aplicações financeiras realizadas nos Títulos. Em 28 de julho de 2014, foram definidos entre Oi e PT os termos que constarão dos contratos definitivos e que seriam submetidos à aprovação do Conselho de Administração da Oi e à assembleia de acionistas da PT.

Em 8 de setembro de 2014, foram aprovados, pela Assembleia Geral de acionistas da PT e pelos Conselhos de Administração da Companhia e da TmarPart, os termos e condições dos contratos definitivos relacionados aos investimentos feitos nos Títulos. Os referidos contratos foram celebrados na mesma data, entre a Companhia, as Subsidiárias da Oi, a TmarPart e a PT. Os contratos preveem (i) a realização de uma permuta (“Permuta”) na qual as Subsidiárias da Oi transferirão os Títulos à PT em troca de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da PT, bem como (ii) a outorga pelas Subsidiárias da Oi de uma opção de compra de ações de emissão da Companhia em favor da PT (“Opção”).

Tendo em vista as restrições legais e regulamentares à realização da Permuta e da Opção, a Companhia protocolou pedido de autorização à CVM a respeito da Permuta e da Opção. Em 6 de março de 2015, a Companhia tomou conhecimento da decisão proferida pelo Colegiado da CVM em 4 de março de 2015, no sentido de conceder as dispensas necessárias à implementação das operações de Permuta e Opção, condicionada (i) à aprovação dos termos de tais operações pela Assembleia Geral da Companhia, e (ii) à concessão do direito de voto aos acionistas preferencialistas no referido conclave. No Extrato da Ata da Reunião do Colegiado que deliberou sobre o assunto, foi ressaltada a necessidade de que seja observado o §1º do artigo 115 da Lei nº 6.404/1976, especialmente por se tratar de transação com parte relacionada.

Dessa forma, no dia 10 de março de 2015, a fim de cumprir as condições previstas na decisão da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocou Assembleia Geral para o dia 26 de março de 2015, tendo como ordem do dia a aprovação dos termos e condições dos contratos de Permuta e de Opção.

Principais termos do Contrato de Permuta e Outras Avenças (“Contrato de Permuta”)

As Subsidiárias da Oi e a PT realizarão uma permuta pela qual a PT entregará às Subsidiárias da Oi ações livres de emissão da Oi correspondentes a 474.348.720 OIBR3 e 948.697.440 OIBR4 (“Ações Permutadas”); e a Oi, em contrapartida, entregará os Títulos à PT, no valor total principal de € 897 milhões, sem torna (“Permuta”).

Com a implementação da Permuta, a PT passará a ser a titular dos Títulos e a única responsável pela negociação com a Rio Forte e pelas decisões relacionadas aos Títulos, cabendo à Companhia somente prestar o suporte documental à PT para a tomada das medidas necessárias à cobrança dos créditos representados pelos Títulos.

A conclusão da Permuta, com a transferência das Ações Permutadas às Subsidiárias da Oi e dos Títulos à PT, deverá ser realizada no prazo de até três dias úteis, contados a partir da aprovação da CVM. Uma vez que a decisão proferida pelo Colegiado da CVM em 4 de março de 2015 estabeleceu algumas condições para a concessão das dispensas necessárias à realização da Permuta e da Opção, a Permuta deverá ser concluída no prazo de até três dias úteis contados da implementação de tais condições. Caso tal aprovação não ocorra até 31 de março de 2015, nenhuma das companhias terá obrigação de consumar a Permuta, nos termos previstos nos contratos definitivos.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor de mercado correspondente à totalidade das ações a serem recebidas na operação de permuta, estimado com base em cotação de bolsa da mesma data é de R\$ 1.251 milhões.

Principais termos do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Opção”)

Nos termos do Contrato de Opção, a Opção envolverá 474.348.720 ações ordinárias e 948.697.440 ações preferenciais de emissão da Oi (“Ações Objeto da Opção”) e poderá ser exercida, total ou parcialmente, a qualquer tempo, de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Prazo: 6 (seis) anos, observado que o direito da PT de exercer a Opção sobre as Ações Objeto da Opção será reduzido pelos percentuais indicados abaixo:

<u>Data de Redução</u>	<u>% das Ações Objeto da Opção que anualmente deixam de estar sujeitas à Opção</u>
A partir do 1º aniversário da Data de Fechamento	10%
A partir do 2º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 3º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 4º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 5º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 6º aniversário da Data de Fechamento	18%

(ii) Preço de Exercício: R\$ 1,8529 por ação preferencial e R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da Companhia (e, conforme o caso, R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da CorpCo), corrigidos pela variação da taxa do CDI acrescida de 1,5% ao ano, calculada *pro rata temporis*, desde a realização da Permuta até a data do efetivo pagamento do preço de exercício, seja parcial ou total, da Opção. O preço de exercício da Opção deverá ser pago à vista, em dinheiro, na data da transferência das Ações Objeto da Opção.

A Oi e a CorpCo não estão obrigadas a manter as Ações Permutadas em tesouraria. Caso a PT Portugal, a PT Finance e/ou qualquer das subsidiárias da Oi não possuam, em tesouraria, Ações Objeto da Opção livres em número suficiente para entregar à PT, a Opção poderá ser liquidada financeiramente, mediante o pagamento pelas Subsidiárias da Oi do valor correspondente à diferença entre o preço de mercado então das Ações Objeto da Opção e o respectivo preço de exercício correspondente a estas ações.

Sempre que exercida a Opção, a PT empreenderá seus melhores esforços para cumprir o objetivo de integração das bases acionárias da PT e da CorpCo, no menor prazo possível.

Enquanto vigorar a Opção, a PT não poderá comprar ações de emissão da Oi ou da CorpCo, direta ou indiretamente, por qualquer forma que não através do exercício da Opção. A PT não poderá ceder ou transferir a Opção, nem tampouco outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção, inclusive garantias, sem o consentimento da Oi. Caso a PT emita, direta ou indiretamente, derivativos que estejam lastreados ou referenciados em ações de emissão da Oi ou da CorpCo, deverá imediatamente utilizar a totalidade dos recursos financeiros auferidos, direta ou indiretamente, em tais operações na aquisição de Ações Objeto da Opção.

A Oi poderá declarar extinta a Opção caso (i) seja alterado voluntariamente o Estatuto Social da PT para suprimir ou alterar a previsão que limita o direito a voto a 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social da PT; (ii) a PT passe a exercer, direta ou indiretamente, atividades concorrentes com as atividades mantidas pela Oi ou suas controladas nos países em que estas atuem; (iii) a PT viole determinadas obrigações contraídas pelo Contrato de Opção.

A Opção somente terá eficácia e passará a produzir efeitos após a efetivação da Permuta, sendo automaticamente rescindida caso a Permuta não seja efetivada até o dia 31 de março de 2015.

No dia 31 de dezembro de 2014, a Opção que se encontra sujeita à implementação das condições previstas da decisão do Colegiado da CVM, proferida em 4 de março de 2015 e tornada pública em 6 de março de 2015, apresentava um valor justo estimado de R\$ 112 milhões calculados pela Companhia com base no modelo de “*Black-Scholes*” e pressupostos teóricos de volatilidade da ação, pela técnica de avaliação de Abordagem de Receita prevista no item B10 e B11 do CPC 46/IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo.

Como resultado do processo de alienação da PT Portugal à Altice a opção de compra será assegurada unicamente pela Companhia e pela PTIF.

Outras informações relativas à Operação, aprovações societárias e operação de combinação de negócios da Oi e da PT

Além dos contratos definitivos relacionados às aplicações financeiras realizadas nos Títulos, também foram celebrados em 8 de setembro de 2014 aditivos aos contratos firmados em 19 de fevereiro de 2014 e que regulam a Operação, para prever, entre outros temas: (i) a extensão dos prazos para a realização da Operação; (ii) que a incorporação da PT pela CorpCo deixará de ser realizada no âmbito da Operação, sem prejuízo de a PT potencialmente adotar uma estrutura alternativa para alcançar o mesmo objetivo de unificar as bases acionárias da Oi e da PT; e (iii) a alteração do estatuto social da CorpCo para incluir limitação ao máximo de 7,5% dos direitos políticos (I) da PT, e (II) de qualquer acionista que, em razão da distribuição de ações de emissão da CorpCo pela PT aos seus acionistas, resulte com uma participação superior a 15% (quinze por cento) da quantidade de ações em que se dividir o capital social da CorpCo, excluídas as ações de emissão da CorpCo anteriormente detidas ou que venham a ser adquiridas por outro meio. Nos termos dos contratos de 8 de setembro de 2014, a Operação possuía previsão de implementação até 31 de março de 2015.

Outras informações

A Companhia ressalta que a celebração dos contratos definitivos de 8 de setembro de 2014 possibilitará que a Operação continue sendo implementada, com intuito de migrar a CorpCo para o segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, com os melhores padrões de governança corporativa, aumento de liquidez, com controle disperso no mercado. A realização da Permuta e da Opção foi aprovado em 4 de março de 2015 pela CVM estando sujeita à aprovação em AGE da Oi em 26 de março de 2015.

c) Transferência de torres móveis

Em 3 de dezembro de 2013, a Companhia firmou um acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detinha 2.007 torres de telecomunicações de telefonia móvel. A conclusão da transação ocorreu em 31 de março de 2014 e o ganho registrado em outras receitas operacionais, deduzido das despesas associadas a transação, foi de R\$ 1,3 bilhão.

Em 24 de junho de 2014, a Companhia firmou um novo acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detinha 1.641 torres de telecomunicações de telefonia móvel. A conclusão da transação ocorreu em

1 de dezembro de 2014 e o ganho registrado em outras receitas operacionais, deduzido das despesas associadas a transação, foi de R\$ 1,1 bilhão.

d) GlobeNet

Em dezembro de 2013, a Companhia anunciou a conclusão da operação de transferência da totalidade de sua participação societária na GlobeNet ao BTG Pactual YS Empreendimentos e Participações S.A.. A liquidação financeira da operação no valor de R\$ 1.779 milhões ocorreu em janeiro de 2014.

O ganho na venda da GlobeNet foi registrado em dezembro de 2013 em outras receitas operacionais, no montante de R\$ 1.497 milhões, deduzido das despesas associadas a esta transação.

e) Aumento da tarifa de Serviço Telefônico Fixo Comutado

A partir do dia 18 de abril de 2014, passou a vigorar o reajuste das tarifas de STFC concedido pela ANATEL à Companhia e a sua controlada TMAR. Foram aprovados reajustes para os serviços locais e os serviços de longa distância nacional em 0,65%, tarifas de interconexão local (TU-RL) em 10,69%, a partir do dia 17 de abril de 2014, e reajuste do valor do crédito para utilização dos Telefones de uso Público em 0,40%.

f) Assinatura de contrato com o Banco BTG Pactual S.A. com relação a uma proposta para aquisição de participação na TIM

No dia 26 de agosto de 2014, a Oi assinou contrato com o Banco BTG Pactual S.A. para atuar como comissário a fim de desenvolver alternativas com o objetivo de viabilizar uma proposta para a aquisição da participação detida indiretamente pela Telecom Italia SpA na TIM Participações S.A..

Como já informado ao mercado, o BTG Pactual manteve conversas com terceiros com relação a uma possível operação, sendo o contato com outros participantes de mercado que possam ter interesse na operação um dos papéis do BTG Pactual na qualidade de comissário da Companhia para a operação.

Ainda não há qualquer definição ou acordo com relação a uma estrutura para a operação, e não foram assinados quaisquer instrumentos ou propostas visando a uma operação.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Autorização da CVM sobre as Operações de Permuta e Opção

Em 6 de março de 2015, a Companhia, tomou ciência da decisão unânime proferida pelo Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 4 de março de 2015 sobre o pedido de autorização apresentado pela Companhia para a realização das operações de permuta e de opção com a PT SGPS (respectivamente, “Permuta” e “Opção”) relacionadas aos investimentos da PT SGPS em títulos de emissão da Rio Forte Investments, S.A.

Abaixo segue transcrição da referida decisão da CVM.

“Por fim, a Relatora ressalta a necessidade de que seja observado o §1º do art. 115 da Lei nº 6.404/1976, especialmente por se tratar de transação com parte relacionada.

O Colegiado, por unanimidade, acompanhando o voto da Relatora, decidiu conceder as dispensas pleiteadas pela Companhia, condicionadas (i) à aprovação do Acordo pela assembleia geral; e (ii) à concessão de direito de voto aos acionistas preferencialistas no referido conclave.”

Conforme requerimento da CVM, o Conselho de Administração da Oi convocou Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de março de 2015, para deliberar sobre as operações de Permuta e de Opção. No julgamento da Administração da Oi, a PT SGPS e sua controlada não votaram na assembleia geral, em linha com o comportamento adotado por seus representantes no Conselho de Administração da Oi. Os acionistas aprovaram a operação na referida assembleia e, a Companhia irá efetuar os devidos registros dentro do prazo estipulado pelo contrato firmado que é de três dias úteis.

Reorganização societária do Grupo Oi Internet

Em 2 de fevereiro de 2015 dando continuidade ao processo de Reorganização societária e patrimonial das sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Oi, foram realizadas Assembleias Gerais Extraordinárias para deliberação sobre incorporações das seguintes empresas pela Oi Internet:

- (i) Incorporação da BrTI com a extinção da mesma; e
- (ii) Incorporação da Telemar Internet, sendo a mesma extinta.

A unificação das operações da BrTI e da Telemar Internet na Oi Internet, mediante a consolidação das atividades desenvolvidas por estas companhias trará consideráveis benefícios de ordem administrativa e econômica, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia.

Diretor Presidente

Em 21 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia elegeu o Sr. Bayard De Paoli Gontijo para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia acumulando as funções atuais de Diretor de Finanças e de Relações com Investidores.